PRODUTO 4

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

PDITS POLO SERRANO

VOLUME 2 – ESTRATÉGIAS E PLANO DE AÇÃO

Setembro/2016

FICHA TÉCNICA – SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO
Ruy Pereira Gaspar

ASSESSORIA TÉCNICA
Carla Cristina Dutra Barbosa

CHEFE DE GABINETE
Ana Paula S. Vieira

ASSESSORIA JURÍDICA
Thiago Batista de Gusmão

SECRETÁRIO ADJUNTO
Manuel Neto Gaspar Junior

UNIDADE INSTRUMENTAL DE FINANÇAS – UIF
Mércia Maria P. da Mota

UNIDADE INSTRUMENTAL DE ADMINISTRAÇÃO – UIAG
Maria de Fátima Medeiros Marques

SUBSECRETÁRIA DE TURISMO
Solange Araújo Portela

COORDENADORIA DE MARKETING TURÍSTICO
Edna Regia Sales Pinheiro
Coordenadora
Danielle Suyane Oliveira
Subcoordenadora de Promoção Turística
Sthefanie Marinho Mouzallas
Subcoordenadora de Operações Turísticas

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – CODET
Lucas Lira de Carvalho
Coordenador
Denis Cavalcante Barbosa
Subcoordenador de Informática e Informações Turísticas
Fabiano Tavares Rodrigues
Subcoordenador de Articulação e Planejamento

SUBSECRETÁRIO
Nailson Dantas de Azevedo

COORDENADORIA FINANCEIRA
Darlene Leite Silva

COORDENADORIA JURÍDICA
Liz Fernandes Freire

COORDENADORIA OPERACIONAL
Carmen Vera Araújo de Lucena
Coordenadora
Trizana Silva Cavalcanti
Subcoordenadora de Meio Ambiente
Michel Platiny Miranda Pinheiro
Subcoordenador de Transportes
Daniel Carlos da Silveira
Subcoordenador de Resíduos Sólidos
Edilma Teixeira da Silva
Sub-coord. de Saneamento Básico

COORDENADORIA TÉCNICA
Eduardo Lima da Trindade
Coordenador
Virgínia de Barros Sales
Subcoordenadora de Patrimônio Histórico
Maria Helena Barreto Furtado
Subcoord de Fortalecimento Institucional
Dayane Murielle da Silva Santos
Subcoordenadora de Gestão Municipal

FICHA TÉCNICA – CONSELHO DE TURISMO DO POLO SERRANO

PODER PÚBLICO FEDERAL

BANCO DO NORDESTE

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PODER PÚBLICO ESTADUAL

SETUR – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

EMPROTUR – EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO RN

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

APODI

LUÍS GOMES

MAJOR SALES

MARTINS

PATÚ

PAU DOS FERROS

PORTALEGRE

RIACHO DA CRUZ

SERRINHA DOS PINTOS

TERCEIRO SETOR/ INICIATIVA PRIVADA

DIRED - 15ª DIRETORIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ACMS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MAJOR SALES

APCRP – ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS COMERCIANTES RURAIS DE PORTALEGRE

APRUD – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE PORTALEGRE

SOART - ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE PAUDOS FERROS

CDL – CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS

CIRCUITO DAS SERRAS POTIGUARES

HERTZ TURISMO

LIDER TURISMMO

GRUPO MULTIRÃO

SEBRAE – SERVIÇO E APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SEPARN – SOCIEDADE PARA PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO RN

UERN - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

UFERSA – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

FICHA TÉCNICA – ITEC

DIRETORA

Adriana Papaleo

COORDENADOR TÉCNICO

Euler Costa Sampaio

ESPECIALISTA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Adriana Souza Papaleo

ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA

Marina Laura da Silveira Dutra

ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

Nelson Amaral Nunan Eustáquio

ESPECIALISTA EMTURISMO

Ivy Tissiane Góis

ESPECIALISTA PUBLICIDADE E MARKETING

Milton Fontoura

ESPECIALISTA EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Luiz Fernando de Oliveira

ESPECIALISTA EM ESTUDOS E ANÁLISE DE VIABILIDADE

José Airton Mendonça

ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO REGIONAL

Joaquim Soutinho

EQUIPE COMPLEMENTAR

Júlio César Oliveira - Analista financeiro

Maialú Neves - Coordenadora de pesquisas

Raphael Vanderlei - Arquiteto e Urbanista

Bruno Monteiro da Silva - Estagiário

EQUIPE DE PESQUISA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - Campus De Pau Dos Ferros

Gilton Sampaio de Souza (coordenador local) - Doutor

Maria Lúcia Pessoa Sampaio - Doutor

Cláudia Magna Pessoa da Silva - aluna de Letras/Português

Andrea Paula Rêgo Maia - Geógrafa e Aluna do Mestrado Acadêmico em Ensino

Paulo David de Souza Rêgo Pinto - Aluno do Curso de Letras/Inglês

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS 7
LISTA DE FIGURAS 8
LISTA DE TABELAS 9
SIGLAS 10
APRESENTAÇÃO 13
1 MATRIZ SWOT 14
2 JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA 20
2.1 IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS 20
2.1.1 Metodologia para Hierarquização dos Atrativos 20
2.1.2 Resultados da Hierarquização 24
2.2 ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE 39
2.3 NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL 40
2.4 CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS 41
2.5 QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS 42
3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 44
3.1 LINHAS DE PRODUTO E TIPOS DE TURISMO 44
3.2 POSICIONAMENTO TURÍSTICO DESEJÁVEL PARA A ÁREA E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO 48
3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 52
3.4 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS REQUERIDOS 54
3.5 DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS REQUERIDAS 54
4 PLANO DE INVESTIMENTOS 56
4.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS 56
4.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico 56
4.1.2 Detalhamento do Plano de Ação 65
4.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL 97
4.3 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES 104
4.3.1 Metodologia para Priorização das Ações 104
4.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS 109
4.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS 116
4.5.1 Componente 1 – Produto Turístico 116
4.5.2 Componente 3 – Fortalecimento Institucional 121
4.5.3 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 133
4.5.4 Componente 5: Gestão Socioambiental 138
5 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS 140
5.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 140

5.2 AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA E AS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO DO POLO SERRANO 147
5.3 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS 149
6 FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 151
6.1 OBJETIVOS 151
6.2 PRODUTOS ESPERADOS 152
6.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais/SIG do Rio Grande do Norte 152
6.2.2 Coleta de Informações 153
6.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa 159
6.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual/Observatório do turismo 175
6.2.5 Responsabilidades 176
7 REFERÊNCIAS 177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz SWOT – Polo Serrano. 15
Quadro 2: Aspectos Avaliados na Hierarquização dos Atrativos.....20
Quadro 3: Critérios para Hierarquização dos Atrativos 21
Quadro 4: Critérios para Hierarquização das Ações. 104
Quadro 5: Hierarquização das Ações.....106
Quadro 6: Parâmetros a serem usados como indicadores dos impactos e efeitos avaliados 149
Quadro 7: Linha de Base do Marco Lógico do Plano de Acompanhamento e Avaliação do Polo turístico Serrano/RN. 155
Quadro 8: Estrutura do Marco Lógico de Plano de Acompanhamento e Avaliação do PDITS Polo Serrano. 161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Atrativos Hierarquizados 38
Figura 2: Portfólio Estratégico de Segmentos Turísticos.....45
Figura 3: Área Prioritária. 48
Figura 4: Sistema de Acompanhamento e Avaliação do PDITS do Polo Serrano...153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz de Hierarquização dos Atrativos 24
Tabela 2: Resultados da Hierarquização dos Atrativos 35
Tabela 3: Municípios com melhores índices econômicos do Polo Serrano. 44
Tabela 4: Custo por ação do componente Produto Turístico 69
Tabela 5: Custo por ação de comercialização 73
Tabela 6: Custo por ação de Fortalecimento Institucional 83
Tabela 7: Custo por ação de Infraestrutura e Serviços Básicos 90
Tabela 8: Custo por ação de Gestão Socioambiental. 95
Tabela 9: Dimensionamento dos investimentos totais 97
Tabela 10: Modelo de Matriz de Investimentos 110

SIGLAS

ABIH/RN – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AL - Alagoas

APP - Áreas de Preservação Permanente

ARIE – Áreas de Relevante Interesse Ecológico

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

BOH - Boletim de Ocupação Hoteleira

CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CET/UnB – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONETUR - Conselho Estadual de Turismo

DER-RN - Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte

EMPROTUR – Empresa Potiguar de Promoção Turística

FALS – Fundação Amigos do Lajedo de Soledade

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hóspedes

FUNDETUR – Fundo de Desenvolvimento do Turismo

FUNDETUR/RN – Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte

GMDI – Gasto Médio Diário Individual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEMA/RN - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviços

ITEC – Infraestrutura, Tecnologia, Engenharia Consultoria

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTur – Ministério do Turismo

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCA – Plano de Controle Ambiental

PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PET - Plano Estadual de Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PRODETUR - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RN – Rio grande do Norte

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SMT – Sistema Municipal de Turismo

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBRAE/RN – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

SETUR – Secretaria de Turismo

SETUR/RN – Secretaria de Turismo DO Rio Grande do Norte

SIG – Sistema de Informações Gerenciais

SNUC – SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

UC – Unidade de Conservação

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

SWOT - Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao **PRODUTO 4 – Versão Final**, referente à Ordem de Serviço nº 007/2015docontratocelebrado entre o estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças, e a empresa **ITEC INFRATECH Engenharia e Consultoria**, que tem por objeto a "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Serrano".

O PDITS do Polo Serrano está estruturado em dois volumes: **VOLUME 1** e **VOLUME 2**.

Este documento corresponde ao **VOLUME 2** e possui os seguintes capítulos:

Matriz SWOT– apresenta a metodologia utilizada para a construção da análise SWOT e a matriz resultante de análises procedidas em Oficina Participativa.

Justificativa da Seleção da Área Turística – contém a análise da importância e do nível atual e potencial de uso dos atrativos turísticos, das condições de acessibilidade e conectividade, da infraestrutura física existente, dos serviços básicos prestados à população e do quadro institucional vigente no setor de turismo. Apresenta ainda as áreas prioritárias a ser alvo de investimentos.

Estratégias de Desenvolvimento Turístico– trata da definição de estratégias para o desenvolvimento do turismo no Polo Serrano, levando em conta as linhas de produto e os tipos de turismo, o posicionamento turístico desejável para a área e as estratégias de comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura básica, além das diretrizes socioambientais requeridas.

Plano de Investimentos - apresenta o conjunto de ações e projetos que consubstanciam os investimentos previstos, incluindo:

- o quadro indicativo dos investimentos totais a serem realizados;
- a metodologia utilizada para priorização das ações previstas e a matriz de investimento resultante;
- os quadros descritivos das ações elegíveis para os dezoito primeiros meses de implantação do PDITS.

Avaliação dos Impactos Socioambientais – identifica os possíveis impactos da implantação das ações propostas e aponta medidas de mitigação, no caso dos impactos negativos, ou de potencialização, no caso dos positivos.

Acompanhamento e Avaliação do PDITS – indica os mecanismos de monitoramento da implantação do PDITS, os princípios metodológicos para a avaliação de resultados e para a revisão do Plano em questão.

1 MATRIZ SWOT

O modelo SWOT – **S**trenghts, **W**eaknesses, **O**pportunities, **T**hreats - é também conhecido como Modelo de Harvard, e baseia-se na análise estratégica de quatro elementos-chave, a saber:.

- STRENGHTS - pontos fortes: vantagens internas do Polo em relação aos destinos concorrentes;
- WEAKNESSES - pontos fracos: desvantagens internas do Polo em relação aos destinos concorrentes;
- OPPORTUNITIES - oportunidades: aspectos positivos originados no ambiente externo, com potencial para fazer crescer a vantagem competitiva do Polo;
- THREATS - ameaças: aspectos negativos originados no ambiente externo, com potencial para comprometer a vantagem competitiva do Polo.

Em síntese, trata-se de identificar e avaliar elementos-chave que, no âmbito do Polo Serrano, evidenciam **forças e fragilidades** inerentes ao ambiente interno e **oportunidades e ameaças** advindas do ambiente externo, como base para a definição de estratégias e ações que conduzam ao desenvolvimento sustentável do turismo na área de estudo. O quadro a seguir apresenta as principais forças e fragilidades, oportunidades e ameaças identificadas e analisadas a partir de insumos fornecidos pelo Diagnóstico realizado e das contribuições geradas em Oficina Participativa, com a presença dos atores chave do turismo na região.

QUADRO 1: MATRIZ SWOT – POLO SERRANO.

PRODUTO TURÍSTICO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Meios de hospedagem de qualidade (Martins e Portalegre). • Localização geográfica interessante com relevo acidentado, para atividades ligadas à natureza. • Vocação para o Turismo Arqueológico (Apodi, Martins e Patú). • Oferta de festas populares e religiosas durante todo o ano (atrativos de cunho religioso em Patú, gerando fluxo turístico regional. • Valorização da gastronomia por meio do projeto "Lugares de Charme", do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN. • Eventos e manifestações culturais. • Clima ameno da região serrana (Martins, Portalegre, São Miguel, Luís Gomes, Venha Ver e Dr. Severiano). • Pau dos Ferros é uma centralidade econômica e de serviços na Região. • Mobilização da população local para conservação do Lajedo de Soledade e uso sustentável do recurso. • Cachoeira do Pinga (Portalegre) é a única perene em todo o estado.	• Polo distante de grandes receptores / emissores de turistas (mais de 400 Km). • Dificuldade de planejamento do Polo pelo excesso de municípios com características físicas, potencial e oferta díspares. • Áreas de grande valor ambiental, paisagístico e arqueológico fora de unidades de conservação e sem infraestrutura para recepção de visitantes. • Edificações antigas desprotegidas pela inexistência de lei de tombamento. • Má conservação e falta de informações a respeito dos atrativos culturais. Pouca iniciativa de trabalhos de educação ambiental junto aos principais atrativos naturais e de cunho arqueológico. • Acesso aos principais atrativos é precário. • Baixa oferta de agências de receptivo. Baixa participação da iniciativa privada no desenvolvimento do turismo.	• Possibilidade de interiorização do turismo no estado; • Criação de oportunidades de novos negócios voltados para a prestação de serviços turísticos. • Turismo Cultural é complementar a outros segmentos, agregando valor à oferta, e pode ser oferecido a pessoas com diferentes perfis e interesses principais diversos. • O turismo de aventura e principalmente o ecoturismo primam pela conservação recursos ambientais, históricos e culturais. • Turismo de aventura e ecoturismo em expansão no Brasil. • Patú reconhecido mundialmente pela quebra de recordes no voo livre. • Atividades de entretenimento e lazer possuem alto impacto econômico (Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília - CET/UnB). • Presença do sistema S no incentivo ao empreendedorismo.	• Principal motivação da demanda do Rio Grande do Norte é o lazer com interesse principal em sol e mar. • Destruição dos recursos ambientais e arqueológicos pelo mau uso. • Destinos com oferta baseada no ecoturismo, turismo de aventura e turismo arqueológico bem estruturados e qualificados no país. • Baixo investimento dos proprietários em áreas com alto interesse ambiental e arqueológico do Polo. • I Situação informal dos profissionais que atuam no setor e desinteresse pela formalização. • Falta de investimento em novos empreendimentos e ausência do espírito de empreendedorismo. • Desinteresse dos empresários quanto à sua capacitação e a de seus empregados. • Ausência de parcerias entre o trade turístico e o poder público e do trade com outros empreendedores.

COMERCIALIZAÇÃO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Existência da Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR. • Circuito das serras potiguares.	• Baixa oferta de serviços e de equipamentos turísticos no Polo (agências de viagem, transportadoras turísticas e locadoras de carros). • Inexistência de Centro de Atendimento ao Turista - CAT na região do Polo. • Informações turísticas precárias veiculadas nos sites dos municípios. • Poucos empreendimentos possuem sites com informações de qualidade. • Imagem do Polo Serrano sem a definição necessária para sua comercialização no mercado. • Agências de turismo com baixo nível de desempenho e pouca iniciativa.	• Plano Estratégico e de Marketing Turístico do estado em elaboração.	• Principal motivação da demanda do Rio Grande do Norte é o lazer, com interesse principal em sol e mar.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Existência de Política Estadual de Turismo – PET e de Fundo Estadual de Desenvolvimento Turístico – FUNDETUR. • Conselho de turismo do Polo estruturado e ativo (Conselho Estadual de Turismo - CONETUR).	• Excesso de cargos comissionados e ausência de concurso público nas administrações municipais impacta a continuidade das ações da Secretaria de Turismo - SETUR e dos governos locais. • Não implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da Secretaria de Turismo do Rio Grande	• Plano Estratégico de Desenvolvimento, Realinhamento Organizacional e Modernização Administrava do Estado do Rio Grande do Norte em elaboração. • A elaboração do PDITS e o início do Projeto de Sinalização do Polo contribuem para que os Conselhos Municipais de Turismo permaneçam mais ativos e confiantes.	• Atual conjuntura político-econômica do país inviabiliza recursos federais.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Todos dos municípios do Polo possuem um órgão responsável pela gestão do turismo. • Circuito das Serras Potiguares – iniciativa em curso, visando o desenvolvimento do turismo. • A elaboração do PDITS e o início do Projeto de Sinalização do Polo contribuem para que o Conselho de Turismo seja mais atuante e confiante no sucesso do Polo. • Participação de representante do Polo Serrano no CONETUR.	do Norte - SETUR/RN, elaborado em 2009/2010. • Execução de eventos como a principal atividade desenvolvida pelos órgãos locais gestores do turismo, em detrimento do planejamento. • Apenas cinco municípios possuem Conselhos instituídos e, desses, apenas 3 estão ativos (Caraúbas, Martins e Viçosa). • Condições de funcionamento dos órgãos municipais de turismo fragilizada diante da perspectiva de desenvolvimento do turismo na área. • Falta de integração das áreas de turismo com outros órgãos municipais e com a iniciativa privada. • Incipiência das informações relativas ao mercado turístico. • Número de funcionários e qualificação insuficiente para a adequada gestão do turismo municipal. • Apenas os municípios de Martins e Luís Gomes possuem inventário da oferta turística (necessitando complementação de acordo com a metodologia do Ministério do Turismo - MTUR).	• Plano Estratégico e Marketing Turístico do RN em elaboração. • “Circuito das Serras Potiguares” iniciativa de empresários, comerciantes e outros agentes sociais contribuindo para expandir o turismo no interior do estado, sobretudo, na região do Alto Oeste Potiguar.	

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
	• Pau dos Ferros como único município que possui política de turismo instituída. Portalegre o único que possui Fundo de Turismo ativo. • Nenhum município possui Plano Diretor.		

INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Centros urbanos pavimentados. • Praças urbanas qualificadas. • Calçadas adequadas nas áreas centrais.	• Baixa conectividade entre os atrativos turísticos e as rodovias principais. • Pouco interesse do setor privado local em promover novos investimentos. • Má conservação das rodovias estaduais e parte das federais. • Má sinalização das rodovias estaduais e federais. • Sistemas de comunicação (telefonia e internet) fragilizados. • Destinação inadequada do lixo. • Existência de projetos elaborados não implantados (ex.: teleférico de Martins, consórcios intermunicipais para tratamento de resíduos sólidos. • Incipiência dos serviços de segurança e do efetivo policial existente.	• Possibilidade de uso de mão de obra e materiais locais na execução das intervenções. • Crescimento do turismo na região. • Programa de regionalização do turismo.	• Má conservação das rodovias é causa de acidentes de trânsito.

•

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
• Recursos naturais disponíveis para o turismo – características do clima, serras e cachoeiras, dentre outros.	• Falta de dispositivos legais de proteção dos recursos naturais. • Baixa representatividade das instituições de pesquisa no Conselho de Meio Ambiente.		• Sucessivos anos de estiagem. • Destruição dos recursos ambientais e arqueológicos pelo mau uso. • Poluição da bacia Apodi/Mossoró.

Fonte: ITEC, 2016.

2 JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

2.1 IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

Os atrativos turísticos são o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria prima da atividade turística, pois são eles que provocam o deslocamento de turistas até o destino.

No entanto, a potencialidade turística de um destino não deve ser avaliada apenas pela quantidade de atrativos existentes, mas pelo valor qualitativo que representam. Sendo assim, e para contribuir com a identificação das áreas prioritárias para a recepção de investimentos no Polo Serrano os atrativos relevantes foram classificados e hierarquizados de acordo com uma escala pré-estabelecida, permitindo diferenciar as suas características e o grau comparativo de importância entre eles.

2.1.1 Metodologia para Hierarquização dos Atrativos

Foram avaliados os aspectos a seguir descritos.

QUADRO 2: ASPECTOS AVALIADOS NA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

ASPECTOS AVALIADOS	DESCRIÇÃO
Singularidade	Situa a força do atrativo através de suas qualidades estéticas e o qualifica quanto a sua raridade ou não quando comparado aos demais atrativos da área de estudo. Esse aspecto possui peso 2 por sua significância em relação aos demais aspectos.
Grau de Uso Atual	Analisa o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para a área de estudo. Indica a situação atual e não a potencial.
Estado de Conservação	Situa as condições do ambiente no qual se encontra o atrativo.
Infraestrutura do Atrativo	Situa as facilidades que o atrativo oferece ao visitante (sinalização, facilidade de informação, pessoal capacitado para atendimento, presença de banheiros,

ASPECTOS AVALIADOS	DESCRIÇÃO
	adaptação a Pessoas com Deficiência, trilhas conservadas, etc.)
Infraestrutura Turística	Situa as condições de infraestrutura turística que atende ao atrativo no destino (informação e promoção do atrativo, agências de receptivo, oferta de hospedagem e alimentação nas proximidades, etc.)
Infraestrutura de Acesso	Situa o atrativo com relação à facilidade de acesso (situação das vias de acesso, sinalização turística, informação sobre o atrativo, etc.).
Grau de Interesse da Demanda Regional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda local/Regional
Grau de Interesse da Demanda Nacional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda nacional
Grau de Interesse da Demanda Internacional	Situa o atrativo com relação à preferência da demanda internacional. Esse aspecto possui peso 2 por sua significância em relação aos demais aspectos.

Fonte: ITEC, 2016.

QUADRO 3: CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

ASPECTOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (VALORES)			
	1 NENHUM	2 BAIXO	3 MÉDIO	4 ALTO
Singularidade (P2)	Nenhuma	Elemento comum	Alguns elementos singulares	Elemento raro ou único
Grau de Uso Atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
Estado de Conservação	Estado de conservação muito ruim	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação

ASPECTOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (VALORES)			
	1 NENHUM	2 BAIXO	3 MÉDIO	4 ALTO
Infraestrutura do Atrativo	Inexistente	Existente, em estado precário	Existente, com necessidade de algumas intervenções/ melhorias	Existente, em ótimo estado
Infraestrutura Turística	Inexistente	Existente, em baixa escala	Existente, em média escala	Atrativo bem atendido
Infraestrutura de Acesso	Inexistente	Existente, em estado precário	Existente, com necessidade de algumas intervenções/ melhorias	Existente, em ótimo estado
Grau de Interesse da Demanda Regional	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de, por si só, gerar demanda.
Grau de Interesse da Demanda Nacional	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de, por si só, gerar demanda.
Grau de Interesse da Demanda Internacional (P2)	Não desperta interesse	Desperta algum interesse a visitantes que chegam por outra motivação	Capaz de gerar demanda se agregado a outros atrativos	Capaz de, por si só, gerar demanda.

Fonte: ITEC, 2016.

Desta forma, cada atrativo é classificado e hierarquizado de acordo com o seu grau de interesse/atratividade, de forma que o somatório das notas atribuídas aos diferentes parâmetros de avaliação corresponda à sua importância e prioridade tendo em vista o desenvolvimento do turismo no Polo Serrano.

Os aspectos Singularidade e Grau de Interesse da Demanda Internacional possuem Peso 2 no somatório devido sua importância no contexto turístico.

Para tanto, tem-se:

Atratividade comprometida: notas entre 11 e 22 (cinza)

Atratividade mantida: notas entre 23 e 34 (verde)

Atratividade alta: notas entre 35 e 44 (laranja)

Ressalta-se que 11 é a pontuação mínima admitida a partir da aplicação dos critérios de avaliação e valores definidos, e 44 a pontuação máxima.

A análise destes aspectos foi consolidada em uma matriz de avaliação que resultou na visão integrada do marco potencial turístico de cada atrativo, como se apresenta no item a seguir.

2.1.2 Resultados da Hierarquização

TABELA 1: MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
ALEXANDRIA	Serra da Barriguda	6	1	3	1	1	1	2	1	2	**18**
	Serra de Santana	6	1	3	1	1	1	2	1	2	**18**
	Casarios antigos do Centro	6	1	2	1	2	2	2	1	2	**19**
	Antiga Estação Ferroviária (Sede da Sec de Cultura, Meio Ambiente e Turismo)	4	1	2	2	2	2	1	1	2	**17**
	Mercado Público	4	2	2	2	2	2	2	1	2	**19**
	Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz)	4	1	3	2	2	2	2	1	2	**19**
	Igreja do Coração de Jesus	4	2	4	2	2	2	3	1	2	**22**
	Parque da Lagoa de Lajes	2	1	1	1	1	1	1	1	2	**11**
	Instituto Zulmirinha Veras	2	2	2	1	2	2	2	1	2	**16**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
APODI	Barragem Santa Cruz (Balneário Público)	4	4	1	2	1	2	3	1	2	**20**
	Lagoa Apodi	4	2	1	2	2	2	3	1	2	**19**
	Lajedo da Soledade	8	4	3	3	2	3	4	3	6	**36**
	Museu do Lajedo da Soledade	8	3	3	2	2	3	2	2	4	**29**
	Terminal Turístico	4	1	1	3	2	2	3	2	2	**20**
CARAÚBAS	Antiga Estação Ferroviária (Casa de Cultura)	6	2	3	2	2	2	3	2	2	**24**
	Hotel Olho D'água	8	4	3	4	2	3	4	2	2	**32**
DOUTOR SEVERIANO	Poço Barreiras	4	2	1	2	2	2	3	1	2	**19**
	Pórtico de Identificação e acesso ao Município	2	1	2	1	1	2	1	1	2	**13**
	Igreja de Santa Luzia	4	2	3	1	1	2	3	2	2	**20**
	Casa de Farinha	6	1	1	1	1	1	2	1	2	**16**
FRUTUOSO GOMES (**)	Casa de Cultura de Frutuoso Gomes	2	1	4	2	1	3	1	1	2	**17**
	Trilha Pé da Serra	2	1	2	1	1	2	1	1	2	**13**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
	Museu Mumbaça	2	1	4	2	1	3	1	1	2	17
	Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	2	1	4	2	1	3	1	1	2	17
JOSÉ DA PENHA (**)	Igreja Matriz de São Francisco de Assis	2	2	3	2	1	3	2	1	2	18
	Pedra do Letreiro	4	2	2	1	2	1	1	1	2	16
	Açude e Balneário da Barra	2	1	2	1	2	1	2	1	2	14
LUCRÉCIA	Acervo Histórico Arquitetônico (primeiras casas da Cidade)	6	1	3	1	2	2	1	1	2	19
	Cruz dos 3 Heróis	6	1	3	1	2	2	2	1	2	20
LUÍS GOMES	Alto do Tabó	4	2	3	1	2	2	2	2	2	20
	Serra de Luís Gomes	4	2	3	1	2	2	2	2	2	20
	Casa de Engenho e Farinha Sítio Oliveira	6	1	1	1	2	1	2	1	2	17
	Mirante do Relo*	4	1	1	3	2	2	3	2	2	20
	Complexo Turístico Mirante da Serra*	4	4	3	4	2	2	4	1	2	26

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
MAJOR SALES	Museu Cultural de Major Sales	6	3	2	2	1	2	3	2	4	**25**
MARTINS	Pedra Rajada	6	2	4	1	3	1	2	2	2	**23**
	Pedra do Sapo	6	2	4	1	3	1	2	2	2	**23**
	Casa de Pedra	8	3	2	2	3	2	3	3	4	**30**
	Centro Histórico de Martins	6	3	3	3	3	3	3	3	2	**29**
	Igreja Matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição	4	3	3	2	3	3	3	3	2	**26**
	Capela Nossa Senhora do Rosário	4	1	3	2	3	1	3	1	2	**20**
	Museu Histórico de Martins	6	3	1	2	3	3	3	3	4	**28**
	Museu Júnior Marcelino	8	2	2	1	3	2	3	3	4	**28**
	Memorial Manoel Lino de Paiva	4	2	3	2	2	2	3	2	2	**22**
	Mirante da Carranca*	6	4	4	3	3	2	4	3	4	**33**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
	Mirante do Canto*	6	4	4	3	3	2	4	3	4	**33**
	Mirante Encanto da Serra*	6	4	4	3	3	2	4	3	4	**33**
	Mirante Mãe Guilé*	6	4	4	3	3	2	4	3	4	**33**
	Praça Almino Afonso	6	3	3	3	3	3	3	3	4	**31**
PATÚ	Serra do Lima	6	2	4	1	3	1	2	2	2	**23**
	Santuário N. S. dos Impossíveis – Serra do Lima	8	4	3	4	4	3	4	3	2	**35**
	Igreja Matriz	4	2	3	2	3	2	3	2	2	**23**
	Museu Rural	4	2	3	2	1	2	2	2	2	**20**
	Rampa de Voo Livre	8	3	2	2	3	2	2	3	6	**31**
PAU DOS FERROS	Açude Público de Pau dos Ferros/Barragem	6	1	2	3	3	2	4	2	2	**25**
	Edificações antigas	6	2	3	2	3	2	2	2	4	**26**
	Casa de Cultura Popular “Joaquim Correia”	6	3	4	2	3	2	2	2	2	**26**
	Mercado Público de Pau dos Ferros	6	2	2	2	3	2	2	2	2	**23**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
PORTALEGRE	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	6	3	4	2	3	2	2	2	2	**26**
	Capela de São Benedito	4	2	3	2	3	2	3	2	2	**23**
	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	6	3	4	2	3	2	2	2	2	**26**
	Museu de Cultura Sertaneja da UERN	6	4	3	2	3	2	4	2	2	**28**
	Praça da Matriz	6	3	4	2	3	2	2	2	2	**26**
	Cachoeira do Pinga*	8	4	2	2	3	2	4	3	4	**32**
	As Torres	6	2	4	1	3	1	2	2	2	**23**
	Centro Histórico (Edificações antigas)	6	3	3	3	3	3	3	3	4	**31**
	Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição	6	3	3	3	3	3	3	2	4	**30**
	Prédio de Câmara e Cadeia	4	1	1	1	3	3	2	2	4	**21**
	Terminal Turístico da Bica	6	4	3	3	3	2	4	2	2	**29**
	1º Mirante (Boa Vista)	2	1	1	1	3	2	1	1	2	**14**
	2º Mirante (Recanto Alto da Serra)	6	4	4	3	3	2	4	3	4	**33**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
RIACHO DA CRUZ	Bosque Municipal do Aconchego	3	3	4	3	1	2	3	1	1	**21**
	Praça de Eventos (*)	2	3	4	4	1	3	3	2	1	**23**
	Capela do Sagrado Coração de Jesus (*)	1	2	3	2	1	1	3	2	1	**16**
	Capela de Santa Luzia (*)	1	2	3	2	1	1	3	1	1	**15**
	Marco Histórico (*)	3	1	2	2	1	2	2	1	1	**15**
	Trilha dos Pioneiros (*)	3	2	2	2	1	1	2	1	1	**15**
	Trilha do Poço da Vaca (*)	3	3	3	3	1	3	2	1	1	**20**
	Açude de Riacho da Cruz (*)	1	1	2	2	1	1	2	1	1	**12**
SÃO MIGUEL	Açude Bonito	6	4	3	3	3	2	4	2	2	**29**
	Rua Grande	6	2	3	2	2	2	2	2	4	**25**
	Mirante de Frei Damião	4	1	1	1	2	1	1	1	2	**14**
SERRINHA DOS PINTOS (**)	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA SALETE	2	2	4	3	2	3	1	1	2	**20**
	TERMINAL TURÍSTICO JAVAN SANTOS ROSA	2	3	3	2	2	3	2	1	2	**20**

MUNICÍPIO	ATRATIVOS	INDICADORES/PONTUAÇÃO									
		Singularidade	Grau de Uso Atual	Estado de Conservação	Infraestrutura do Atrativo	Infraestrutura Turística	Infraestrutura de Acesso	Grau de Interesse da Demanda Regional	Grau de Interesse da Demanda Nacional	Grau de Interesse da Demanda Internacional	TOTAL
PESO		2	1	1	1	1	1	1	1	2	
	PEDRA DO NARIZ	4	2	2	1	1	1	2	1	2	**16**
	LAJEDO DOS BASTIOES	4	2	2	1	1	1	2	1	2	**16**
	LAJEDO DE TOTA	4	3	2	1	1	1	2	1	2	**17**
VENHA VER	**Serra da Boa Vista**	4	2	4	1	3	1	2	2	2	**21**
	Santuário de Frei Damião	6	3	3	3	1	3	4	1	2	**26**
VIÇOSA	**Gruta Nossa Senhora Perpétuo Socorro**	2	2	3	1	1	1	1	1	2	**14**

OBS: (*) Atrativos hierarquizados pelo gestor municipal e não pela consultoria técnica. (**) Municípios não visitados durante levantamento de Campo; Atrativos hierarquizados pela SETUR/RN.

Fonte: ITEC, 2016.

LEGENDA:
Atratividade comprometida: notas entre 11 e 25 (cinza)
Atratividade mantida: notas entre 26 e 34 (verde)
Atratividade alta: notas entre 35 e 44 (laranja)

No município de Alexandria todos os nove atrativos considerados foram classificados como de Atratividade Comprometida.

A infraestrutura do atrativo, a infraestrutura de acesso e a infraestrutura turística, que influenciam diretamente no grau de uso do atrativo e no interesse da demanda, foram os itens que receberam as menores notas.

O Parque Lagoa das Lajes, no município de Alexandria, recebeu a menor classificação no processo de análise. Apesar de ser conhecido no município como um “Sítio Arqueológico”, o parque não possui qualquer característica que remeta a esse tipo de atrativo. Além do difícil acesso, encontra-se degradado e não possui qualquer tipo estrutura para que possa ser visitado.

Também em Alexandria, os atrativos: Serra da Barriguda e Serra de Santana, ambos localizados em área privada, apesar de seu interesse paisagístico são locais de difícil acesso e ainda não são aproveitados para o turismo. Não contam com qualquer estrutura que os configure como um atrativo turístico vendável.

No município de Apodi foram analisados cinco atrativos, dos quais três foram classificados como de Atratividade Comprometida, um como Atratividade Mantida e um como Atratividade Alta. O estado de conservação, a infraestrutura do atrativo e a infraestrutura turística foram os indicadores com menor pontuação.

Ainda em Apodi, o atrativo com menor pontuação foi a Lagoa do Apodi que, apesar de possuir orla urbanizada e alguns quiosques instalados, apresenta saneamento precário, com o descarte do esgoto dos quiosques no corpo hídrico e disposição de lixo em suas margens. Longos períodos de estiagem mantém a Lagoa praticamente vazia, denotando problemas de conservação e manutenção.

Por outro lado, encontra-se em Apodi o Lajedo de Soledade, o atrativo que recebeu a maior pontuação no processo de avaliação procedido, dada a sua alta singularidade e importância para o desenvolvimento do turismo Arqueológico no Polo Serrano. A gestão do Lajedo, inclusive a conservação do sitio arqueológico ali existente, está a cargo da Fundação Amigos do Lajedo de Soledade – FALS. O Lajedo já recebe um número considerável de visitantes, cerca de 700 por mês, em sua maioria estudantes e professores. A visitação ao local é organizada e acompanhada por condutores treinados. O Lajedo já possui alguma infraestrutura, como escadas que facilitam o acesso dos visitantes. No entanto, são demandadas melhorias, de forma a maximizar a experiência do visitante e conservar esse bem arqueológico brasileiro.

O Museu do Lajedo da Soledade, que dá suporte à visitação do sitio arqueológico, foi classificado como de Atratividade Mantida, ainda que a infraestrutura existente demande melhorias. No município de Caraúbas, foram considerados dois atrativos, um atrativo foi classificado como de Atratividade Comprometida e outro como de Atratividade Mantida. Ali, a Casa de Cultura – antiga Estação Ferroviária – volta-se como atrativo para a

população local e talvez gere algum interesse na demanda regional. Já o Hotel Olho D'água, único parque aquático da região, já apresenta demanda regional.

Em Doutor Severiano todos os atrativos foram classificados como de Atratividade Comprometida. Os indicadores com pior avaliação mais uma vez foram a infraestrutura do atrativo, a infraestrutura de acesso e a infraestrutura turística.

Em Frutuoso Gomes e José da Penha todos os atrativos foram avaliados como de Atratividade Comprometida.

Ressalta-se que, em geral, as Casas de Farinha e os Engenhos localizados na região poderiam tornar-se atrativos culturais interessantes tanto à população local, como aos turistas; no entanto, nenhum dos locais visitados apresentou condições mínimas para recepção de visitantes. São no geral, locais de difícil acesso, estruturas com quase nenhum uso e que estão em completo estado de abandono.

O município de Lucrécia teve dois atrativos analisados e classificados como de Atratividade Comprometida. A infraestrutura do atrativo, a infraestrutura turística e o grau de uso foram os indicadores com menor avaliação.

No município de Luís Gomes foram analisados cinco atrativos. Desses, quatro foram classificados como de Atratividade Comprometida e um como de Atratividade Mantida. Os indicadores que receberam menor pontuação foram a infraestrutura dos atrativos e a infraestrutura de acesso.

O Alto do Tabó e a Serra de Luís Gomes, áreas privadas, são locais interessantes quanto ao paisagismo e já possuem um pequeno fluxo, basicamente local, em suas trilhas; no entanto, são locais de difícil acesso e ainda não são aproveitados para o turismo, pois não possuem qualquer estrutura que os configure como um atrativo vendável e que possa compor um produto turístico. O Complexo Turístico Mirante da Serra avaliado como de Atratividade Mantida possui boa infraestrutura turística, mas ainda é basicamente utilizada pela demanda local e demanda regional.

Em Major Sales o único atrativo analisado foi classificado como de Atratividade Comprometida. No entanto, o município possui grande potencial de desenvolvimento turístico relacionado aos eventos culturais que têm ganhado cada vez mais vulto regional. O Museu Cultural deve ser o equipamento de suporte aos eventos e de complementação de informações a eles relativas. Importante destacar que o Museu obteve baixa pontuação dada a sua estrutura física - pequena e pouco conservada.

Martins foi o município com o maior número de atrativos analisados, quatorze ao todo. Desses, dez foram considerados de Atratividade Mantida e apenas quatro de Atratividade Comprometida. O município se destaca principalmente por sua paisagem serrana e pela oferta qualificada de serviços e equipamentos turísticos, aí incluídos os mirantes que possuem estrutura de lazer, alimentação e prestam-se à realização de pequenos eventos, beneficiados pela paisagem e pela localização privilegiada do município. O Centro Histórico

do município de Martins agrupa boa parte dos atrativos culturais, como museus e igrejas, e desperta o interesse dos visitantes. Destaque-se o Museu Histórico, que possui grande acervo histórico, cultural e arqueológico e está instalado em um prédio antigo; entretanto, sua estrutura e estado de conservação são precários.

Importante também citar, em Martins, a Casa de Pedra que, assim como o Lajedo de Soledade, em Apodi, é um atrativo singular do Polo. A Casa de Pedra é a segunda maior caverna do Brasil em mármores e a maior do estado em volume interno. Fica em propriedade privada e está aberta à visitação. No entanto, encontra-se à mercê de atos de vandalismo, dada a falta de fiscalização e de acompanhamento ambiental na área.

No município de Patú foram avaliados cinco atrativos, dos quais um é de Atratividade Alta, um de Atratividade Mantida e três são de Atratividade Comprometida.

A Serra do Lima é um atrativo interessante paisagisticamente e já possui um pequeno fluxo local e regional de visitantes. Entretanto, não possui qualquer estrutura que a configure como um atrativo vendável e que possa compor um produto turístico. A rampa de Voo Livre, na Serra do Lima, é um local adaptado para a prática do esporte e, embora com pouca infraestrutura, é conhecido internacionalmente como local de quebra de recordes mundiais nos voos de *paragliders,* conferindo-lhe demanda internacional especializada no citado esporte.

O Santuário Nossa Senhora dos Impossíveis, também na Serra do Lima, é um atrativo singular da região, principalmente pela estrutura diferenciada do templo religioso e por já gerar grande fluxo turístico durante as romarias e eventos religiosos que acontecem durante todo o ano. O atrativo é bem localizado e de acesso fácil, pavimentado e sinalizado (sinalização não oficial) e encontra-se em bom estado de conservação.

No município de Pau dos Ferros foram analisados nove atrativos. Desses, seis foram avaliados como de Atratividade Mantida e três como de Atratividade Comprometida. O destaque em Pau dos Ferros é para os atrativos de cunho cultural, dentre eles as edificações antigas que estão, em sua maioria, muito bem conservadas, e o Museu de Cultura Sertaneja instalado em uma sala do Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. O espaço é muito bem organizado, porém pequeno para um acervo em constante ampliação. A visita é guiada pela responsável pelo local, que discorre sobre a pesquisa realizada e sobre as peças em exposição.

No município de Portalegre três atrativos foram classificados como de Atratividade Comprometida e cinco de Atratividade Mantida. Assim como Martins, o município se destaca por sua paisagem serrana e pela qualificação dos serviços e equipamentos turísticos ofertados. Em Portalegre localiza-se a única cachoeira perene do estado, a Cachoeira do Pinga, que possui a estrutura necessária à visitação, demandando, entretanto, melhorias relativas à segurança do visitante e aos procedimentos adotados para a conservação desse recurso natural único no Rio Grande do Norte.

O Centro Histórico de Portalegre apresenta agrupamento de edificações antigas e de cunho histórico, entre eles o Prédio de Câmara e Cadeia, atualmente degradado e em desuso.

Em Riacho da Cruz foram hierarquizados oito atrativos, todos classificados como de Atratividade Comprometida. Ressalta-se que apenas o Bosque Municipal recebeu notas pela equipe técnica contratada, os demais atrativos foram avaliados pelo gestor municipal do turismo.

No município de São Miguel foram avaliados três atrativos, dois de Atratividade Comprometida e um de Atratividade Mantida, qual seja o Mirante Frei Damião, ainda em implantação. O Mirante foi planejado como local para romarias e eventos religiosos, assim como o Santuário do Lima, em Patú.

Em Serrinha dos Pintos todos os atrativos foram avaliados como de Atratividade Comprometida.

Em Venha Ver dois atrativos foram analisados. A Serra da Boa Vista foi classificada como Atratividade Comprometida, pois, apesar do interesse paisagístico, não possui qualquer infraestrutura de acesso ou no atrativo. O segundo, o Santuário de Frei Damião, foi classificado como de Atratividade Mantida, e apresenta fluxo regional com motivos religiosos.

O único atrativo analisado no município de Viçosa foi classificado como de Atratividade Comprometida, qual seja, a Gruta Nossa Senhora Perpétuo do Socorro, um oratório construído, onde são rezadas missas.

Os municípios de Frutuoso Gomes, José da Penha e Serrinha dos Pintos foram adicionados ao Polo após o levantamento de campo, por esse motivo, não tiveram seus atrativos hierarquizados pela equipe técnica.

A tabela a seguir apresenta os resultados da hierarquização dos atrativos em termos quantitativos.

TABELA 2: RESULTADOS DA HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS

MUNICÍPIO	ATRATIVIDADE						TOTAL	
	COMPROMETIDA		MANTIDA		ALTA			
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
ALEXANDRIA	9	100	0	0	0	0	9	100
APODI	3	60	1	20	1	20	5	100

MUNICÍPIO	ATRATIVIDADE						TOTAL	
	COMPROMETIDA		MANTIDA		ALTA			
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
CARAÚBAS	1	50	1	50	0	0	2	100
DOUTOR SEVERIANO	4	100	0	0	0	0	4	100
FRUTUOSO GOMES	4	100	0	0	0	0	4	100
JOSÉ DA PENHA	3	100	0	0	0	0	3	100
LUCRÉCIA	2	100	0	0	0	0	2	100
LUÍS GOMES	4	80	1	20	0	0	5	100
MAJOR SALES	1	100	0	0	0	0	1	100
MARTINS	4	28,6	10	71,4	0	0	14	100
PATÚ	3	60	1	20	1	20	5	100
PAU DOS FERROS	3	33,3	6	66,7	0	0	9	100
PORTALEGRE	3	37,5	5	62,5	0	0	8	100
RIACHO DA CRUZ	8	100	0	0	0	0	8	100
SÃO MIGUEL	2	66,7	1	33,3	0	0	3	100
SERRINHA DOS PINTOS	5	100	0	0	0	0	5	100
VENHA VER	1	50	1	50	0	0	2	100
VIÇOSA	1	100	0	0	0	0	1	100
TOTAL GERAL	**61**	**59,2**	**27**	**38**	**2**	**2,8**	**90**	**100**

Fonte: ITEC, 2016.

Conforme demonstrado, ao todo foram analisados 90 (noventa) atrativos pertencentes ao Polo Serrano. A grande maioria desses atrativos (59,2%) está classificada como de Atratividade Comprometida. Todos os municípios possuem pelo menos um atrativo nesta categoria.

Os atrativos classificados como de Atratividade Mantida perfazem 38% dos atrativos analisados, e encontram-se nos municípios de Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel.

Apenas dois atrativos do Polo (2%) foram classificados como de Alta Atratividade. Esses atrativos localizam-se em Patú e em Apodi.

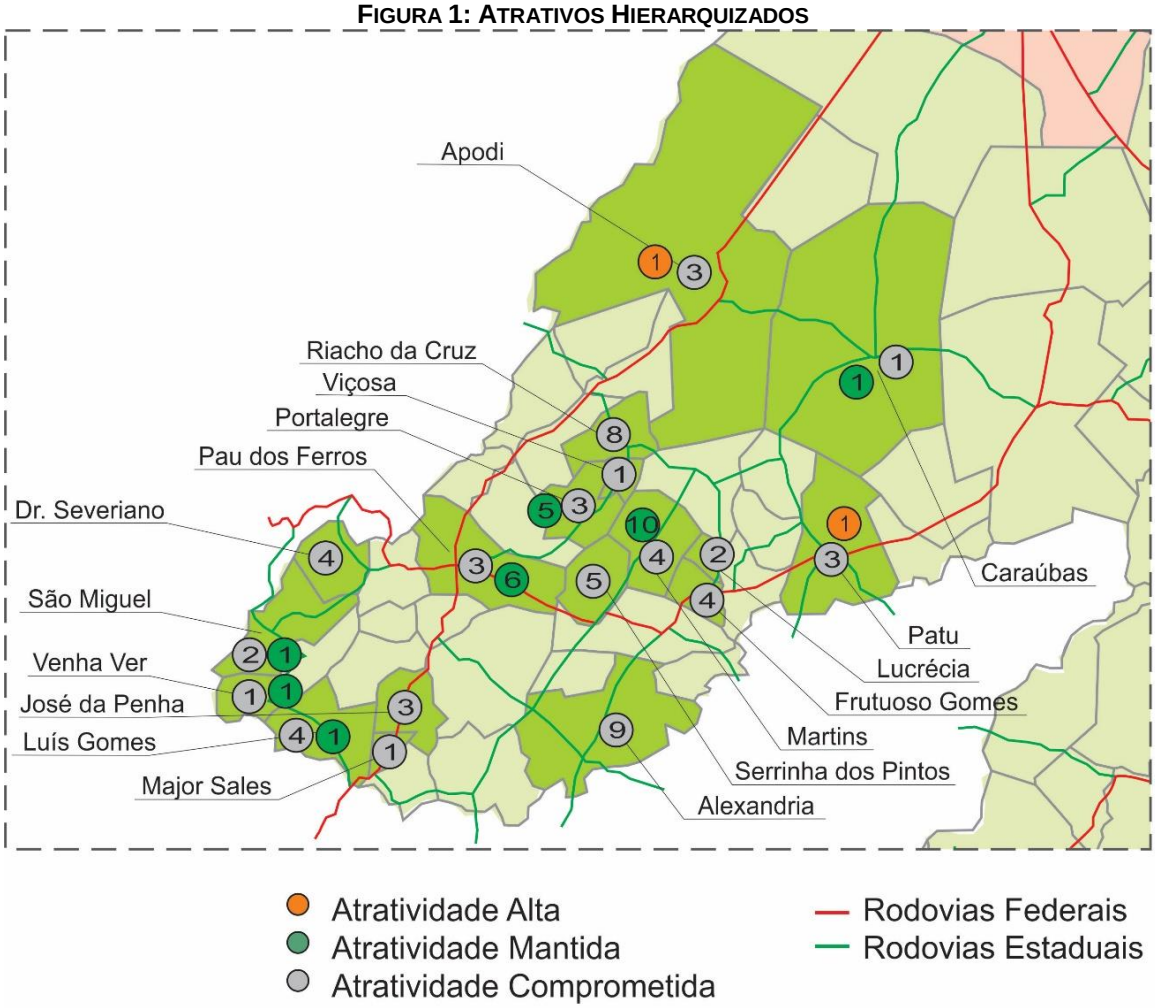
No geral, os indicadores que mais comprometeram a avaliação dos atrativos foram: infraestrutura do atrativo, infraestrutura turística e infraestrutura de acesso, que afetam diretamente o seu grau de uso do atrativo e o interesse da demanda.

Ressalta-se que os atrativos melhor qualificados se concentram em poucos municípios do Polo, (observar no mapa a seguir), e consequentemente, esta é a área com maior potencial turístico a ser desenvolvido. Além da reestruturação e da qualificação dos atrativos já existentes, é necessário o fortalecimento de atrativos como o Lajedo de Soledade e a Casa de Pedra que, juntamente com outros atrativos naturais são o diferencial do Polo, e capazes de carrear fluxos motivados para o lazer e para a prática do Turismo Arqueológico, do Ecoturismo e, em menor proporção, do Turismo de Aventura. Atenção especial deve ser dispensada aos atrativos de cunho religioso que já carreiam um fluxo regional.

Destaque-se a importância da profissionalização para exercício das atividades turísticas e da adoção de incentivos destinados aos investidores privados.

O mapa a seguir ilustra a localização dos atrativos hierarquizados.

FIGURA 1: ATRATIVOS HIERARQUIZADOS



Fonte: ITEC, 2016.

2.2 ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Segundo a Lei nº 12.587/2012, mobilidade urbana é a "condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano" (BRASIL, 2012a, Art. 4°, Inciso II) e acessibilidade é a "facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando a legislação em vigor." (BRASIL, 2012a, Art. 4°, Inciso III). Portanto, a acessibilidade é compreendida como o bom estado e a qualificação da infraestrutura e serviços que possibilita a todos realizar seus deslocamentos com autonomia.

A atratividade turística tem forte relação com a acessibilidade. A baixa qualidade da infraestrutura dos acessos inviabiliza a atividade turística, principalmente para a circulação de pessoas com dificuldade de locomoção, idosos e gestantes e crianças.

A acessibilidade aos atrativos tratados neste documento é vista em termos da macro e da micro acessibilidade, sendo que a primeira se refere à facilidade de acesso aos diversos destinos e à disponibilidade de vias e meios de transporte, enquanto a micro acessibilidade diz respeito à maior ou menor facilidade de acesso a um atrativo específico.

Os municípios que compõem o Polo Serrano estão, dentro do perímetro do estado, na extremidade mais afastada da capital, Natal, que é acessível por via terrestre ou aérea. As rodovias que conectam o Polo aos principais focos emissores são, em sua maioria, pavimentadas e sinalizadas. As rodovias federais BR-226 e BR-405 são as que possuem melhores condições de pavimento e sinalização horizontal e vertical, seguidas pelas rodovias estaduais, RN-076, RN-078, RN-079, RN-117 e RN-177, que apresentam estado inferior de conservação com trechos esburacados, sem acostamentos, sinalização horizontal apagada e sinalização vertical danificada. O transporte rodoviário é o principal meio de acesso ao Polo.

O único aeroporto com voos regulares é o Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves, que está localizado no Município de São Gonçalo do Amarante, região metropolitana de Natal. Porém existem aeródromos em boas condições para voos fretados, nos municípios de Caraúbas, Martins, Alexandria e Pau dos Ferros, com infraestrutura e equipamentos mínimos para uso de aeronaves do tipo leve. O aeroporto *Dix-Sept* Rosado, em Mossoró, está parcialmente equipado, pelas as exigências da Infraero, e por isso ainda não opera voos comerciais. Assim que iniciar suas atividades será um importante acesso ao Polo Serrano, a apenas 152 km de Pau dos Ferros.

Quanto à micro acessibilidade, os principais atrativos turísticos naturais do Polo contam com acessos precários, com muitas curvas, aclives e declives acentuados, ausência de acostamento e sinalização deficiente. Os acessos são pavimentados apenas em pontos mais críticos, buscando evitar o assoreamento das estradas, que se tornam intransitáveis em alguns trechos no período de chuva.

Muitos municípios não contam com terminal rodoviário, apenas pontos de parada próximos à rodovia. Os poucos terminais rodoviários são inadequados e mal conservados, assim como os locais de parada de vans, táxi e moto táxi. É importante considerar essas paradas devido ao grande número de vans e veículos particulares que realizam transporte irregular

Os municípios apresentam a maior parte das vias da área urbana pavimentadas, principalmente na área central. O recobrimento é feito principalmente por paralelepípedos.

As praças e os atrativos possuem calçadas com alguns itens de acessibilidade, porém há necessidade de adequá-las a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2004 para possibilitarem o acesso total aos usuários com dificuldade de locomoção.

2.3 NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

Dentre as principais atividades produtivas desenvolvidas pela população residente nos municípios do Polo predominam as atividades rurais - agricultura de subsistência, plantio de forrageiras, criação de gado e de caprinos. Destaca-se também, como atividade terciária própria das áreas urbanas, o comércio varejista e algumas indústrias de pequeno e médio porte, como confecções e indústrias de alimentos.

Os eventos culturais e religiosos, bem como esportes de aventura como voo livre e escaladas, ocorrem de forma localizada em alguns municípios. Tais práticas, entretanto, são limitadas quanto à geração de emprego e renda, dada a infraestrutura deficiente, a falta de planejamento e a pouca capacitação da população local para atendimento a um público externo, que possui exigências específicas.

Os eventos com motivos religiosos e os relacionados às festas juninas atraem principalmente moradores e visitantes de municípios do próprio estado ou de estados vizinhos. A expansão da demanda relativa a tais atividades é limitada pela quantidade e qualidade dos meios de hospedagem e dos estabelecimentos de alimentação e outros.

Os açudes, cachoeiras e afloramentos rochosos (pedras), também se destacam no Polo como atrativos naturais, sendo que os dois primeiros são condicionados e limitados pelo volume de precipitação ao longo do ano. Sendo assim, torna-se difícil planejar a sua exploração, com relação à carga de visitantes/turistas que poderão suportar.

Destaca-se ainda o turismo de aventura, também vinculado aos atrativos naturais, com atividades de trilhas, caminhadas e escaladas, realizadas principalmente nas áreas de afloramentos rochosos no Planalto da Borborema ou nos planaltos residuais, como a Serra do Lima em Patú. Não são identificados estudos ou pesquisas voltadas para as atividades de aventura no Polo, em locais como a cachoeira do Pinga e o Lajedo do Soledade, determinando suas características física, biótica e socioeconômica. Tais informações são necessárias para definir medidas de gestão e manejo e a capacidade de suporte, de forma

a evitar a degradação ambiental desses atrativos. O uso dos açudes e das suas margens para atividades de lazer também ocorre sem os necessários estudos e critérios, muitas vezes contribuindo para o comprometimento da quantidade e qualidade de suas águas.

2.4 CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

Do ponto de vista ambiental, o Polo Serrano possui algumas limitações.

O fator que tem a maior influência na região é o clima, classificado como semiárido quente e com uma média de precipitação baixa em torno de 500 mm. O déficit hídrico pode ser considerado, portanto, como o principal fator limitante para que haja aumento significativo da população, mesmo que temporário, ou do número de empreendimentos no Polo, uma vez que a disponibilidade de água é insuficiente inclusive para a população residente atual. Em função de períodos de seca prolongados os açudes podem apresentar níveis de água muito abaixo do recomendado.

Na região do Polo não são evidentes problemas quanto às condições físicas de topografia, drenagem natural e outros, que possam gerar desastres naturais como alagamentos ou mesmo deslizamentos de solo e ou rochas, não havendo maiores riscos às populações. Do ponto de vista geotécnico e geológico não são constatados problemas técnicos que possam impedir novas edificações, devendo ser observada a legislação vigente, as normas de gabarito ou mesmo a legislação ambiental em relação às Áreas de Preservação Permanente - APP. Cuidado especial deve ser tomado em relação a qualquer edificação e à disposição de efluentes no Lajedo de Soledade, no município de Apodi, que, em função de suas características, especialmente a formação de rochas calcárias, apresentam alto potencial de contaminação dos aquíferos subterrâneos.

É alta a deficiência de outros serviços básicos, como coleta e tratamento de esgotos, drenagem urbana, serviço de limpeza urbana, tanto na coleta quanto na disposição adequada de resíduos sólidos em aterros sanitários, representando riscos ao meio ambiente e à saúde da população residente. O incremento das atividades turísticas na região exige melhorias significativas nesse sentido. Ressalte-se que, atualmente, na área do Polo, apenas o município de Riacho da Cruz possui serviços de coleta e tratamento de esgotos.

Os serviços de saúde mal conseguem atender à população residente, exigindo, em muitos casos, a remoção de doentes mais graves para capital do estado.

Quanto aos atrativos naturais não existem estudos que propiciem o conhecimento mais detalhado dos meios físico, biótico e socioeconômico, não havendo definição com base científica da capacidade de suporte, ou mesmo medidas de manejo, gestão, fiscalização, proteção e monitoramento dessas áreas, o que coloca em risco sua integridade e o

desenvolvimento de atividades ligadas ao ambiente natural de forma responsável e sustentável.

2.5 QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

No âmbito institucional e legal, os aspectos que limitam ou impulsionam o desenvolvimento do turismo na área do Polo Serrano, dizem respeito às políticas vigentes de incentivo ou de apoio ao investimento privado no setor, às prioridades de investimento regionais ou nacionais, aos critérios de planejamento econômico regional, às condições instaladas para a gestão das políticas públicas municipais, em especial do setor de turismo, de forma coordenada com os demais níveis administrativos e com o setor privado.

A análise realizada nestes aspectos no Polo Serrano aponta como pontos fortes e oportunidades para desenvolvimento turístico da área:

- a política nacional de regionalização do turismo;
- a Lei Estadual 9.931, de 14 de janeiro de 2015, que cria o Plano Estadual de Turismo – PET e institui o Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte - FUNDETUR/RN;
- a presença e a atuação da Administração Estadual, por meio da Secretaria de Turismo, do Conselho Estadual de Turismo – CONETUR, com representação dos cinco polos turísticos instalados no estado, e,
- o Conselho Regional do Polo Serrano.

Por outro lado, as fragilidades que impactam o caminhar nesta mesma direção são identificadas, em especial, no âmbito de cada município componente do Polo, ressaltando-se o nível incipiente de envolvimento da iniciativa privada e das lideranças comunitárias locais na gestão participativa do turismo, tendo em vista a dinamização do setor diante da realidade atual e dos cenários futuros.

Neste sentido, destaca-se a inexistência de Conselhos Municipais de Turismo ativos, de Fundos Municipais de Turismo e de Administrações Municipais comprometidas e atuantes. Em sua estrutura organizacional para a gestão municipal, todos os municípios do Polo contam com órgãos de gestão de turismo instalados, mas nem sempre em condições de cumprir seu papel no campo do planejamento e promoção do turismo local. Os profissionais neles alocados são, em geral, numericamente insuficientes, nem sempre capacitados para as suas funções e, principalmente, não são estáveis em seus postos em consequência de sua indicação em geral por via política e admitidos sem concurso público. A realidade atual retrata também a instabilidade e a rotatividade dos gestores municipais.

A falta de informações sobre o mercado turístico no Polo Serrano – demanda e oferta – é outro ponto crítico detectado em diagnóstico. Os municípios não contam com sistemas informatizados de informações e são incipientes, em todos eles, os recursos de tecnologia da informação que permitam retratar, de forma confiável, a realidade local e possibilitem a realização de estudos e pesquisas relativas ao setor de turismo.

No campo legal, a Política Estadual do Turismo e o Plano Estratégico Estadual de Marketing do Turismo, este em fase de elaboração, são elementos facilitadores do desenvolvimento setorial. Entretanto apresentado pelos municípios quanto à base legal existente para a gestão das políticas públicas locais é de grande carência. É generalizada a ausência do Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. São poucas as administrações municipais que contam com instrumentos legais de cunho urbanístico, tais como Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas, Leis e Regulamentos de gestão do meio ambiente. No campo do Turismo, apenas um município (Pau dos Ferros) conta com uma Política Setorial do Turismo.

O quadro legal e institucional aqui resumido leva à constatação da necessidade premente de investimentos para o fortalecimento municipal para a gestão do turismo e para a criação de competências na iniciativa privada e no terceiro setor para a gestão participativa e para a dinamização do turismo. O PDITS do Polo Serrano deverá prever tais esforços.

3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

As estratégias apresentadas a seguir, elaboradas a partir das áreas críticas de intervenção identificadas em diagnóstico recente, delineiam **as grandes linhas de ação** necessárias para a consecução dos objetivos propostos para o PDITS.

3.1 LINHAS DE PRODUTO E TIPOS DE TURISMO

De acordo com os estudos desenvolvidos para o Polo Serrano, os principais atrativos turísticos localizam-se nos municípios de Apodi, Martins, Patú, Pau dos Ferros e Portalegre.

Os atrativos melhor qualificados encontram-se concentrados espacialmente no Polo, sendo esta, consequentemente, a área com maior potencial turístico a ser desenvolvido. Não obstante, entende-se que o turismo, enquanto atividade econômica, insere-se em uma cadeia produtiva que não depende exclusivamente dos atrativos para a sua sobrevivência e expansão, mas também de atributos socioeconômicos tais como fornecimento de mão de obra, de insumos alimentares, de móveis e utensílios, dentre outros.

Neste sentido, a tabela a seguir apresenta os municípios mais pujantes do Polo sob o ponto de vista socioeconômico, que coincidem com parte dos que possuem atrativos turísticos mais relevantes.

TABELA 3: MUNICÍPIOS COM MELHORES ÍNDICES ECONÔMICOS DO POLO SERRANO.

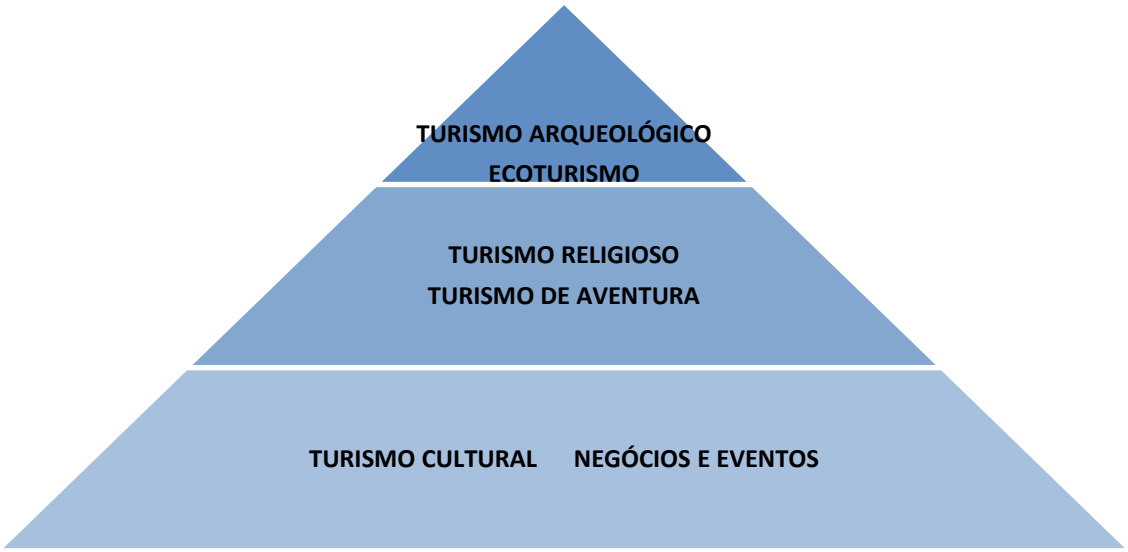
MUNICÍPIO	DADOS GERAIS		ECONOMIA				
			DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PRODUTO INTERNO BRUTO (VALOR ADICIONADO)		
	População	Área (km2)	Receitas	Despesas	Agropecuária	Indústria	Serviços
Pau dos Ferros	**27.745**	**259,959**	**53.159**	**49.650**	**3.733**	**16.801**	**166.211**
Doutor Severiano	6.942	113,737	17.525	15.170	1.826	1.164	8.506
São Miguel	22.157	166,233	40.336	33.453	9.020	5.972	47.918
Venha Ver	3.821	71,621	13.982	11.871	1.306	554	3.862
Alexandria	13.507	381,205	34.957	29.770	3.281	2.330	30.106
Major Sales	3.536	31,971	12.090	10.364	1.039	490	4.624
Luís Gomes	9.610	166,638	17.390	15.748	1.562	1.199	11.772
Portalegre	**7.320**	**110,054**	**15.293**	**10.871**	**1.185**	**4.866**	**9.188**
Viçosa	1.618	37,905	11.004	8.563	303	466	2.747
Riacho da Cruz	3.165	127,223	12.132	9.490	947	774	4.298

MUNICÍPIO	DADOS GERAIS		ECONOMIA				
			DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PRODUTO INTERNO BRUTO (VALOR ADICIONADO)		
	População	Área (km2)	Receitas	Despesas	Agropecuária	Indústria	Serviços
Martins	**8.218**	**169,464**	**16.448**	**14.098**	**1.153**	**2.239**	**15.913**
Lucrécia	3.633	30,931	12.354	10.889	1.174	5.714	7.204
Patú	**11.964**	**319,129**	**20.814**	**19.101**	**3.877**	**3.390**	**22.854**
Caraúbas	19.576	1.132,857	0	0	11.537	103.224	66.832
Apodi	**34.763**	**1.602,479**	**56.238**	**48.512**	**28.216**	**207.992**	**126.808**
Frutuoso Gomes	4.233	63,279	12.390	11.335	1.594	1.109	6.492
José da Penha	5.868	117,635	13.641	11.998	2.570	997	7.645
Serrinha dos Pintos	4.540	122,375	12.477	10.934	1.173	897	5.237
	192.216	5.024,695			75.496	360.178	548.217
Rio Grande do Norte	**3.168.027**		**5.934.846**	**5.282.859**	**883.475**	**4.101.192**	**10.763.580**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013)

No que tange às linhas de produto e tipos de turismo, o Polo em questão apresenta seis (seis) segmentos turísticos, conforme figura a seguir:

FIGURA 2: PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DE SEGMENTOS TURÍSTICOS



Fonte: ITEC, 2016.

O **segmento-chave refere-se ao turismo arqueológico, representado pelo município de Apodi,** que se destaca como o diferencial da região e que atrai visitantes por conta de seu principal atrativo, o Lajedo de Soledade. Uma boa oferta de serviços e equipamentos turísticos qualificados pode tornar esse destino importante para o Polo em termos de fluxo turístico, sendo primordial para a formação de uma imagem turística diferenciada, para o fortalecimento do diferencial competitivo e para a complementaridade com os demais segmentos atuais e potenciais no estado do Rio Grande do Norte.

Martins e Portalegre recebem fluxo de turistas voltados ao lazer, à prática de atividades ligadas à natureza, principalmente à contemplação, na qual pode-se inserir o desenvolvimento do ecoturismo. Este é segundo **segmento-chave** para o Polo Serrano, que necessita de investimentos significativos para o aumento da demanda turística, possuindo boa perspectiva de crescimento. Nesses municípios também podem ser desenvolvidas atividades de aventura, assim como em Patú, que já recebe fluxo para a prática de voo livre. O turismo de aventura também pode ser associado ao ecoturismo.

Assim, a oferta turística de Martins e Portalegre, hoje os principais destinos turísticos do Polo, que atraem turistas em busca principalmente de descanso e lazer, deve incluir atividades que permitam a integração do turista com o ambiente natural.

No futuro podem ser introduzidas atividades no âmbito do ecoturismo visando associar o segmento a outros, tais como: observação da fauna (comportamento e habitat de determinados animais); observação da flora (compreensão da diversidade de elementos da flora e seus usos); observação de formações geológicas; observação astronômica (estrelas, eclipses, queda de meteoros); caminhadas; trilhas e safáris fotográficos.

O segmento mais estruturado do Polo Serrano refere-se ao t**urismo religioso** que poderá propiciar uma taxa positiva de crescimento e participação no mercado em período de tempo mais breve que os demais segmentos.

No **turismo religioso**, o município de Patú atrai fluxo considerável de turistas durante as romarias ao Santuário do Lima. As festas religiosas também captam demandas, principalmente as regionais, e devem ser incentivadas, mantidas e fortalecidas; sua comercialização pode ser conjunta com o mesmo segmento do no Polo Agreste/ Trairi, de forma a criar um roteiro que permeie mais de uma região do estado.

Os segmentos que oferecem uma base de manutenção para a oferta turística da região serrana são o t**urismo de negócios e eventos e o turismo cultural**. O primeiro é proporcionado principalmente pelo fluxo de negócios gerado por Pau dos Ferros, como centro econômico e de serviços relevante na região do Alto Oeste. Esse perfil de turista garante a ocupação dos meios de hospedagem do município e assegura a sua sustentabilidade; O desenvolvimento do turismo nesse segmento não demanda altos investimentos e pode de interesse complementar do viajante, na mesma ou em outra oportunidade. O segmento do turismo cultural também tende a unir-se aos demais

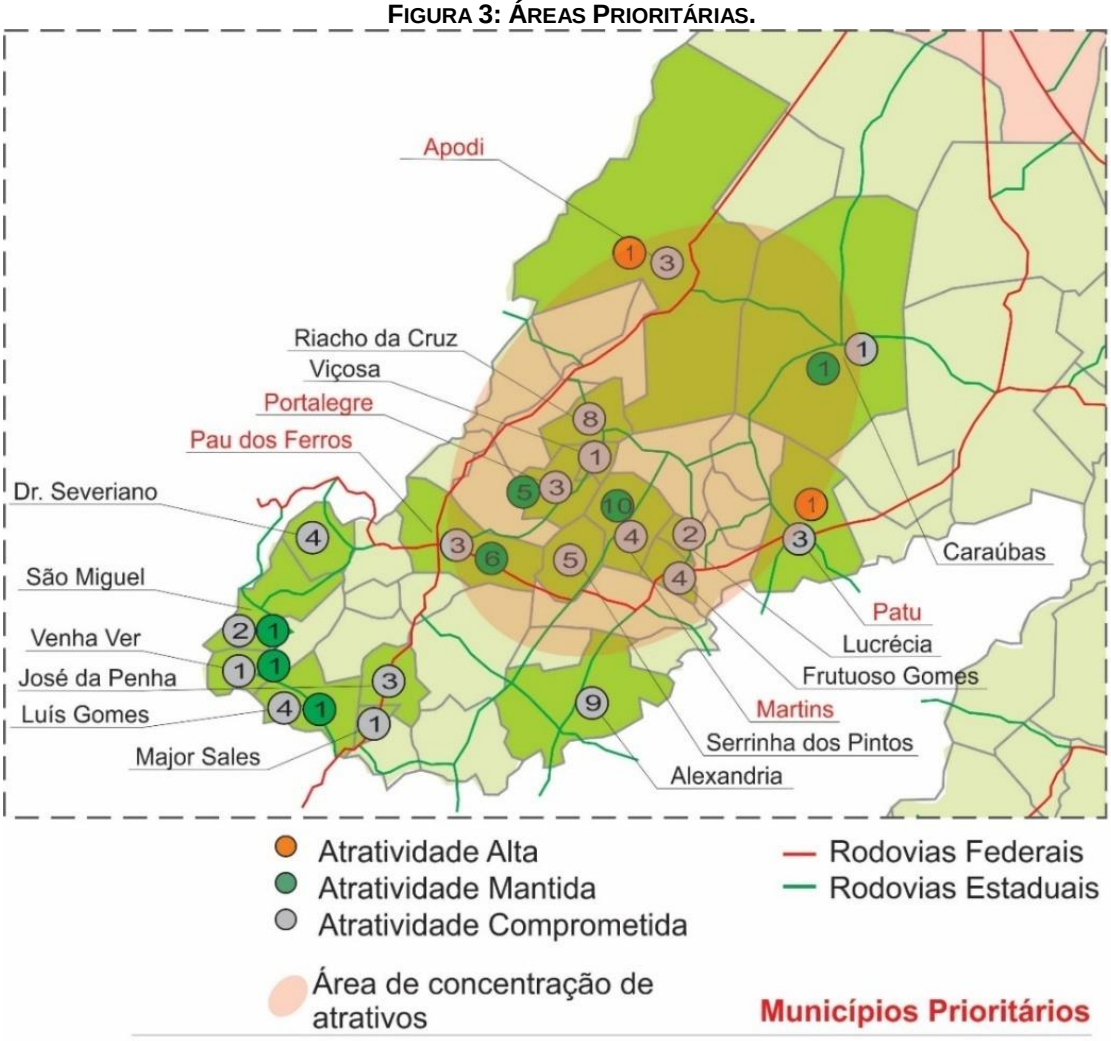
segmentos, permeando os produtos turísticos oferecidos no Polo e fortalecendo-os, de forma a manter a constância da atratividade, embora não se torne um produto principal.

Com base nos segmentos prioritários e complementares definidos para Polo foram elencadas as áreas com maior necessidade de investimentos para o desenvolvimento da atividade turística. Foram tomadas como diretrizes para escolha das áreas de intervenção aquelas que:

- Concentram maior parte da oferta turística e dos atrativos classificados como de atratividade alta/mantida;
- Tenham maior interface com o ecoturismo e o turismo arqueológico;
- Possuam potencial de desenvolvimento imediato e pujança socioeconômica.

De acordo com as análises realizadas, têm-se como municípios prioritários: **Apodi, Portalegre, Pau dos Ferros, Patú e Martins**, como indicados no mapa a seguir.

FIGURA 3: ÁREAS PRIORITÁRIAS.



Fonte: ITEC, 2016.

3.2 POSICIONAMENTO TURÍSTICO DESEJÁVEL PARA A ÁREA E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

O rápido desenvolvimento de novos destinos turísticos vem gerando um nível sem precedentes de concorrência no mercado de turismo; para sustentar esse crescimento é necessário compreender os fatores fundamentais relacionados à competitividade do turismo no mercado global.

Frente a tal situação, torna-se necessário identificar o posicionamento mercadológico para o Polo Serrano, em busca de um diferencial mediante a oferta de produtos adequados e a adoção de estratégias de comunicação direcionadas aos seus públicos-alvo.

O posicionamento refere-se a um processo de diferenciação frente à concorrência de forma que o destino turístico obtenha preferência no mercado mediante a oferta de produtos adequados e a criação de imagem que lhe permita ocupar posição de destaque no processo de compra dos públicos-alvo (KOTLER, 1998).

Partindo desta definição, o posicionamento turístico do Polo Serrano deve gerar uma imagem para o turista que resulte de três dimensões:

- O tipo de oferta que Polo Serrano pretende oferecer;
- O grupo de consumidores (público-alvo) que é focado; e
- A relação dessa oferta com a de seus concorrentes.

A síntese desse posicionamento deverá ser a concepção da marca “Polo Serrano” fundamentada em diferenciais competitivos que possam ser facilmente percebidos pelo mercado vendedor (operadoras/agências) e consumidor (turistas).

De acordo com Michael Porter (2010) os diferenciais competitivos são elementos de relevante importância na definição do posicionamento, pois permitem criar, executar e promover produtos e serviços singulares em relação aos concorrentes.

A metodologia utilizada para a definição do posicionamento turístico do Polo Serrano baseia-se em diagnóstico recente, principalmente no que tange aos produtos turísticos, à demanda turística, à concorrência atual e potencial e na estratificação sugerida por Porter (2010).

Para alcançar o posicionamento mercadológico requerido, o Polo Serrano necessita ser reestruturado enquanto destino turístico e, para tanto, deve desenvolver vantagens competitivas que levem o destino a um novo patamar de atratividade.

No marketing turístico, vantagem competitiva constitui uma posição originada de características próprias e exclusivas de um destino frente a seus concorrentes, fundamentada a partir de uma competência única e de difícil imitação no negócio do qual participa.

Para ser realmente efetiva, a vantagem competitiva precisa ser sustentável e aplicável a múltiplas situações, de modo que o destino turístico detentor dessa vantagem realmente se posicione de forma diferenciada no mercado.

Definidos os conceitos e premissas básicas, o novo posicionamento para o destino Polo Serrano deverá estar pautado no **oferecimento ao mercado de um destino de qualidade ligado aos segmentos de turismo arqueológico e ecoturísmo**, compatível com os mercados emissores que se deseja atingir. Assim, deve-se **requalificar o destino (infraestrutura básica e turística), estruturar os atrativos, ampliar e redirecionar seus esforços mercadológicos e buscar o crescimento quantitativo e qualitativo da**

demanda para seu principal produto turístico: o turismo arqueológico/ecoturismo. Para tanto, é preciso dispor de produtos diferenciados para serem ofertados aos turistas desde a sua chegada até a sua partida.

A partir desse pressuposto, percebe-se a necessidade de implantar melhorias no destino, incluindo itens como infraestrutura, gestão, fomento, marketing e capacitação. O principal município em termos de estrutura receptiva, **Martins, poderá atuar como centro receptor e emissor de turistas para o restante do Polo, devendo estar preparado para enfrentar esta nova realidade**, inclusive para a oferta de serviços tais como transporte, compras, lazer e alimentação, dentre outros.

Para ser efetivo, o posicionamento deve ser planejado de acordo com o ambiente de mercado em que se atua, tendo em vista que o cliente costuma optar entre diferentes ofertas de valor, escolhendo sempre a que lhe oferecer a melhor relação custo/benefício.

A estratégia de posicionamento de um destino turístico, para sobressair e fidelizar clientes no mercado, pode ter por base os seguintes instrumentos:

- **Liderança com base em custos**: consiste em situar-se à frente de um setor de mercado, oferecendo como vantagem competitiva o preço mais baixo.

- **Diferenciação**: o destino concentra seus esforços na consecução de um elemento altamente avaliado pelos clientes, apoiando sua estratégia neste elemento.

- **Enfoque**: o destino se dirige a um segmento de mercado muito concreto e dentro dele se adota uma estratégia de liderança em custos ou de diferenciação.

Com base na metodologia apresentada, objetiva-se **aumentar o valor da oferta do Polo Serrano por meio da maximização dos benefícios**. Não se buscará liderança com base em custos, **mas na diferenciação, privilegiando o Turismo Arqueológico e associando os atrativos ímpares e singulares relacionados ao ecoturismo**.

A competitividade buscada para o destino **Polo Serrano deverá estar profundamente relacionada à qualidade, uma vez que o produto turístico estará cada vez mais voltado para atender às expectativas da demanda. A qualidade aliada ao apelo de seus recursos naturais é o diferencial que possibilitará o seu destaque no mercado**.

A análise dos atrativos do Polo levou à classificação de dois atrativos, localizados em Patú e em Apodi, como de Alta Atratividade. Dentre eles destaca-se o **Lajedo de Soledade** localizado em Apodi, sendo a sua imagem - conjuntamente com o acervo paisagístico e ecoturístico que permeia o Polo - **a marca de imagem com atributos de maior diferenciação para a região**. O atributo com maior diferenciação não é necessariamente o que obtém maior pontuação, mas é aquele que **tem mais condições de ser fixado na mente do público consumidor.**

Os atrativos do Polo Serrano classificados como de Atratividade Mantida perfazem 38% do total analisado e localizam-se nos municípios de Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel.

Assim sendo, os atributos com maior diferencial do destino turístico Polo Serrano em relação à concorrência devem ser fundamentados no **turismo arqueológico;** recomenda-se que o posicionamento do Polo Serrano potencialize o imaginário de "contato com a natureza". Entretanto, a promoção do destino que não deve ficar restrita ao turismo arqueológico e ao ecoturismo, mas também a segmentos associados como: eventos, esportes, aventura, gastronomia, entre outros, sempre promovidos com base nas peculiaridades locais e alinhados com a natureza.

Observa-se que o posicionamento de "natureza" não é exclusivamente uma base para a promoção turística, mas constitui o princípio chave para nortear futuras configurações e oferta de produtos, serviços e experiências turísticas (dos mais simples até os mais complexos), compatíveis com a vocação turística e a sustentabilidade local.

As estratégias de comercialização devem estar associadas ao posicionamento e ao público-alvo focados, que seriam inicialmente públicos que apreciam o lazer associado à natureza e atividades diferenciadas tais como a arqueologia para, em sequência, partir para segmentação mais exclusiva como o ecoturismo e o turismo arqueológico.

Para comercialização do Polo Serrano recomenda-se uma associação com o centro turístico principal do estado, seu principal portão de entrada, a capital Natal, de forma a fortalecer a sua posição no mercado até que seja possível adotar a comercialização individualizada. Será também produtiva a associação com outros Polos do estado do Rio Grande do Norte que tenham o turismo arqueológico entre seus segmentos, a exemplo do Polo Seridó.

As estratégias de comunicação, comercialização e capacitação, bem como a captação de recursos devem estar prioritariamente alinhadas com o posicionamento turístico e o público-alvo.

As orientações estratégicas relativas ao Produto Turístico e à Comercialização Turística do Polo Serrano encontram-se registradas a seguir.

ESTRATÉGIA: PRODUTO TURÍSTICO

Qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Serrano, a partir do potencial do segmento do Turismo Arqueológico e do Ecoturismo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial no turismo arqueológico e no ecoturismo;
- Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados;
- Desenvolver a atividade turística de forma sustentável;
- Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos do Polo e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.

ESTRATÉGIA: COMERCIALIZAÇÃO

Promoção do posicionamento mercadológico do turismo no Polo Serrano.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Definir a imagem turística do Polo Serrano;
- Posicionar o Polo Serrano como destino turístico.

3.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

A seguir encontram-se registradas a estratégia geral e os objetivos estratégicos relativos ao componente Fortalecimento Institucional para a Gestão do Turismo, com especial ênfase no apoio ao investimento turístico, ao empreendedorismo turístico e ao fortalecimento da gestão pública do turismo nos municípios abrangidos pelo Polo Serrano.

ESTRATÉGIA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Fortalecimento da Gestão do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo todos os polos turísticos estaduais e, especificamente, o Polo Serrano, em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo..

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Dotar o Polo das informações necessárias para o planejamento e gestão do turismo;
- Conceber e implantar um sistema integrado de informações turísticas acessível aos diferentes atores públicos e privados, de forma a obter os subsídios necessários ao planejamento e à gestão do turismo;
- Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção a atividades sustentáveis;
- Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz de cada município integrante do Polo;
- Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política de turismo de cada município integrante do Polo;
- Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública para a gestão efetiva e integrada do turismo local;
- Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, tendo em vista a atração de investimentos privados e a sua atuação efetiva no mercado de turismo;
- Promover a atração de investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo;
- Promover o fortalecimento institucional da Secretaria Estadual de Turismo, enquanto órgão gestor do turismo do estado do Rio Grande do Norte e responsável pela efetivação do PDITS;
- Dotar o Rio Grande do Norte de uma rede integrada de Centros de Atendimento ao Turista, abrangendo todos os polos turísticos do estado, organizada e capacitada para a prestação de serviços de excelência ao turista.

3.4 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS REQUERIDOS

Seguem-se as orientações estratégicas que visam consolidar as ações voltadas à melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos tendo em vista o aumento do fluxo turístico no Polo Serrano de forma responsável e sustentável.

ESTRATÉGIA: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística.
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
▪ Promover a melhoria da infraestrutura de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos, com a criação ou adequação de equipamentos de transporte, sinalização e pavimentação; ▪ Promover a melhoria da acessibilidade e mobilidade; ▪ Ampliar e incrementar a qualidade dos serviços de coleta e tratamento de esgotos; de captação, tratamento e fornecimento de água; de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais; ▪ Incrementar e garantir os serviços de segurança turística no Polo.

3.5 DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS REQUERIDAS

Seguem-se as orientações estratégicas propostas para consolidar ações voltadas à melhoria dos aspectos socioambientais visando o aumento do fluxo turístico no Polo Serrano de forma responsável e sustentável.

ESTRATÉGIA: COMPONENTE DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS
Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Serrano.
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
▪ Garantir a conservação dos remanescentes do bioma caatinga; ▪ Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as Unidades de Conservação; ▪ Fortalecer o sistema de gestão ambiental;

ESTRATÉGIA: COMPONENTE DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS

Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Serrano.

- Incentivar a criação e implantação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo;
- Promover a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos por meio da recuperação dos ecossistemas, dos solos, da flora e da fauna.

4 PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1 VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

Para que os objetivos do desenvolvimento do turismo sustentável no Polo sejam alcançados foi desenvolvido o Plano de Investimentos, que apresenta as ações e projetos de investimento a serem executados, independentemente da fonte de financiamento e do órgão executor responsável pela sua concretização. O Plano de Investimentos, registrado a seguir, estabelece a relação de cada ação com as respectivas estratégias.

É também apresentada uma matriz de alinhamento estratégico, de forma a relacionar a situação diagnosticada com as estratégias e as ações previstas, estas agrupadas por Componente.

4.1.1 Matriz de Alinhamento Estratégico

O quadro a seguir apresenta a matriz-resumo de alinhamento estratégico para o PDITS do Polo Serrano, destacando a situação diagnosticada, as estratégias, os objetivos, as ações e os resultados esperados.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
1. PRODUTO TURÍSTICO	▪ Baixa apropriação do turismo no território. ▪ Potencial para formação de um produto turístico amplo e diversificado por meio da criação e implementação de roteiros turísticos. ▪ Sítios arqueológicos e áreas naturais constituem atrativos de relevante expressividade e singularidade e devem ser explorados de maneira sustentável. ▪ Turismo Arqueológico e Ecoturismo são os segmentos prioritários.	Qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Serrano, a partir do potencial do segmento do Turismo Arqueológico e do Ecoturismo.	▪ Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial no Turismo Arqueológico e Ecoturismo; ▪ Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados; ▪ Desenvolver a atividade turística de forma sustentável; ▪ Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos do Polo e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.	▪ Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas. ▪ Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas. ▪ Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas. ▪ Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins. ▪ Ação 05 – Elaboração de planejamento de roteiros turísticos integrados. ▪ Ação 06 – Criação do calendário de eventos do Polo. ▪ Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista – CAT - na área do Polo Serrano ▪ Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde. ▪ Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	▪ Atrativos ligados ao Turismo Arqueológico e ao Ecoturismo estruturados. ▪ Turismo arqueológico e ecoturismo desenvolvidos. ▪ Oferta turística do Polo Serrano integrada e qualificada.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
				▪ Ação 10 - Implantação de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	
2. COMERCIALIZAÇÃO	▪ Inserção mercadológica do turismo frágil no Polo Serrano.	Desenvolvimento de Estratégia de Marketing Turístico, buscando o posicionamento mercadológico do turismo no Polo	▪ Definir a imagem turística do Polo Serrano; ▪ Posicionar o Polo Serrano como destino turístico.	▪ Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional. ▪ Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional.	▪ Polo Serrano posicionado no mercado do turismo.
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	▪ Ausência de diretrizes e regulamentos municipais que orientem a gestão territorial e, por consequência, o desenvolvimento do turismo nos municípios; ▪ Nenhum dos municípios do Polo conta com Planos Diretores, instrumento essencial para a gestão municipal;	Fortalecimento da Gestão do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo todos os polos turísticos estaduais e, especificamente, o Polo Serrano, em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo.	▪ Dotar o Polo das informações necessárias para o planejamento e gestão do turismo; ▪ Conceber e implantar um sistema integrado de informações turísticas, acessível aos diferentes atores públicos e privados, de forma a obter os subsídios necessários ao planejamento e à gestão do turismo;	▪ Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística. ▪ Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística. ▪ Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo. ▪ Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo. ▪ Ação 05 – Criação/fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo. ▪ Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.	▪ Planejamento efetivo e contínuo do turismo, baseado em informações confiáveis e atualizadas e abordagem estratégica; ▪ Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade; ▪ Gestão do turismo praticada em bases participativas;

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	▪ Frágil atuação dos organismos gestores de turismo nos municípios, que se dedicam principalmente a promoção de eventos e outras atividades pontuais, em detrimento do planejamento e de outras funções estratégicas no setor; ▪ Baixa efetividade dos mecanismos de gestão participativa do turismo – Conselhos ausentes ou pouco atuantes; ▪ Ausência de informações para o planejamento e gestão do turismo nos municípios;		▪ Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios do Polo Serrano e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção a atividades sustentáveis; ▪ Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz de cada município integrante do Polo Serrano; ▪ Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo Serrano; ▪ Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública para a gestão efetiva e integrada do turismo local.	▪ Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo. ▪ Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo. ▪ Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo. ▪ Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo. ▪ Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo. ▪ Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias. ▪ Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos. ▪ Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN. ▪ Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN.	▪ Empreendedores do turismo mobilizados e motivados para a concretização de investimentos turísticos no Polo Serrano; ▪ Atendimento ao Turista realizado com qualidade em todas as áreas turísticas do Estado; ▪ Secretaria Estadual de Turismo provida das condições para sua atuação efetiva, tendo em vista o desenvolvimento turístico do Rio Grande do Norte.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	▪ Falta de integração dos organismos de turismo com outros órgãos municipais, com a iniciativa privada, e com representações da sociedade local; ▪ Estrutura dos órgãos municipais de turismo é insuficiente diante da perspectiva de desenvolvimento do turismo nos cenários atual e futuro; ▪ Quantitativo e qualificação insuficiente dos servidores do turismo (cargos ocupados são políticos em detrimento de cargos técnicos e efetivos); ▪ Instabilidade do quadro de pessoal atuante no setor – poucos efetivos e a maioria ocupantes de cargos comissionados.		▪ Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, tendo em vista a atração de investimentos privados e a sua atuação efetiva no mercado de turismo. ▪ Promover a atração de investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo no Polo Serrano. ▪ Promover o Fortalecimento Institucional da Secretaria Estadual de Turismo, enquanto órgão gestor do turismo do Estado do Rio Grande do Norte e responsável pela efetivação do PDITS.	▪ Ação 16 - Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte.	

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	▪ Desempenho e alcance da atuação da SETUR/RN prejudicados pela falta de condições institucionais para atuação no território estadual; ▪ Atendimento ao Turista ineficaz no território estadual, dada a falta de Centros de Atendimento ao Turista estrategicamente localizados e falta de planejamento e de capacitação dos já implantados.		▪ Dotar o Rio Grande do Norte de uma rede integrada de Centros de Atendimento ao Turista, abrangendo todos os polos turísticos do estado, organizada e capacitada para a prestação de serviços de excelência ao turista.		

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
4. - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	▪ Mau estado de conservação das rodovias federais e estaduais de acesso ao Polo: buracos no pavimento, ausência de acostamentos e de sinalização, presença de animais; ▪ Serviços de coleta e tratamento de esgotos domésticos ausentes ou deficientes na maioria dos municípios; ▪ Sistemas de abastecimento de água em colapso, com diminuição do volume dos açudes e mananciais; ▪ Sistemas de drenagem de águas pluviais inexistentes ou deficientes;	Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística.	▪ Promover a melhoria da infraestrutura de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos, com a criação ou adequação de equipamentos de transporte, sinalização e pavimentação; ▪ Promover a melhoria da acessibilidade e da mobilidade; ▪ Ampliar e incrementar a qualidade dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de captação, tratamento e fornecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais.	▪ Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhoria em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários. ▪ Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal. ▪ Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal. ▪ Ação 04 - Implantação e aumento expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos. ▪ Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água. ▪ Ação 06 - Ampliação de sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias. ▪ Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	▪ Estudos para melhoria do saneamento básico no Polo elaborados, sendo diagnosticadas as deficiências em coleta e tratamento de esgotos, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos, e sendo apontadas soluções de atendimento necessárias e alternativas; ▪ Infraestruturas implantadas; ▪ Serviços de saúde, segurança, iluminação e telefonia ampliados e melhorados. ▪ Diminuição de doenças causadas pela falta de saneamento básico.

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
4. - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	▪ Coleta e disposição final de resíduos sólidos deficientes ou inadequadas, com a utilização generalizada de lixões impróprios; ▪ Policiamento turístico ausente ou deficiente, dada a carência de pessoal e de condições estruturais; ▪ Serviços de atendimento em saúde deficiente, em número e qualidade; ▪ Sinal frágil de telefonia móvel fora dos limites urbanos.		▪ Incrementar, aumentar e garantir os serviços de segurança turística no Polo	▪ Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico. ▪ Ação 9 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	

COMP.	SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	ESTRATÉGIAS	OBJETIVOS	AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
5. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	▪ Inexistência de Unidades de Conservação de Proteção Integral, de forma a garantir a conservação e a preservação de amostras da caatinga; ▪ Gestão ambiental incipiente nas esferas municipais; ▪ Principais atrativos turísticos carentes de fiscalização, de medidas de proteção, de infraestrutura e de regras para o seu uso e visitação; ▪ Lançamento de esgotos sem tratamento em drenagens e sumidouros; ▪ Disposição dos resíduos sólidos urbanos em lixões com a proliferação de animais e insetos nocivos à saúde e ao meio ambiente.	Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Serrano.	▪ Garantir a conservação dos remanescentes do bioma caatinga; ▪ Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as Unidades de Conservação; ▪ Fortalecer o sistema de gestão ambiental; ▪ Incentivar a criação e implantação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo; ▪ Promover a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos através por meio da recuperação dos ecossistemas, dos solos, da flora e da fauna.	▪ Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente. ▪ Ação 02 – Realização de estudos e proposição de medidas para incentivo à implantação e criação de unidades de preservação ambiental e de empreendimentos para o Ecoturismo ▪ Ação 3 - Recuperação de ecossistemas, solos, flora e fauna ▪ Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins. ▪ Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral e identificar áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanente.	▪ Gestão Ambiental Municipal fortalecida e estruturada; ▪ Lajedo de Soledade e Cavernas de Martins como Unidades de Conservação criadas e implantadas. ▪ Remanescentes de caatinga dentro do polo protegidos e conservados; ▪ Melhoria da qualidade de vida e da qualidade ambiental dentro no Polo.

Fonte: ITEC, 2016.

4.1.2 Detalhamento do Plano de Ação

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO
ESTRATÉGIA: Qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Serrano, a partir do potencial do segmento do Turismo Arqueológico e do Ecoturismo.

Objetivos Específicos

- Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial no Turismo Arqueológico e no Ecoturismo;
- Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados;
- Desenvolver a atividade turística de forma sustentável;
- Possibilitar a operação sinérgica e integrada dos produtos turísticos do Polo e permitir a visitação e a comercialização organizada e sistematizada dos atrativos do Polo.

Justificativa

Os atrativos turísticos existentes no Polo Serrano são diversificados e possibilitam a captação de vários nichos de mercado. Entretanto, inexiste uma inter-relação entre eles, devido à baixa apropriação do turismo no território. Percebe-se assim um grande potencial para formação de um produto turístico amplo e diversificado, por meio da criação e implementação de roteiros turísticos.

Os sítios arqueológicos constituem atrativos de relevante expressividade e singularidade no Polo Serrano e devem ser explorados de maneira sustentável, respeitando seu limite de capacidade para que recebam utilização racional e durável. Assim, torna-se relevante a identificação dos usos mais apropriados para esses sítios, dando suporte ao planejamento e desenvolvimento de projetos para implementação de um conjunto de obras de estruturação do Turismo Arqueológico como prioritário.

Agregado ao Turismo Arqueológico está o Ecoturismo, que pode ser desenvolvido em áreas naturais de relevante valor ambiental e paisagístico do Polo. No entanto, assim como os sítios arqueológicos, essas áreas necessitam de estruturação para a recepção de turistas.

Investimentos que permitam maximizar as potencialidades existentes e minimizar as fragilidades detectadas são fundamentais para a qualificação do produto turístico, para garantir imagem positiva para o Polo e para aumentar a atratividade da área, levando à expansão do tempo de permanência e do gasto diário do turista.

A qualidade dos produtos turísticos é também quesito importante para que o Polo Serrano seja alçado a um novo patamar mercadológico, tendo em vista a alta competitividade do mercado.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas neste Componente constituem, em sua maioria, intervenções voltadas para o desenvolvimento do Produto Turístico, com base nos segmentos Arqueológico e Ecoturismo, principalmente. A seguir é apresentada a descrição de todas as ações que possuem interface com os problemas afetos a este Componente.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01– Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.

A elaboração do plano objeto desta ação deverá conduzir à definição:

- da situação atual de utilização e aproveitamento turístico das áreas indicadas;
- de sua capacidade de carga,
- do uso turístico mais apropriado, dadas as suas características;
- da infraestrutura necessária à sua exploração turística racional e sustentável. Os sítios arqueológicos e áreas naturais alvo do plano são: Lajedo de Soledade, Casa de Pedra, Serra do Lima e Cachoeira do Pinga.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Martins, Patú e Portalegre.

Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.

Os projetos alvo desta Ação serão definidos a partir das intervenções em infraestrutura indicados no plano de estruturação elaborado (vide Ação 1). Tais projetos deverão versar, dentre outros temas, sobre a implantação de trilhas, sistemas de iluminação, catalogação, interpretação e sinalização turística, instalação de passarelas e de áreas de descanso para turistas. Busca-se, dessa forma, a conservação do patrimônio histórico-cultural e natural dos sítios arqueológicos e das demais áreas naturais turísticas abrangidas, conferindo-lhes as condições exigidas para sua visitação.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Martins, Patú e Portalegre.

Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.

Execução das obras previstas no Plano de Estruturação de Sítios Arqueológicos e outras Áreas Naturais.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Martins, Patú e Portalegre.

Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.

A implantação desta obra será primordial no processo de consolidação do turismo regional, já que o sistema, com base no município de Martins, terá impacto direto ou indireto em quatorze municípios potiguares.

Os projetos respectivos de arquitetura e de engenharia já foram elaborados; assim, esta Ação refere-se à construção e a aquisição e instalação dos equipamentos relativos ao teleférico.

Importante ressaltar que o estado do Rio Grande do Norte firmou com o MTUR Convênio para implantação da 1ª e da 2ª etapa de implantação do sistema teleférico, com vencimento em 2017; no entanto, os recursos financeiros correspondentes não foram liberados até o momento.

Municípios a serem abrangidos: Martins.

Ação 05 – Elaboração de roteiros turísticos integrados.

Elaboração de roteiros turísticos especialmente identificados que possibilitem a exploração turística integrada da região.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel.

Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.

Criação e divulgação de um calendário que consolide os eventos de interesse turístico que ocorram anualmente nos municípios do Polo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 07 – Implantação de Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.

Implantação de, pelo menos, dois Centros de Atendimento no Polo, de acordo com as indicações, orientações e especificações oriundas da Ação 16 do Componente Fortalecimento Institucional deste PDITS, com o título “Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte”

A aquisição de equipamentos de informática e de equipamentos multimídia necessários à instalação dos CAT, bem como a concepção e a produção de arte final de peças informativas em mídia eletrônica ou impressa a serem utilizadas pelos Centros, também serão contempladas, se necessário, no âmbito deste PDITS.

Municípios a serem abrangidos (definição preliminar): Martins e Apodi.

Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.

A Certificação por meio do "Selo Verde" constitui ferramenta utilizada no setor de turismo tendo em vista a garantia dos produtos ofertados e dos serviços prestados ao turista. Tal ferramenta permite agregar valores aos produtos, promover a melhoria do atendimento e, em consequência, promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e a conservação ambiental.

O Programa, em busca da sustentabilidade no turismo, fundamenta-se por um conjunto de princípios, em que são citados:

- O respeito à legislação vigente;
- A garantia dos direitos das populações locais;
- A conservação do ambiente natural e da biodiversidade;
- A consideração dos patrimônios culturais e dos valores locais;
- O estímulo do desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- A garantia da qualidade dos produtos e processos;
- O planejamento e a gestão responsável.

Com base nestes princípios, os meios de hospedagem e demais agentes voltados para o turismo e para os turistas são incentivados a aderir à Certificação.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.

Esta ação consiste na elaboração de um plano de capacitação profissional destinado ao atendimento das principais necessidades de capacitação profissional relativas ao mercado do turismo no Polo Serrano. O Plano deverá considerar a dinâmica do mercado e oferecer oportunidades contínuas e diversificadas de formação, aperfeiçoamento e atualização destinadas aos segmentos prioritários da cadeia do turismo, abrangendo empreendedores potenciais e empresários estabelecidos, bem como postos de trabalho de nível técnico e operacional. Deverá prever a atuação sinérgica e a parceria entre os agentes formadores

públicos e privados para sua elaboração e execução. Incluirá também a indicação de métodos e técnicas avançadas de promoção da aprendizagem para o exercício profissional, inclusive a utilização de recursos da Tecnologia da Informação, e de mecanismos e ferramentas de avaliação de resultados e de monitoramento dos impactos das intervenções no mercado de trabalho.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 10 – Implantação de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.

Trata-se de executar, de forma continuada e, de preferência, com programação plurianual, o Plano de Capacitação resultante da Ação anterior, elaborado especificamente para o mercado de trabalho atual e potencial do Polo Serrano.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Custo Estimado

O custo total estimado para as ações do Componente Produto Turístico é de R$ 20.093.888,41 (vinte milhões, noventa e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos). A distribuição destes recursos pelas ações previstas é apresentada no quadro a seguir.

TABELA 4: CUSTO POR AÇÃO DO COMPONENTE PRODUTO TURÍSTICO

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.	Martins	R$ 12.273.888,41	$3.834.391,88	MTUR

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 05 – Implantação de roteiros turísticos integrados.	Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel	R$ 100.000,00	$31.240,24	MTUR
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.	Todo o Polo.	R$ 20.000,00	$6.248,05	MTUR
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.	Martins e Apodi	R$ 500.000,00	$156.201,19	MTUR
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR
Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
TOTAL COMPONENTE 1		**R$ 20.093.888,41**	**$6.277.378,45**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO

ESTRATÉGIA: Desenvolvimento de Estratégia de Marketing Turístico, buscando o posicionamento mercadológico do turismo no Polo.

Objetivos Específicos

- Definir a imagem turística do Polo Serrano;
- Posicionar o Polo Serrano como destino turístico.

Justificativa

O Polo Serrano possui uma inserção mercadológica bastante frágil, principalmente por não estar fundamentada em um planejamento de marketing que considere questões como a percepção do mercado acerca dos produtos oferecidos (marca de imagem) e o posicionamento pretendido pelo Polo que balizará as estratégias de comercialização.

Este fato também é corroborado pela inexistência de dados históricos sobre a atividade turística no Polo, evidenciando a necessidade da realização sistemática de pesquisas para alimentar a promoção e a comercialização turística, como proposto no âmbito do Componente de Fortalecimento Institucional deste PDITS.

Descrição do conjunto de ações

As ações a seguir descritas visam fundamentar e instrumentalizar a promoção e a comercialização do produto turístico do Polo Serrano visando o aumento e a fidelização da demanda turística.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional

O Plano de *Marketing* na nova realidade mundial é imprescindível para definir a atratividade de um destino turístico, promovendo a orientação para o consumidor e desenvolvendo propostas de valor. O *marketing* estratégico é baseado na análise sistemática e permanente das necessidades de mercado, desenvolvendo produtos destinados a mercados-meta específicos que apresentem vantagens distintivas em relação aos concorrentes imediatos. No nível operacional, o marketing busca viabilizar os recursos humanos, financeiros e produtivos necessários para a implantação das estratégias.

Portanto, considerando que se encontra em desenvolvimento um Plano de Marketing Estratégico, por iniciativa do Estado, por meio da SETUR/RN, resta elaborar, complementarmente, um Plano de *Marketing* Tático e Operacional para o Polo Serrano de curto e médio e prazo, que contemple: o estudo de posicionamento mercadológico; a definição de sua marca de imagem; os mecanismos de promoção e comercialização do destino a

adotar, bem como o detalhamento dos demais instrumentos de *marketing* necessários ao novo posicionamento almejado para o Polo Serrano.

O Plano deverá conter orientações e especificações para a produção de material de divulgação impresso e em mídia eletrônica, de forma a considerar o portfólio turístico principal e complementar do Polo, os mercados-meta visados e os mecanismos de comercialização indicados, de acordo com o padrão de qualidade requerido.

No mundo moderno e globalizado, em que a utilização da Internet é cada vez mais massiva, é fundamental que os destinos turísticos divulguem e promovam seus produtos turísticos por meio de *websites*. Constata-se, no Polo Serrano, a crescente busca de informações da demanda atual por meio da Internet, o que reforça a necessidade de construção de um *site* próprio, leve, de com *designe* atrativo e fácil navegação, alinhado com as estratégias mercadológicas adotadas para a área. O *site* pode ter ainda links para empresas parceiras, funcionando também como um portal de comercialização.

Os seguintes produtos devem compor o Plano de Marketing Tático e Operacional:

- Desenvolvimento de marca de imagem e posicionamento mercadológico detalhado;
- Desenvolvimento de mecanismos de comercialização;
- Desenvolvimento de mecanismos de promoção diante dos mercados-meta;
- Previsão de desenvolvimento de material promocional;
- Previsão de planejamento, implantação e gestão de website/portal de turismo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional

Trata-se da execução das ações previstas no Plano de Marketing elaborado conforme Ação 1 deste Componente.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Custos

O custo total do componente referente ao Componente 2 - Comercialização é de R$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

TABELA 5:CUSTO POR AÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO.

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)*	ORIGEM
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	R$800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	R$1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
TOTAL COMPONENTE 2		**R$2.300.000,00**	**$718.525,46**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Estratégia: Fortalecimento da Gestão do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo todos os polos turísticos estaduais e, especificamente, o Polo Serrano, em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo.

Objetivos Específicos

- Dotar o Polo das informações necessárias para o planejamento e gestão do turismo;
- Conceber e implantar um sistema integrado de informações turísticas acessível aos diferentes atores públicos e privados, de forma a obter os subsídios necessários ao planejamento e à gestão do turismo;
- Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção a atividades sustentáveis;
- Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz de cada município integrante do Polo;
- Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política de turismo de cada município integrante do Polo;
- Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública para a gestão efetiva e integrada do turismo local;
- Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais, tendo em vista a atração de investimentos privados e a sua atuação efetiva no mercado de turismo;
- Promover a atração de investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo;
- Promover o fortalecimento institucional da Secretaria Estadual de Turismo, enquanto órgão gestor do turismo do estado do Rio Grande do Norte e responsável pela efetivação do PDITS;
- Dotar o Rio Grande do Norte de uma rede integrada de Centros de Atendimento ao Turista, abrangendo todos os polos turísticos do estado, organizada e capacitada para a prestação de serviços de excelência ao turista.

Justificativa

As ações do Componente Institucional constituem, em sua totalidade, investimentos essenciais para a implantação das ações vinculadas aos demais componentes. São elas a base que instala as condições necessárias para a gestão do turismo, inclusive para a efetiva implantação e obtenção dos resultados previstos no PDITS do Polo Serrano.

Diagnóstico recente da situação institucional da gestão do turismo no Polo leva à identificação de um conjunto de fragilidades que geram ações de fortalecimento essenciais neste sentido. Os investimentos em infraestrutura ou no provimento de condições materiais ou metodológicas para o desenvolvimento do turismo tornar-se-iam inócuos se não fossem precedidos da melhoria do quadro institucional instalado, com ênfase para a gestão integrada e com a participação efetiva dos segmentos da sociedade atuantes no setor.

O panorama atual indica que os investimentos em fortalecimento se dirijam não só para a administração pública municipal, mas também, à capacitação e ao desenvolvimento do empreendedorismo no setor de turismo e na instalação do ambiente de gestão integrada e compartilhada entre estes e o poder público local.

Diante do cenário atual e futuro desenhado para o turismo local, caberá aos municípios e ao Polo como um todo, apoiado pelo estado do Rio Grande do Norte, implantar mudanças de porte no modelo de gestão setorial hoje incipiente, e os recursos previstos no PDITS serão a alavanca que possibilitará enfrentar tal desafio.

Descrição do conjunto de ações

As ações pertinentes ao fortalecimento institucional estão elencadas a seguir, de acordo com os objetivos gerais para elas fixados.

Assim, referindo-se aos dois primeiros objetivos, tais ações iniciam-se pelo investimento básico na obtenção e no tratamento de informações, cuja ausência ou incipiência impedem a efetiva gestão setorial. Segue-se a abordagem de medidas relativas à essência do modelo de gestão a ser praticado no Polo, com características de compartilhamento e participação, e centrado não só nos poderes públicos estadual ou municipais, mas nos agentes empreendedores e em todos os representantes da cadeia produtiva do turismo.

Por outro lado, é sabido que a dinâmica da administração pública não se concretiza sem as condições legais e regulatórias pertinentes às diferentes políticas públicas setoriais e ao ambiente estatal como um todo.

No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação, aperfeiçoamento, mobilização e incentivo tanto dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, quanto dos empresários atuais e potenciais que, no âmbito do Polo, buscam se introduzir ou expandir a sua atuação no mercado de turismo do Polo.

Coroando as ações específicas para o fortalecimento institucional do Polo Serrano, uma ação prioritária busca incrementar e expandir os investimentos privados para o desenvolvimento do turismo local e a implantação de mecanismos voltados para o fomento e para os incentivos fiscais destinados ao setor.

As últimas três ações previstas neste Componente destinam-se, especialmente, ao fortalecimento institucional do turismo no Estado do Rio Grande do Norte como um todo. As

duas primeiras estão voltadas para a implantação das condições necessárias para que a Secretaria Estadual de Turismo exerça, com qualidade e eficácia, as suas funções como organismo coordenador da política estadual para o setor e como gestor do PDITS. A última, e não menos importante, destina-se à prestação de serviços integrados de qualidade ao turista nos diferentes polos turísticos implantados no estado.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Elaboração de inventário da oferta turística.

Compreende o levantamento, a identificação e o registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística. Todos os municípios deverão ser inventariados ou deverão ter seus atuais inventários complementados de acordo com a metodologia proposta pelo Ministério do Turismo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.

As pesquisas abrangerão, dentre outros itens, o levantamento do perfil socioeconômico dos turistas, as características da sua viagem, o registro de sua opinião avaliativa dos serviços e equipamentos turísticos. Serão também levantadas as preferências e desejos dos turistas que visitam a região.

A realização de pesquisas de oferta e demanda que possibilitem a alimentação do processo de planejamento de marketing e a própria atração de empreendimentos para o Polo é *mister* para a atratividade de um destino turístico.

Neste sentido deverá ser planejado e construído um calendário de pesquisas com periodicidade trimestral, capaz de fornecer uma visão histórica do desenvolvimento do Polo, propiciando informações seguras e precisas acerca da atividade turística capazes de subsidiar ambos os setores, público e privado para o seu desenvolvimento.

Municípios a serem abrangidos: Municípios de Martins, Portalegre, Patú e Pau dos Ferros.

Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.

Criação de Sistema Integrado de Informações para a Gestão do Turismo no Polo Serrano acessível aos diferentes atores públicos e privados, incluindo os empreendedores locais, de forma a obter os subsídios necessários ao planejamento e à gestão do turismo, bem como ao atendimento ao turista.

O desenvolvimento e a implantação do SIG/Turismo resultarão, dentre outros, nos seguintes produtos:

- Projeto de Sistema Integrado de Informações Turísticas para o Polo Serrano;
- Previsão, especificação técnica e orçamento dos recursos de tecnologia da informação, incluindo *software* e *hardware* e outros aspectos necessários;
- Especificação da tipologia das informações para composição do banco de dados;
- Capacitação prévia dos atores envolvidos com o Sistema a ser implantado – operadores e usuários.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.

Implantação do sistema conforme desenvolvido e especificado, envolvendo, dentre outros itens:

- Elaboração de materiais informativos e manuais relativos à operacionalização do Sistema – modelo de implantação e modelo de gestão e manutenção, adequados a operadores e usuários;
- Aquisição, instalação e teste dos recursos de tecnologia de informação inerentes ao Sistema: software, hardware, redes e outros itens;
- Operação piloto do Sistema e ajustes necessários;
- Levantamento dos dados inexistentes e complementação/atualização dos existentes, conforme previsto, incluindo, dentre outros: inventário turístico; oferta turística; impactos do turismo na economia dos municípios e do Polo como um todo; registros administrativos (cadastros de estabelecimentos, Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, entre outros); acessibilidade à área do Polo, aos municípios e aos atrativos e produtos turísticos existentes; infraestrutura de apoio ao turista – compreendendo: dados dos sistemas de transporte, comunicação, segurança, saúde, bancário disponíveis; atendimento, divulgação e informação ao turista; indicadores do turismo no Polo; capacidade de carga dos atrativos;
- Capacitação profissional dos atores envolvidos na implantação, operação, manutenção, gestão e utilização (usuários) do Sistema.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.

Esta ação envolve:

O assessoramento aos municípios do Polo para criação e início de atuação/implantação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, caso inexistentes;

A análise da eficácia e da efetividade dos Conselhos Municipais/Fundos Municipais existentes e assessoramento aos municípios para sua revitalização, quando necessário, incluindo a elaboração de plano de ação plurianual, monitoramento de sua implantação e avaliação de resultados de médio prazo.

A realização de ações de capacitação dos membros dos Conselhos Municipais e do Conselho Regional do Polo Serrano e dos gestores do Fundo deverá ocorrer por meio de atividades de aprendizagem presenciais e à distância, mesas redondas, vivência da atuação de Conselhos/Fundos de Turismo Estaduais e Municipais assemelhados em outros Polos do Estado e em estados vizinhos.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais.

O Plano Diretor é um documento norteador para a política de desenvolvimento urbano e rural da cidade, que deve conter, dentre outros setores, abordagens específicas do turismo, identificando-o como mais uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. Além disso, vale ressaltar a obrigatoriedade para elaboração do Plano Diretor quando se considera cidades integrantes de Área de Especial Interesse Turístico, como definido no Capítulo III, art. 41 do Estatuto da Cidade. (BRASIL, 2001, art. 41).

Trata-se de criar as condições técnicas necessárias para que cada município do Polo possa elaborar e implantar seu respectivo Plano Diretor, conforme orientações legais e planejar a elaboração/implantação de outros instrumentos da legislação urbanística resultantes, conforme necessário.

Municípios a serem abrangidos: Todos os municípios do Polo.

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.

Trata-se de consolidar, a partir das orientações emanadas do Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado - PDITS – para o Polo Serrano e das demais políticas setoriais adotadas por cada município componente do Polo uma Política Municipal de Turismo, com a participação efetiva das lideranças municipais, dos empreendedores do mercado turístico, das organizações públicas.

Os conteúdos assim consolidados, já discutidos e validados por meio de processo participativo envolvendo os diferentes atores interessados, deverão ser traduzidos em uma minuta de Projeto de Lei do Turismo Municipal (prevendo, inclusive, a criação de mecanismos legais de regulamentação e incentivos da atividade turística local) que será submetida à instância legislativa pelo poder executivo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo.

Este Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável considera a necessidade de fortalecer o planejamento do turismo regional e local no âmbito do Polo Serrano, para o que prevê a adoção de uma série de instrumentos próprios, dentre os quais o Plano Diretor Municipal e a Política Municipal de Turismo. Os caminhos do planejamento são então coroados pela elaboração de Planos Estratégicos Municipais de Turismo específicos para cada município do Polo, ainda que integrados por efeito das orientações do PDITS.

O Plano Municipal, assim entendido, busca explicitar os caminhos estratégicos, de acordo com as peculiaridades locais e as características do Polo como um todo, e a definição de metas, objetivos, ações e resultados em prol do desenvolvimento efetivo do turismo a serem alcançados em cada município, em conjunto, pelos diferentes agentes públicos e privados.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão municipal do turismo.

Trata-se de planejar ações e oportunidades para a capacitação de dirigentes e técnicos municipais, proporcionando-lhes o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho eficaz e efetivo das funções de gestão do turismo. Implica na elaboração de plano de capacitação continuada e sequencial baseado nas diretrizes do PDITS Polo Serrano e nas políticas estadual e municipais vigentes na área. Pressupõe a caracterização detalhada e no perfil da clientela a ser atendida, considerando o cenário atual e o cenário futuro do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local.

Prevê a contratação de especialistas externos para, por meio de equipe multidisciplinar, coordenar e assessorar a elaboração do Plano de Capacitação.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 10 – Implantação do plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.

Execução do Plano de Capacitação continuada, conforme elaborado, de forma a concretizar um conjunto significativo de ações que envolvam as equipes específicas de cada município e grandes grupos reunindo participantes oriundos de todo o Polo Serrano. Pressupõe conteúdos

teóricos, atividades práticas, desenvolvidas de forma presencial ou à distância, apoiadas em material de suporte adequado aos clientes alvo.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo

Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.

Trata-se de divulgar e fazer conhecer aos empreendedores atuais e potenciais, radicados ou interessados em investimentos no Polo Serrano, as políticas públicas do setor de turismo, tanto de âmbito federal como estadual e locais, visando a sua motivação e o seu envolvimento na promoção de negócios na área, considerando o cenário atual e os cenários prospectivos de médio e de longo prazo. Para tanto, necessário se faz planejar e realizar atividades de porte, distribuídas ao longo dos meses e anos sequenciais, utilizando estratégias e instrumentos diversos, que priorizem as diferentes formas de utilização dos recursos da tecnologia da informação presencial e digital.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.

Esta Ação consiste em esforço concentrado de mobilização dos atores envolvidos nos arranjos produtivos da cadeia do turismo, que resultem na construção de uma rede de duradoura de parcerias abrangendo o setor público e o privado, a sociedade civil e o terceiro setor.

Prevê-se que esse movimento ocorra sob a coordenação de uma entidade de reconhecida capacidade técnica – tal como o SEBRAE ou outra equivalente, com atuação específica acerca do objeto explicitado.

O produto desta ação será constituído pela realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados, tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos, dentre outros, que ocorrerão intensivamente por um período contínuo de meses ou de um semestre (seguido de outros, se for o caso para o alcance dos objetivos).

Os esforços de mobilização, os conteúdos, os produtos informativos e didáticos assim gerados serão objeto de relatórios e de material informativo/de aprendizagem em mídias diversas a serem divulgados para todos os agentes envolvidos.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos.

A expansão, em número e qualidade, dos empreendimentos turísticos no Polo Serrano será possível e viável a partir da introdução de medidas de fomento e incentivos fiscais próprios, Tais medidas devem abranger novos empreendimentos e os já existentes, buscando fortalecê-los. Os negócios voltados para o agenciamento do turismo receptivo estão a requerer atenção especial.

A realização desta ação, abrangendo todos os municípios do Polo, demanda a contratação de consultoria especializada para a coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho, em cooperação com os órgãos municipais envolvidos, dentre as quais:

- Realização de pesquisa documental visando identificar experiências exitosas similares em outras capitais e cidades brasileiras, a serem consideradas benchmarking para o projeto a elaborar;
- Identificação de incentivos fiscais existentes na região e nos estados vizinhos e linhas de créditos disponíveis para o fomento de empreendimentos turísticos;
- Inclusão no Projeto de Fomento e Incentivos fiscais das empresas que visem a redução de impactos ambientais negativos, a sustentabilidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos empreendimentos turísticos beneficiados;
- Indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação efetiva do projeto, incluindo metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados dele advindos, bem como diretrizes para o adequado gerenciamento de sua implantação;
- Apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados;
- Elaboração de Projeto de Lei Estadual (ou mesmo Municipais) de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos na área do Polo;
- Assessoramento às instâncias envolvidas na fase inicial de implantação do projeto.
- Viabilização de ação integrada dos municípios do Polo com o envolvimento da administração pública e da iniciativa privada.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN.

No período 2009/2010 foi elaborado um plano de ação visando o fortalecimento institucional da SETUR/RN, para implantação por meio de recursos financeiros oriundos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR – Ministério do Turismo e de contrapartida estadual. O Plano concebido não foi implantado até o momento.

Desta forma, permanece a necessidade de investimentos visando prover a SETUR das condições tecnológicas, metodológicas, administrativas e estruturais para sua atuação eficaz e tempestiva, considerando o atual e o futuro cenário estadual de desenvolvimento do turismo. A elaboração do PDITS para o Polo Serrano enseja uma oportunidade concreta para revisão das ações anteriormente previstas e replanejamento do investimento.

Abrangência: Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – SETUR – e outros agentes de gestão e desenvolvimento do turismo, se indicados no Plano.

Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN.

Execução das ações previstas no Plano de Fortalecimento Institucional da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – SETUR/RN, de acordo com a revisão realizada.

Abrangência: Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – SETUR/RN – e outros agentes de gestão e desenvolvimento do turismo, conforme indicação do Plano respectivo.

Ação 16 - Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte.

Busca-se nesta ação a implantação de Centros de Atendimento ao Turista – CAT nos municípios componentes dos polos turísticos instalados no estado do Rio Grande do Norte para atendimento à demanda atual e potencial, inclusive no Polo Serrano, de forma a construir um modelo de atuação em rede e o alcance de níveis de excelência dos serviços prestados.

Os estudos previstos deverão conter:

- A indicação da finalidade, dos objetivos, das diretrizes, das normas de funcionamento, dos instrumentos de trabalho a serem adotados e utilizados pelos CAT e a previsão da demanda de atendimento para os diferentes centros;

- O dimensionamento da demanda de atendimento, os parâmetros para localização dos Centros;

- A indicação do mobiliário padrão e dos equipamentos necessários para seu funcionamento,

- A caracterização, a formatação geral e a utilização dos recursos de tecnologia de informação para atendimento ao turista;
- A tipificação do material promocional e informativo a ser utilizado;
- O dimensionamento da equipe padrão necessária a cada CAT (funções de coordenação, supervisão, operacionais e administrativas) e descrição do perfil requerido para os ocupantes de cada cargo/função típica;
- A indicação das competências básicas complementares a serem assumidas pelos CAT, incluindo o levantamento continuado de informações sobre o perfil dos turistas, sobre a satisfação do turista em relação aos serviços que lhes foi ofertado e suas expectativas para estadias futuras.

A formulação de diretrizes e procedimentos metodológicos para acompanhamento dos serviços prestados e para avaliação dos resultados alcançados pelos CAT.

Serviços especializados de consultoria serão contratados para coordenação e execução das etapas inerentes à ação descrita, em trabalho cooperativo com a equipe da SETUR/RN. A capacitação da equipe gerencial e técnica da SETUR/RN, bem como dos profissionais em exercício nos CAT já implantados será atividade obrigatória.

Abrangência: Rio Grande do Norte.

Custo Estimado

O custo total do componente referente ao Fortalecimento Institucional é de R$ 19.510.000,00(dezenove milhões e quinhentos e dez mil reais).

TABELA 6: CUSTO POR AÇÃO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Apodi, Martins, Portalegre, Patú e Pau dos Ferros.	R$ 1.700.000,00	$531.084,04	MTUR
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais	Todo o Polo	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo	Todo o Polo	R$ 1.800.000,00	$562.324,27	MTUR
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	Todo o Polo	R$ 2.160.000,00	$674.789,13	MTUR
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 450.000,00	$140.581,07	MTUR
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 1.750.000,00	$546.704,15	MTUR
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 13 - elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR/RN	R$ 350.000,00	$109.340,83	MTUR
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR/RN	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 16 - Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte	RN	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
TOTAL COMPONENTE 3		**R$ 19.510.000,00**	**$5.595.126,52**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

ESTRATÉGIAS: Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística.

Objetivos Específicos

- Promover a melhoria da infraestrutura de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos, com a criação ou adequação de equipamentos de transporte, sinalização e pavimentação;
- Promover a melhoria da acessibilidade e mobilidade;
- Ampliar e incrementar a qualidade dos serviços de coleta e tratamento de esgotos; de captação, tratamento e fornecimento de água; de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais;
- Incrementar e garantir os serviços de segurança turística no Polo.

Justificativa

As rodovias federais que cortam o Polo Serrano, apesar de apresentarem bom estado de conservação do pavimento, possuem trechos mal sinalizados, indicando a necessidade de restauração da sinalização vertical e horizontal. As rodovias que ligam os municípios do Polo ao restante do estado do Rio Grande do Norte necessitam de atenção especial, pois as condições apresentadas são ainda piores, tanto de sinalização quanto de conservação do pavimento. Esta precariedade afeta a atratividade do turismo regional, sendo prejudicial não apenas à imagem dos municípios como também à qualidade dos serviços oferecidos.

Já a acessibilidade a praças centrais e aos atrativos turísticos apresentam alguma adequação em certos municípios. Além das intervenções requeridas neste particular, em geral as calçadas, os equipamentos turísticos e os atrativos precisam adequar-se à Norma NBR 9050:2004.

É insuficiente e de pouca qualidade a oferta de serviços de transporte público, tanto internos aos municípios quanto de interligação entre eles e com outras cidades do Estado, o mesmo ocorrendo com o transporte turístico, tanto público quanto privado. Tais serviços precisam ser ampliados, dotados de novas opções, com melhoria da qualidade e diversificação dos preços praticados.

Os serviços de saneamento também são deficientes em todos os municípios, tanto em relação à infraestrutura ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada em aterros sanitários dos resíduos sólidos urbanos e na drenagem pluvial urbana.

Com exceção dos municípios de Doutor Severiano, José da Penha, Lucrécia, Pau dos Ferros e Riacho da Cruz, que possuem serviços parciais de coleta e tratamento de esgotos deverão

ser realizados investimentos nos treze municípios restantes, de forma que as populações locais e o meio ambiente sejam beneficiados.

Também foram constatadas deficiências no atendimento pelos serviços de saúde e segurança pública. Apodi, Caraúbas e Pau dos Ferros são os municípios que possuem melhor atendimento em relação aos serviços de saúde, ainda que não sejam suficientes para atendimento dos municípios em questão e muito menos de todo o Polo.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas neste componente constituem em sua maioria ações de intervenção no ambiente físico das cidades. Abrangem um conjunto de obras de melhoria viária, de sinalização e de adequação de infraestruturas e serviços existentes para pessoas com necessidades especiais. Algumas intervenções estão diretamente relacionadas à requalificação de equipamentos urbanos existentes e implantação de novas estruturas físicas de apoio aos atrativos turísticos.

A seguir, encontram-se descritas as ações propostas para o Componente Infraestrutura e Serviços Básicos deste PDITS, definidas a partir das carências e necessidades detectadas na área do Polo Serrano.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.

A ação inclui:

- Recuperação de estradas vicinais, que correspondem a acessos não pavimentados a atrativos turísticos em áreas rurais dos municípios.

  A recuperação destas estradas visa a melhoria da acessibilidade, minimizando os problemas de desempenho da superfície de rolamento e as deficiências do sistema de drenagem e aumentando a capacidade de suporte. Busca-se, assim, corrigir principalmente os buracos, erosões e afloramentos rochosos que dificultam a circulação e danificam os veículos, bem como as "costelas de vaca" que causam intensa trepidação nos veículos.

  Consideram-se prioritárias as seguintes estradas vicinais:

  - estrada de acesso à Casa de Pedra e estrada dos mirantes, em Martins;
  - rua dos Mirantes, em Portalegre e
  - estrada de acesso ao Lajedo de Soledade, em Apodi.
- Recuperação do pavimento, acostamentos e sinalização rodoviária (horizontal e vertical) das rodovias estaduais de acesso aos municípios do Polo. A recuperação e a conservação das rodovias estaduais são essenciais para segurança viária e para a atração de turistas.

As Rodovias Estaduais prioritárias para as intervenções previstas são: RN-177, RN-117, RN-072 e RN-076, que ligam a região às rodovias federais BR-226 e BR-405. Os recursos para recuperação destas rodovias estaduais são oriundos do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte - DER-RN.

- Recuperação e adequação dos terminais de passageiros rodoviários dos municípios do Polo Serrano. É prioritário para tais intervenções o Terminal de Passageiros - Rodoviária de Pau dos Ferros, principal centro conector de viagens por ônibus da região serrana.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Pau dos Ferros, Martins e Portalegre.

Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal.

A Cartilha de Acessibilidade tem se tornado comum no país como instrumento auxiliar na implantação das normas de acessibilidade universal. A Cartilha prevista visa estabelecer comunicação clara entre o poder público local e os estabelecimentos comerciais sobre como adequar-se às normas de acessibilidade, reforçando a importância dos padrões para garantir o fluxo de visitantes e turistas.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.

Os estudos propiciarão a identificação e a descrição das áreas do Polo atualmente atendidas por serviços de saneamento básico, bem como da capacidade dos sistemas e serviços já implantados e das demandas futuras. Inclui o diagnóstico dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem de águas pluviais.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.

Deverão ser realizados investimentos nos sistemas domésticos de esgotamento sanitário de treze municípios do Polo, na medida em que os municípios de Doutor Severiano, José da Penha, Lucrécia, Pau dos Ferros e Riacho da Cruz já possuem sistemas de atendimento parcial às necessidades locais neste quesito.

Deverão ser elaborados projetos executivos para as redes de coleta e estações de tratamento de esgotos e para a implantação de dispositivos para reaproveitamento das águas residuais nos municípios incluídos; a abrangência dos investimentos em cada um deles será definida com base no Diagnóstico a ser realizado, concernente à Ação 3, anteriormente descrita.

Municípios a serem abrangidos: Alexandria, Apodi, Caraúbas, Frutuoso Gomes, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa.

Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.

A melhoria dos sistemas de abastecimento de água se dará principalmente nos mananciais de captação, com disciplinamento do uso dentro das bacias de contribuição, proteção e recuperação das APP[1], e nos sistemas de distribuição com o aumento das redes e a diminuição das perdas.

Dessa forma, são necessárias as seguintes providências:

- a elaboração dos projetos executivos das obras de ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água;
- a elaboração de normas para disciplinar uso nas bacias dos mananciais e açudes de captação;
- a fiscalização das normas estabelecidas;
- a ampliação das estações de tratamento;
- a implantação de redes de distribuição nos bairros não atendidos; e
- a implantação de dispositivos para captação de águas pluviais.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 06 – Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.

A melhoria do sistema de drenagem pluvial consiste na implantação de sistema de coleta nas cidades, quer seja superficial ou com rede subterrânea e a disposição em locais e forma adequadas e com dispositivos de dissipação de energia.

Sendo assim, devem ser realizadas as seguintes intervenções:

- Elaboração dos projetos executivos para ampliação e melhoria dos sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Pavimentação de vias e colocação de meio fio;
- Implantação de redes de drenagem;
- Construção de dispositivos para armazenar as águas coletadas na drenagem urbana;

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

[1]Conforme o que determina a Lei nº 12.651/2012, as Áreas de Preservação Permanente - APP são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. São definidas como APP as margens de cursos d'água e nascentes, margens de lagoas, açudes e barragens, topo de morros e encostas, muitas desses presentes no Polo (BRASIL, 2012b).

Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Implantar e executar os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como elaborar os planos de gestão para os municípios no Polo que não o possuem, identificando principalmente as disposições em lixões e aterros que não sejam sanitários. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere a questões como não geração, reaproveitamento e reciclagem de resíduos.

Devem ser realizadas as seguintes intervenções:

- Elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Consórcios Intermunicipais;
- Instalação de equipamentos relativos aos serviços de coleta;
- Implantação dos serviços de coleta seletiva;
- Construção de aterros sanitários de acordo com os planos de gestão;

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.

A implantação de policiamento turístico nos principais municípios do Polo inclui:

- a criação das unidades específicas para policiamento turístico;
- a instalação dos equipamentos necessários nas unidades de policiamento turístico;
- a capacitação do efetivo a ser alocado nas unidades de policiamento turístico.

Municípios a serem abrangidos: Martins, Portalegre, Patú, Pau dos Ferros e Apodi.

Ação 9 – Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.

Ampliar, capacitar e equipar os serviços de atendimento de emergências médicas e primeiros socorros, para atendimento aos turistas e aos moradores da região, englobando:

- a instalação dos equipamentos necessários nas unidades de atendimento de emergências;
- a capacitação do efetivo alocado nas unidades;
- a criação de novas unidades de atendimento de emergências.

- o provimento dos três hospitais instalados nos municípios alvo de equipamentos e material de consumo.

Municípios a serem abrangidos: Alexandria, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Portalegre, Riacho da Cruz, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa.

Custos

O custo total do componente referente à Infraestrutura e Serviços Básicos é de R$ 183.665.000,00(cento e oitenta e três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais) divididos por ação, conforme quadro a seguir.

TABELA 7: CUSTO POR AÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 –Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Apodi, Pau dos Ferros, Martins e Portalegre.	R$ 5.650.000,00	$1.765.073,41	DER/MTUR
Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	Todo o Polo.	R$ 15.000,00	$4.686,04	MTUR
Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR ou empréstimos ((Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, BANCO DO NORDESTE, Banco Interamenricano de Desenvolvimento - BID e outros)

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 04 –Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.	Alexandria, Apodi, Caraúbas, Frutuoso Gomes, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	R$ 50.000.000,00	$15.620.118,71	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/ Ministério da Saúde
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.	Todo o Polo.	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/ Ministério da Saúde
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo.	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/ Ministério da Saúde
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo.	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/ Ministério da Saúde
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Martins, Portalegre, Patú, Pau dos Ferros e Apodi	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do RN
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Alexandria, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Portalegre, Riacho da Cruz, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	R$ 12.000.000,00	$3.748.828,49	Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde Pública do RN
TOTAL COMPONENTE 4		**R$ 183.665.000,00**	**$57.377.382,07**	

* Cotação dólar comercial (R$) 3,201

Data: 01/07/2016

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

ESTRATÉGIA: Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Serrano.

Objetivos

- Garantir a conservação dos remanescentes do bioma caatinga;
- Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as Unidades de Conservação;
- Fortalecer o sistema de gestão ambiental;
- Incentivar a criação e implantação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo;
- Promover a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos por meio da recuperação dos ecossistemas, dos solos, da flora e da fauna.

Justificativa

As ações destinadas ao tratamento dos problemas de infraestrutura e serviços básicos contemplados no Componente Infraestrutura e Serviços Básicos deste PDITS, possuem importância relevante para incremento do turismo, sendo fundamentais para a promoção da saúde e da qualidade de vida das populações dos municípios do Polo, bem como para a melhoria e manutenção da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e do meio ambiente como um todo.

Verificou-se a necessidade de investir na melhoria da gestão ambiental pública, como os licenciamentos ambiental e florestal, bem como aos instrumentos de planejamento e controle territorial, como Zoneamento Ecológico Econômico, Planos Diretores e Plano Estadual de Recursos Hídricos. Também devem ser feitos Programas de Educação Ambiental junto aos proprietários e usuários, e também desenvolver e implantar mecanismos de incentivo econômico e financeiro para preservação das amostras de vegetação nativa.

O Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade é a única área que possui um instrumento legal que confere alguma proteção à mesma, havendo necessidade de estudos para verificar se há potencial para inserir a mesma em alguma categoria de unidade de conservação segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, havendo a necessidade de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização, de outra unidades de conservação, bem como determinação da capacidade de carga das mesmas, bem como dos atrativos e propriedades privadas, estipulando o número máximo de visitantes que não causem impactos negativos significativos às trilhas, rios, cachoeiras, habitats e outros, como no caso da cachoeira do Pinga e da Serra do Lima.

Descrição do conjunto de ações

As ações propostas neste Componente abrangem planos e programas de gestão socioambiental e planos de recuperação de áreas degradadas.

Produtos/ Resultados Esperados

Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.

Esta ação tem seu foco voltado para o fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental, tanto o da esfera estadual quanto os pertencentes às estruturas das administrações públicas municipais. Nesse âmbito, deverão ter prioridade os investimentos no fortalecimento das funções próprias do licenciamento ambiental, principalmente quanto à capacitação das equipes e ao provimento dos equipamentos necessários à sua atuação, tendo em vista o aumento da eficiência e eficácia no tratamento de processos e na aplicação dos instrumentos de gestão ambiental e de planejamento e gestão territorial.

Municípios a serem abrangidos: Apodi, Martins e Portalegre.

Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.

Trata-se de identificar e desenvolver mecanismos e incentivos para promover a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, bem como para a instalação de empreendimentos voltados ao ecoturismo e ao turismo de aventura que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Esta ação deve englobar:

- A realização de estudos para criação de mecanismos e diretrizes de incentivo à criação de RPPN.

- A implantação da Área de Relevante Interesse Ambiental - ARIE Mata da Bica, no município de Portalegre.

Municípios abrangidos: Martins, Portalegre e Patú.

Ação 03 - Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.

Esta ação destina-se a identificar áreas degradadas no âmbito das bacias dos diversos mananciais e açudes que atendem o Polo, desenvolvendo mecanismos financeiros e de incentivos para sua recuperação, bem como definindo diretrizes mínimas de disciplinamento do uso do solo que possam garantir a qualidade e o volume de suas águas.

Esta Ação inclui:

- A elaboração de estudos para identificar e propor medidas de recuperação nas principais sub-bacias responsáveis pelo abastecimento dos municípios do Polo, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente - APP;

- A implantação de planos de recuperação de áreas degradadas, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente - APP;

- A construção de barragens de pedra em drenagens secas para retenção de sedimentos e água.

Municípios a serem abrangidos: Todo o Polo.

Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.

Realizar estudos conforme os critérios e metodologia do Instituto Chico Mendes – ICMBio para criação de Unidade de Conservação na área do Lajedo de Soledade e nas Cavernas de Martins, que apresentaram maior potencial para tal entre as áreas visitadas, sendo necessário aprofundar conhecimentos sobre suas características com relação aos meios físico e biótico aos aspectos arqueológicos.

Esta Ação inclui:

- A realização de levantamentos de campo relativos aos meios físico e biótico do Lajedo de Soledade, na ARIE Mata da Bica e das Cavernas de Martins;

- A elaboração de proposta de criação das unidades de conservação;

- A implantação das unidades de conservação;

- A elaboração de plano de manejo da unidade definindo medidas de gestão, proteção, fiscalização.

Município a ser abrangido: Apodi, Portalegre e Martins.

Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger unidades de conservação de proteção integral.

Realização de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização de áreas degradadas, bem como determinação da sua capacidade de carga, de forma a garantir a conservação de amostras e remanescentes do Bioma Caatinga presentes no Polo.

Para realização dos estudos será necessário utilizar ferramentas de geoprocessamento, tendo em vista identificar áreas com potencial para criação de unidades de conservação. Os estudos incluem:

- Levantamentos de campo;
- Definição das áreas;
- Elaboração de propostas de criação.

Municípios a serem abrangidos: Martins e Portalegre.

Custo Estimado

O custo total do Componente referente à Gestão Socioambiental é de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) divididos por ação, conforme tabela abaixo.

TABELA 8: CUSTO POR AÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL.

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Apodi, Martins e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	Ministério do Meio Ambiente - MMA/ICMBio e Agências de financiamento (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Apodi, Martins e Portalegre.	R$ 500.000,00	$156.201,19	
Ação 03 –Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.	Todo o Polo.	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	MMA/ICMBio e Agências de financiamento (BNDES, BANCO DO

AÇÃO	MUNICÍPIOS	CUSTO (R$)	CUSTO (US$)	ORIGEM
Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.	Apodi, Portalegre e Martins.	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	NORDESTE, BID e outros)
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Martins e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	
TOTAL COMPONENTE 5		**R$9.000.000,00**	**$2.811.621,37**	

* Cotação dólar comercial
(R$)3,201
Data: 01/07/2016

4.2 DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

Apresenta-se a seguir o Dimensionamento de Investimentos Totais e a tabela resumo dos investimentos previstos para o PDITS.

TABELA 9: DIMENSIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.	Martins	R$ 12.273.888,41	$3.834.391,88	MTUR
Ação 05 – Implantação de roteiros turísticos integrados.	Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel	R$ 100.000,00	$31.240,24	MTUR
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.	Todo o Polo.	R$ 20.000,00	$6.248,05	MTUR
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.	Martins e Apodi	R$ 500.000,00	$156.201,19	MTUR

COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 300.000,00	$93.720,71	MTUR
Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR
TOTAL COMPONENTE 1		**R$ 20.093.888,41**	**$6.277.378,45**	

COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
TOTAL COMPONENTE 2		**2.300.000,00**	**718.525,46**	

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.	Todo o Polo	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MTUR
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Apodi, Martins, Portalegre, Patú e Pau dos Ferros.	R$ 1.700.000,00	$531.084,04	MTUR
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais	Todo o Polo	R$ 3.000.000,00	$937.207,12	MTUR
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo	Todo o Polo	R$ 1.800.000,00	$562.324,27	MTUR
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	Todo o Polo	R$ 2.160.000,00	$674.789,13	MTUR
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 450.000,00	$140.581,07	MTUR
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	R$ 1.750.000,00	$546.704,15	MTUR
Ação 11 – Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo.	Todo o Polo	R$ 800.000,00	$249.921,90	MTUR
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	Todo o Polo	R$ 600.000,00	$187.441,42	MTUR
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR RN	R$ 350.000,00	$109.340,83	MTUR
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR RN	R$ 1.200.000,00	$374.882,85	MTUR
Ação 16 - Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte	RN	R$ 400.000,00	$124.960,95	MTUR
TOTAL COMPONENTE 3		**R$ 19.510.000,00**	**$5.595.126,52**	

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 –Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Apodi, Pau dos Ferros, Martins e Portalegre.	R$ 5.650.000,00	$1.765.073,41	DER/MTUR
Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	Todo o Polo.	R$ 15.000,00	$4.686,04	MTUR
Ação 03 –Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.	Todo o Polo.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MTUR ou empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 04 –Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.	Alexandria, Apodi, Caraúbas, Frutuoso Gomes, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	R$ 50.000.000,00	$15.620.118,71	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.	Todo o Polo.	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo.	R$ 30.000.000,00	$9.372.071,23	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo.	R$ 40.000.000,00	$12.496.094,97	FUNASA/Ministério da Saúde
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Martins, Portalegre, Patú, Pau dos Ferros e Apodi	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do RN

COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Alexandria, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Portalegre, Riacho da Cruz, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	R$ 12.000.000,00	$3.748.828,49	Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde Pública do RN
TOTAL COMPONENTE 4		**R$ 183.665.000,00**	**$57.377.382,07**	

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Apodi, Martins e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MMA/ICMBio e empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Apodi, Martins e Portalegre.	R$ 500.000,00	$156.201,19	MMA/ICMBio e empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)

COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL				
AÇÃO	**MUNICÍPIOS**	**CUSTO (R$)**	**CUSTO (US$)**	**ORIGEM**
Ação 03 –Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.	Todo o Polo.	R$ 5.000.000,00	$1.562.011,87	MMA/ICMBio e empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 04 - Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.	Apodi, Portalegre e Martins.	R$ 1.500.000,00	$468.603,56	MMA/ICMBio e empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Martins e Portalegre.	R$ 1.000.000,00	$312.402,37	MMA/ICMBio e empréstimos (BNDES, BANCO DO NORDESTE, BID e outros)
TOTAL COMPONENTE 5		**R$ 9.000.000,00**	**$2.811.621,37**	
TOTAL PDITS POLO SERRANO		**R$ 234.568.888,41**	**$72.780.033,87**	

* Cotação dólar comercial (R$)3,201

Data: 01/07/2016

4.3 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

4.3.1 Metodologia para Priorização das Ações

Todas as ações propostas foram aprovadas e hierarquizadas com a participação de diferentes agentes do setor de turismo e outros, em Oficina Participativa, resultando na priorização para sua inserção neste PDITS.

Para priorização das ações do PDITS Polo Serrano foram considerados 6 (seis) critérios e uma escala de 1 (um) a 3 (três) para julgamento dos critérios definidos:

QUADRO 4: CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES.

CRITÉRIOS		ESCALA
A	Relação com a estratégia do destino	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
B	Interface e interdependência com outras ações	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
C	Nível de impacto positivo no destino	1 – Baixo 2 – Médio 3 – Alto
D	Amplitude dos benefícios gerados	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta
E	Tempo para implantação	1 – Longo prazo 2 – Médio prazo 3 – Curto prazo
F	Visibilidade da ação	1 – Baixa 2 – Média 3 – Alta

A classificação indica o grau de prioridade de cada ação, atribuindo um valor quantitativo à sua importância para o desenvolvimento do turismo no Polo. Sendo assim, o somatório das notas relativas aos critérios define as ações preferenciais a serem implantadas.

Para tanto, encontram-se:

Prioridade I: notas entre 16 e 18;

Prioridade II: notas entre 13 e 15;

Prioridade III: notas entre 6 e 12.

A análise destes aspectos por ação foi realizada em Oficina Participativa e consolidada na matriz apresentada a seguir, que revela as ações prioritárias para o PDITS Polo Serrano, destacadas em vermelho.

QUADRO 5: HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO								
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.	2	3	3	3	1	3	15	II
Ação 05 – Elaboração de roteiros turísticos integrados.	3	3	3	3	1	2	15	II
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.	1	1	2	3	3	1	11	III
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.	3	3	2	2	2	3	15	II
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.	3	3	3	2	1	3	15	II
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	3	3	3	3	3	3	18	I
Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.	3	3	3	3	3	3	18	I
COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO								
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional	3	2	3	3	2	1	14	II
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	3	2	3	3	2	2	15	II
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL								
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.	3	2	3	3	2	1	14	II
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	3	3	2	2	3	2	15	II
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.	3	3	2	2	2	2	14	II

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	3	3	2	2	2	2	14	II
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais	3	3	3	3	3	3	18	I
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	3	3	3	3	3	2	17	I
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	3	3	3	3	2	2	16	I
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	3	3	3	3	2	2	16	I
Ação 11– Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo	2	2	3	3	2	2	14	II
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	3	3	2	2	3	3	16	I
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	3	1	2	2	3	1	12	III
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	3	1	2	2	3	1	12	III
Ação 16 –Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte	3	2	2	1	3	1	12	III
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS								
Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	3	3	3	3	2	3	17	I
Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	2	2	2	2	2	3	13	II

COMPONENTES/AÇÕES	A	B	C	D	E	F	TOTAL	PR
Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.	3	3	2	2	2	3	15	II
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	3	3	3	3	1	3	16	I
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	3	3	2	2	1	3	14	II
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	2	2	3	3	2	3	15	II
COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL								
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	3	3	2	2	2	3	15	II
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	3	3	2	2	2	3	15	II
Ação 03 – Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.	3	3	2	2	1	3	14	II
Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.	3	3	3	3	3	3	18	I
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	3	2	3	3	2	3	16	I

Fonte: ITEC,2016

4.4 MATRIZ DE INVESTIMENTOS

A Matriz de Investimentos é fruto da priorização das ações realizada em Oficina do PDITS. Nela constam a prioridade, o ano de execução e os recursos financeiros a serem destinados a cada uma das ações elencadas.

TABELA 10: MODELO DE MATRIZ DE INVESTIMENTOS

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO			**1.300,00**	**406,12**	**2.900,00**	**905,97**	**7.038,06**	**2.198,71**	**8.855,82**	**2.766,58**	**20.093,88**	**6.277,38**
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	I	400,00	124,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	124,96
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	I	600,00	187,44	400,00	124,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	312,40
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.	Apodi, Martins, Patú e Portalegre.	I	0,00	0,00	2.000,00	624,80	1.000,00	312,40	0,00	0,00	3.000,00	937,21
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.	Martins	II	0,00	0,00	0,00	0,00	4.918,06	1.536,41	7.355,82	2.297,98	12.273,88	3.834,39
Ação 05 – Implantação de roteiros turísticos integrados.	Apodi, Caraúbas, Luís Gomes, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel	II	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	31,24	0,00	0,00	100,00	31,24
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.	Todo o Polo.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	6,25	0,00	0,00	20,00	6,25
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.	Martins e Apodi	II	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	156,20	0,00	0,00	500,00	156,20
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	468,60	1.500,00	468,60

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	I	300,00	93,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	93,72
Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.	Todo o Polo.	I	0,00	0,00	500,00	156,20	500,00	156,20	0,00	0,00	1.000,00	312,40
COMPONENTE 2 - COMERCIALIZAÇÃO			**0,00**	**0,00**	**800,00**	**249,92**	**500,00**	**156,20**	**1.000,00**	**312,40**	**2.300,00**	**718,53**
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	II	0,00	0,00	800,00	249,92	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	156,20	1.000,00	312,40	1.500,00	673,55
COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			**4.650,00**	**1.452,67**	**8.110,00**	**2.533,58**	**4.950,00**	**1.546,39**	**1.800,00**	**562,32**	**19.510,00**	**6.094,97**
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	468,60	0,00	0,00	1.500,00	673,55
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	Apodi, Martins, Portalegre, Patú e Pau dos Ferros.	II	0,00	0,00	500,00	156,20	600,00	187,44	600,00	187,44	1.700,00	763,36
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	800,00	249,92	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	359,23
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	Todo o Polo	II	0,00	0,00	200,00	62,48	1.000,00	312,40	0,00	0,00	1.200,00	538,84
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos	Todo o Polo	I	600,00	187,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	269,42

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.												
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais	Todo o Polo	I	1.500,00	468,60	1.500,00	468,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	1.347,10
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo	Todo o Polo	I	900,00	281,16	900,00	281,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	808,26
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	Todo o Polo	I	0,00	0,00	2.160,00	674,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.160,00	969,91
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	I	450,00	140,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	202,07
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	Todo o Polo	I	0,00	0,00	750,00	234,30	500,00	156,20	500,00	156,20	1.750,00	785,81
Ação 11– Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo	Todo o Polo	II	0,00	0,00	300,00	93,72	500,00	156,20	0,00	0,00	800,00	359,23
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	Todo o Polo	I	600,00	187,44	600,00	187,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	538,84
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	Todo o Polo	I	600,00	187,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	269,42
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR RN	III	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	109,34	0,00	0,00	350,00	157,16
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	SETUR RN	III	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	156,20	700,00	218,68	1.200,00	538,84

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 16 –Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte	RN	III	0,00	0,00	400,00	124,96	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	179,61
COMPONENTE 4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			**22.500,00**	**7.029,05**	**76.165,00**	**23.794,13**	**70.000,00**	**21.868,17**	**15.000,00**	**4.686,04**	**183.665,00**	**57.377,38**
Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	Apodi, Pau dos Ferros, Martins e Portalegre.	I	2.000,00	624,80	3.650,00	1.140,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.650,00	2.537,05
Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	Todo o Polo.	II	0,00	0,00	15,00	4,69	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	6,74
Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.	Todo o Polo.	I	500,00	156,20	500,00	156,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	449,03
Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.	Alexandria, Apodi, Caraúbas, Frutuoso Gomes, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	I	0,00	0,00	25.000,00	7.810,06	25.000,00	7.810,06	0,00	0,00	50.000,00	22.451,73

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.	Todo o Polo.	I	0,00	0,00	20.000,00	6.248,05	20.000,00	6.248,05	0,00	0,00	40.000,00	17.961,38
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.	Todo o Polo.	II	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	4.686,04	15.000,00	4.686,04	30.000,00	13.471,04
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Todo o Polo.	I	20.000,00	6.248,05	20.000,00	6.248,05	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	17.961,38
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	Martins, Portalegre, Patú, Pau dos Ferros e Apodi	II	0,00	0,00	1.000,00	312,40	4.000,00	1.249,61	0,00	0,00	5.000,00	2.245,17
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	Alexandria, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patú, Portalegre, Riacho da Cruz, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa	II	0,00	0,00	6.000,00	1.874,41	6.000,00	1.874,41	0,00	0,00	12.000,00	5.388,41

COMPONENTE/AÇÃO	ABRANGÊNCIA	PR	CUSTO (1.000) / ANO DE EXECUÇÃO								TOTAL (1.000)	
			Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4			
			R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
COMPONENTE 5 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL			**1.000,00**	**312,40**	**3.100,00**	**968,45**	**3.400,00**	**1.062,17**	**1.500,00**	**468,60**	**9.000,00**	**2.811,62**
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	Apodi, Martins e Portalegre.	II	0,00	0,00	400,00	124,96	600,00	187,44	0,00	0,00	1.000,00	449,03
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	Apodi, Martins e Portalegre.	II	0,00	0,00	200,00	62,48	300,00	93,72	0,00	0,00	500,00	224,52
Ação 03 – Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.	Todo o Polo.	II	0,00	0,00	2.000,00	624,80	2.000,00	624,80	1.000,00	312,40	5.000,00	2.245,17
Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.	Apodi , Portalegre e Martins.	I	1.000,00	312,40	500,00	156,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	673,55
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.	Martins e Portalegre.	III	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	156,20	500,00	156,20	1.000,00	449,03
TOTAL			**29.450,00**	**9.200,25**	**91.075,00**	**28.452,05**	**85.888,06**	**26.831,63**	**28.155,82**	**8.795,95**	**234.568,88**	**73.279,88**
%			**12,55**		**38,83**		**36,62**		**12,00**			

* Cotação dólar comercial (R$)3,201

Data: 01/07/2016

4.5 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento encontram-se detalhadas em fichas individuais, a seguir.

4.5.1 Componente 1 – Produto Turístico

Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.								
Objetivo	Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial no Turismo Arqueológico e Ecoturismo, hoje, pouco explorado visto a inexistência de planejamento e infraestrutura; desenvolver a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	Os sítios arqueológicos e as áreas naturais são, sem dúvida, um dos bens de maior expressividade e singularidade do Polo. É necessário utilizá-los de modo sustentável, respeitando sua capacidade de carga, para que com isso se preserve esse patrimônio cultural e ambiental.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos culturais, históricos e ambientais do Polo.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental do Polo/ Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.							
Descrição da ação	O Plano de Estruturação deverá identificar a situação atual de utilização dos sítios arqueológicos e áreas naturais, definir diretrizes para o aproveitamento sustentável dos recursos socioculturais, históricos e ambientais do Polo e propor ações/projetos de novos equipamentos, sinalização, entre outros. Os sítios arqueológicos e áreas naturais a serem abrangidos são: Lajedo de Soledade, incluindo o Museu, a Casa de Pedra, a Serra do Lima e a Cachoeira do Pinga.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$400.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano Diretor municipal e leis complementares, se houver; Lei nº 3.924/1961 – Monumentos arqueológicos e pré-históricos.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Precede ações 2 e 3 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.								
Objetivo	Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial nos segmentos de Turismo Arqueológico e Ecoturismo, hoje, pouco explorado visto à inexistência de planejamento e de infraestrutura. Desenvolver a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	A Lei 8.666/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, trata-se de elaborar os projetos de infraestrutura de acordo com as exigências legais.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos culturais, históricos e ambientais do Polo.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental do Polo/ Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.							
Descrição da ação	Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e as adequações às normas da ABNT, previstas no Projeto de Estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas. Os projetos deverão apresentar o cálculo e considerar o limite de utilização sustentável de cada sítio/áreas naturais, definir as rotas e trilhas e serem seguidas, incluir a instalação de passarelas, cordoalhas, iluminação, sinalização turística e interpretativa, modos de proteção das pinturas rupestres, pontos de parada para descanso dos turistas, etc. Deverão também ser elaborados projetos técnicos para o Museu do Lajedo de Soledade prevendo a instalação de meios e recursos para exploração de informações e aquisição de conhecimentos pelos visitantes sobre o patrimônio arqueológico e sobre a cultura local, por meio de roteiro pré estabelecido. A programação a ser seguida no Museu deve ser dinâmica, incluindo exposições temporárias e de longa duração, com a utilização de recursos virtuais, bidimensionais em sua expografia (objetos, maquetes, mídias, etc.), num processo inclusivo de todos os visitantes, com destaque para deficientes visuais e auditivos.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**		R$1.000.000,00			
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**		MTUR			
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano Diretor municipal e leis complementares, se houver; Lei nº 3.924/1961 – Monumentos arqueológicos e pré-históricos.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**		Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede ação 1 e precede ação 3 do Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.								
Objetivo	Estruturar o Polo Serrano para o aproveitamento do seu potencial no Turismo Arqueológico e Ecoturismo, hoje, pouco explorado visto à inexistência de planejamento e infraestrutura. Desenvolver a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	Os sítios arqueológicos e as áreas naturais são, sem dúvida, um dos bens de maior expressividade e singularidade do Polo. É necessário utilizá-los de modo sustentável, respeitando sua capacidade de carga, para que com isso se preserve esse patrimônio cultural e ambiental.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Utilização sustentável dos recursos culturais, históricos e ambientais do Polo.							
Benefícios/ Beneficiários	Conservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental / Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.							
Descrição da ação	Implantar as ações/projetos indicados no Plano de Estruturação seguindo as especificações técnicas e de execução dos serviços definidos em projetos específicos.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$3.000.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	Plano Diretor municipal e leis complementares, se houver; Lei nº 3.924/1961 – Monumentos arqueológicos e pré-históricos.							
Mecanismos de recuperação de custos	Cobrança de ingressos nos atrativos		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e ecoturismo aumenta em relação ao ano-base; gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base; grau de satisfação dos turistas com recursos de acessibilidade, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede ações 2 e 3 do Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.								
Objetivo	Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados. Desenvolver a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	Um dos principais problemas detectados no setor turismo é a falta de capacitação dos profissionais que atuam diretamente na prestação de serviços ao turista.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Profissionais qualificados para atuação direta no mercado local do turismo e inclusão social.							
Benefícios/ Beneficiários	Geração de empregos e inclusão social / Cadeia produtiva do turismo, população local e turistas.							
Descrição da ação	Elaboração de documento técnico indicando as principais necessidades do mercado atual e futuro de capacitação profissional para prestação de serviços turísticos, a indicação das ações de capacitação correspondentes e dos mecanismos e instrumentos a utilizar para aferição dos resultados alcançados a partir de sua realização. O plano deve prever ações de capacitação diretamente indicadas para a população local, tendo em vista a sua inserção no mercado do setor, de forma a promover a inserção social.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$300.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Aumento do grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos, em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Precede a ação 10 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.								
Objetivo	Dotar o Polo de serviços e equipamentos turísticos qualificados. Desenvolver a atividade turística de forma sustentável.							
Justificativa	Um dos principais problemas detectados no setor turismo é a falta de capacitação dos profissionais que atuam diretamente na prestação de serviços ao turista.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Profissionais qualificados para atuação direta no mercado local do turismo e inclusão social.							
Benefícios/ Beneficiários	Geração de empregos e inclusão social / Cadeia produtiva do turismo, população local e turistas.							
Descrição da ação	Trata-se de executar as ações de capacitação profissional prevista do Plano correspondente e avaliar os resultados alcançados, do ponto de vista do mercado do turismo local.							
Responsável pela Execução/ implantação/operação/manutenção do serviço	SETUR/RN e Municípios.		**Custo estimado**	R$1000.000,00				
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.		**Fonte de financiamento**	MTUR				
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	NÃO SE APLICA.							
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.		**Indicadores de resultado e fonte de verificação**	Aumento do grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos, em relação ao ano-base.				
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede a ação 9 do Componente Produto Turístico.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

4.5.2 Componente 3 – Fortalecimento Institucional

Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.			
Objetivo	Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios do Polo Serrano e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção a atividades sustentáveis.		
Justificativa	Dentre os dezoito municípios que compõem o Polo Serrano, apenas cinco possuem Conselhos Municipais de Turismo instalados. Dentre estes, apenas os de Caraúbas, Martins e Viçosa encontram-se ativos. O município de Pau dos Ferros tem projeto de lei para criação do Conselho em apreciação pela Câmara Legislativa. Portalegre é o único município que possui, como instrumento de gestão de recursos financeiros para o setor, o Fundo Municipal de Turismo ativo, criado por lei promulgada em 2001. Embora não contando com um Fundo de Turismo, todos os municípios do Polo previram, nos respectivos Planos Plurianuais - PPA/2016 recursos destinados ao desenvolvimento do turismo, o que é uma das exigências do MTUR para que o município integre uma região turística.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Gestão do turismo praticada em bases participativas.		
Benefícios/ Beneficiários	Gestão do turismo no Polo dinamizada e enriquecida pela participação da sociedade/ Turistas e sociedade em todo o Polo.		
Descrição da ação	Contratação de consultoria especializada abrangendo o conjunto dos municípios integrantes do Polo para: Elaboração de documento técnico detalhado e minuta de projeto de lei para criação e instalação de Conselhos Municipais de Turismo e de Fundos Municipais de Turismo para os municípios do Polo Serrano que ainda não os possui; Análise da eficácia e da efetividade do Conselho Regional do Polo e dos Conselhos e Fundos Municipais já existentes e elaboração de plano para sua revitalização/melhoria; Elaboração de plano plurianual de atividades para os Conselhos Municipais; Indicação de parâmetros para o monitoramento e a avaliação periódica de resultados dos Conselhos existentes e a implantar; Definição e execução de ações de capacitação dos membros dos Conselhos Regional do Polo e dos Conselhos Municipais, bem como dos Fundos de Turismo já existentes; Indicação e detalhamento de programa de capacitação inicial e continuada a ser cumprido pelos Conselhos Municipais e Fundos a serem criados no Polo.		
Responsável pela Execução/ Implantação/operação/manutenção do serviço	Organismos municipais de turismo com supervisão e orientação da SETUR/RN. Necessária a contratação de Consultoria especializada.	**Custo estimado**	R$ 600.000,00

Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.								
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.				**Fonte de financiamento**		MTUR	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.				**Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei**		NÃO SE APLICA.	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	As ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. As ações relativas aos Conselhos devem ser iniciadas com prioridade em relação às demais do Componente 3, de forma a organizar e efetivar o funcionamento desses e de outros mecanismos de participação social na gestão do turismo.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais						
Objetivo	Prover as condições legais e regulatórias para a gestão municipal eficaz de cada município integrante do Polo Serrano.					
Justificativa	O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e tem como objetivo reduzir as desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável das potencialidades do município. O Plano Diretor Municipal é definido pela Lei Federal 10.257/2001- Estatuto da Cidade - como obrigatório para cidades com população acima de 20.000 habitantes; para aquelas situadas em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas sobre influência de empreendimentos de grande impacto ambiental e **em áreas de interesse turístico** (BRASIL, 2011). O Plano aborda o turismo como uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. Nenhum dos municípios integrantes do Polo Serrano possui o Plano Diretor Municipal.					
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade, embasando o planejamento turístico local.					
Benefícios	Estabelecimento de bases sólidas orientadoras do desenvolvimento municipal, afetando diretamente o desenvolvimento setorial do turismo.		**Beneficiários**		Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.	
Descrição da ação	Trata-se de criar as condições técnicas necessárias para que cada município do Polo possa elaborar e implantar seu respectivo Plano Diretor, conforme orientações legais e, desta forma, constituir as bases para elaboração e implantação de outros instrumentos da legislação urbanística resultantes, conforme necessário. Para tanto, faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada que orientará o seu trabalho conforme o texto da Lei do Estatuto da Cidade e atuará por meio de equipe multidisciplinar capacitada. Considera-se, a priori, de interesse, para a obtenção de resultados técnicos e relação custo-benefício positiva, a possibilidade de contratação dos serviços para elaboração dos Planos Diretores considerando a divisão dos 18 municípios do Polo em dois ou três lotes, cada um a cargo de uma empresa contratada. Mesmo assim, necessariamente, seria produzido um Plano para cada um deles, de forma a considerar especificamente a sua realidade, suas características e o seu cenário futuro.					
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		Cada um dos municípios do Polo objeto dos Planos Diretores.	
Custo estimado	R$3.000.000,00	**Gastos estimados de operação**		NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR

Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais								
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				NÃO SE APLICA.	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base. Nº de reuniões e eventos promovidos pelos conselhos municipais e fóruns regionais aumenta em relação ao ano base. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base. Nº de municípios do Polo com Plano Diretor aumenta em relação ao ano base. Nº de municípios do Polo com instrumentos de planejamento urbano cresce em relação ao ano-base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	As ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano Diretor deverá preceder ou, se necessário, ser concomitante à execução das Ações 07 e 08, para as quais fornece subsídios.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo	
Objetivo	Consolidar e instituir, a partir de bases estratégicas sustentáveis, a política municipal de turismo de cada município integrante do Polo Serrano.
Justificativa	O único município do Polo Serrano que possui uma política de turismo instituída é Pau dos Ferros. A mesma foi criada pela Lei nº 1514 /15, que institui ainda o Sistema Municipal de Turismo – SMT, o Conselho Municipal de Turismo (em fase de aprovação pela Câmara de Vereadores), a Conferência Municipal de Turismo, e prevê ainda a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão do turismo como o Plano Municipal de Turismo, o Sistema Municipal de Financiamento do Turismo e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Turísticos (PAU DOS FERROS/RN, 2015).
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Políticas setoriais, leis e regulamentos para a gestão territorial e do turismo elaboradas, atualizadas e de conhecimento da sociedade, embasando o planejamento turístico local.
Benefícios/ Beneficiários	Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.
Descrição da ação	No processo de planejamento da gestão municipal, os municípios considerados como “área de interesse turístico” têm como legislação maior o Plano Diretor Municipal, que indica o turismo como uma atividade econômica indutora do desenvolvimento do município. A formulação e a validação legal de uma Política Municipal de Turismo constitui o passo subsequente e na qual se apoia o Plano Estratégico do Turismo Municipal (Ação 8), de natureza plurianual, que define os caminhos para a ação efetiva em busca do desenvolvimento do setor. Para a formulação da Política Municipal de Turismo faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada. Para contratação de tais

Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo								
	serviços considera-se, a priori, a possibilidade de formação de três lotes, ficando o trabalho em 6 a 9 municípios afetos a uma mesma empresa contratada. A adoção de procedimentos metodológicos homogêneos e a economia de escala no tratamento de um grupo de municípios podem levar a resultados de qualidade. Este caminho não impedirá, entretanto, a abordagem individualizada de cada município, a consideração de suas características e realidade, bem como dos cenários futuros a ele atribuídos, de forma a gerar, a partir de um processo de trabalho também específico, uma Política de Turismo para cada caso.							
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/operação/ manutenção do serviço**		Administração Municipal com a participação da sociedade e outros agentes envolvidos em sua aplicação.			
Custo estimado	R$ 1.800.000,00	**Gastos estimados de operação**	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTUR			
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		NÃO SE APLICA.			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração da Política Municipal de Turismo deverá basear-se no Plano Diretor Municipal (Ação 6) ou, se necessário, ser concomitante a ela.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	
Objetivo	Incorporar as bases de um modelo participativo de gestão compartilhada do turismo, no qual os municípios do Polo Serrano e a cadeia produtiva do turismo assumam efetivamente as suas funções e papéis em direção a atividades sustentáveis.
Justificativa	O planejamento do turismo, enquanto ação prioritária para a gestão eficaz do turismo, não é praticada de forma sistemática nos municípios do Polo. Assim, ao prever a implantação de outros instrumentos de planejamento territorial, como é o caso do Plano Diretor Municipal, e a formulação de políticas locais de turismo, este PDITS busca coroar o ciclo do planejamento setorial com a introdução de Planos Estratégicos Municipais de Turismo.
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Planejamento do turismo efetivo e contínuo, baseado em informações confiáveis e atualizadas e abordagem estratégica;

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo					
Benefícios	Obtenção de elementos sólidos e de base participativa para a ação das administrações públicas municipais e dos empreendedores e outros agentes de desenvolvimento do turismo.		**Beneficiários**	Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida.	
Descrição da ação	Este Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável considera a necessidade de fortalecer o planejamento do turismo regional e local no âmbito do Polo Serrano, para o que prevê a adoção de uma série de instrumentos próprios, dentre os quais o Plano Diretor Municipal e a Política Municipal de Turismo. Os caminhos do planejamento são então coroados pela elaboração de Planos Estratégicos Municipais de Turismo específicos para cada município do Polo, ainda que integrados por efeito das orientações do PDITS. O Plano Municipal, assim entendido, busca explicitar, de acordo com as peculiaridades locais e das características do Polo como um todo, os caminhos estratégicos, a definição de metas, de objetivos, de iniciativas e resultados em prol do desenvolvimento efetivo do turismo, em conjunto, pelos diferentes agentes públicos e privados. Para a formulação dos Planos Estratégicos Municipais de Turismo faz-se necessária a contratação de serviços de consultoria especializada. Para contratação de tais serviços considera-se, a priori, a possibilidade de formação de três lotes, ficando o trabalho em 6 a 9 municípios afetos a uma mesma empresa contratada. A adoção de procedimentos metodológicos homogêneos e a economia de escala no tratamento de um grupo de municípios podem levar a resultados de qualidade. Este caminho não impedirá, entretanto, a abordagem individualizada de cada município, a consideração de suas características e realidade, bem como dos cenários futuros a ele atribuídos, de forma a gerar, a partir de um processo de trabalho também específico, um Plano Estratégico para cada caso.				
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/operação /manutenção do serviço**	Administração Municipal com a participação da sociedade e outros agentes envolvidos em sua aplicação.	
Custo estimado	R$ 2.160.000,00 US$ 674.789,13	**Gastos estimados de operação**	Não se aplica	**Fonte de financiamento**	MTUR
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	NÃO SE APLICA.	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.				

Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano Estratégico Municipal de Turismo para cada município do Polo deverá embasar-se no Plano Diretor Municipal (Ação 6) e na Política Municipal de Turismo (Ação 7) ou, se necessário, ser concomitante a eles.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.			
Objetivo	Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo para a gestão efetiva e integrada do turismo local		
Justificativa	No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação e no aperfeiçoamento dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, em cada município e no todo dos municípios abrangidos pelo Polo Serrano. Tal convicção se baseia na verificação das condições atuais, em que, nos diferentes municípios nota-se quantidade e qualificação insuficiente dos dirigentes, gerentes e técnicos que atuam no setor de turismo. Os cargos são, em geral, de provimento político, em detrimento de cargos efetivos, preenchidos por meio de concurso público, conforme determina a legislação. A situação reinante leva à admissão de pessoal sem a adequada capacitação para o trabalho e à instabilidade do quadro, impactando a continuidade e a qualidade da atuação do poder público no campo do desenvolvimento turístico.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo qualificados e atualizados para a gestão efetiva e integrada do turismo local.		
Benefícios	Melhoria do desempenho do corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo	**Beneficiários**	Corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo em cada município do Polo
Descrição da ação	Trata-se de planejar ações e oportunidades para a capacitação de dirigentes e técnicos municipais, proporcionando-lhes o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho eficaz e efetivo das funções de gestão do turismo. Implica na elaboração de plano de capacitação continuada e sequencial baseado nas diretrizes do PDITS Polo Serrano e nas políticas estadual e municipais vigentes na área. Pressupõe a caracterização detalhada e no perfil da clientela a ser atendida, considerando o cenário atual e o cenário futuro do desenvolvimento do turismo nacional, regional e local. Prevê a contratação de especialistas externos para, por meio de equipe multidisciplinar, coordenar e assessorar a elaboração do Plano de Capacitação.		
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações	**Entidade responsável pela implantação/operação /manutenção do serviço**	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais

Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.						
	Municipais como co-executora.			como co-executora. (Ação 10).		
Custo estimado	R$450.000,00 US$ 140.581,07	**Gastos estimados de operação**	Valores para implantação do Plano de Capacitação previstos na Ação 10.	**Fonte de financiamento**	MTUR	
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	Não se aplica			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de turistas no Polo aumenta em relação ao ano base.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A elaboração do Plano de Capacitação deve preceder todas as demais deste Componente, na medida em que se refere a elas e prepara as equipes para as situações de melhoria e mudanças institucionais.					
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.			
Objetivo	Qualificar/aperfeiçoar dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo para a gestão efetiva e integrada do turismo local		
Justificativa	No tocante aos recursos humanos, cabe neste PDITS investir na qualificação e no aperfeiçoamento dos dirigentes, gerentes e técnicos dos quadros da administração pública local, em cada município e no todo dos municípios abrangidos pelo Polo Serrano. Tal convicção se baseia na verificação das condições atuais, em que, nos diferentes municípios nota-se quantidade e qualificação insuficiente dos dirigentes, gerentes e técnicos que atuam no setor de turismo. Os cargos são, em geral, de provimento político, em detrimento de cargos efetivos, preenchidos por meio de concurso público, conforme determina a legislação. A situação reinante leva à admissão de pessoal sem a adequada capacitação para o trabalho e à instabilidade do quadro, impactando a continuidade e a qualidade da atuação do poder público no campo do desenvolvimento turístico.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Dirigentes, gerentes e técnicos da Administração Pública dos municípios integrantes do Polo qualificados e atualizados para a gestão efetiva e integrada do turismo local.		
Benefícios	Melhoria do desempenho do corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo	**Beneficiários**	Corpo de dirigentes, gerentes e técnicos de gestão municipal do turismo em cada município do Polo
Descrição da ação	Execução do Plano de Capacitação continuada, plurianual, conforme elaborado, de forma a concretizar um conjunto significativo de ações que envolvam as equipes		

Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.							
	específicas de cada município e grandes grupos reunindo participantes oriundos de todo o Polo Serrano, conforme objetivo a ser alcançado e conteúdo a abordar. Pressupõe conteúdos teóricos, atividades práticas, desenvolvidas de forma presencial ou à distância, apoiadas em material de suporte adequado aos clientes alvo. A execução do Plano envolve a contratação de prestação de serviços para gerenciamento da execução, monitoramento e avaliação de resultados. Inclui também a contratação de especialistas em conteúdos diversos para planejamento das atividades e atuação como facilitador/instrutor/debatedor, palestrante, despesas diversas com locação de espaços, de equipamentos multimídia, de refeições e lanches, de criação e produção de material didático e do participante, etc.						
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/operação /manutenção do serviço**		SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		
Custo estimado	R$ 1.750.000,00	**Gastos estimados de operação**	Não se aplica		**Fonte de financiamento**	MTUR	
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	Não se aplica			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.						
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo. A implantação do Plano de Capacitação deve seguir-se imediatamente à sua elaboração e iniciar-se com prioridade, estendendo-se por todo o tempo de implantação do PDITS, por ter caráter contínuo e permanente.						
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.						
Objetivo	Mobilizar e incentivar empreendedores do turismo atuais e potenciais do Polo, tendo em vista a atração de investimentos privados e a sua atuação efetiva no mercado de turismo do Polo Serrano.					
Justificativa	No Polo Serrano como um todo e em cada município que o compõem os agentes que atuam no mercado do turismo não se encontram organizados, mobilizados e motivados para o desenvolvimento do setor dada a realidade atual, e menos ainda, diante do potencial de crescimento vislumbrado na área.					
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Empreendedores e equipes de profissionais do turismo mobilizados e motivados para a concretização e operacionalização de investimentos turísticos no Polo Serrano;					
Benefícios	Investidores, profissionais e parcerias do mercado de turismo do Polo mobilizados, organizados e atuantes.		**Beneficiários**	Administração pública municipal, empreendedores do mercado turístico do Polo e sociedade abrangida		
Descrição da ação	O produto desta ação será constituído pela realização de um conjunto significativo de eventos devidamente programados, tais como reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação, atividades específicas de capacitação, publicação e distribuição de material didático e informativo específicos para os diferentes segmentos, dentre outros, que ocorrerão intensivamente por um período contínuo de meses ou de um semestre (seguido de outros, se for o caso para o alcance dos objetivos). Os esforços de mobilização, os conteúdos, os produtos informativos e didáticos assim gerados serão objeto de relatórios e de material informativo/de aprendizagem em mídias diversas a serem divulgados para todos os agentes envolvidos. Esta Ação consiste em esforço concentrado de mobilização dos atores envolvidos nos arranjos produtivos da cadeia do turismo, que resultem na construção de uma rede de duradoura de parcerias abrangendo os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor. Prevê-se que esse movimento ocorra sob a coordenação de uma entidade de reconhecida capacidade técnica – tal como o SEBRAE ou outra equivalente, com atuação específica acerca do objeto explicitado.					
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção do serviço**	SETUR/RN em colaboração com cada uma das Administrações Municipais do Polo Serrano e envolvimento direto de toda a cadeia do turismo.		
Custo estimado	R$ 1.200.000,00	**Gastos estimados de operação**	Não se aplica	**Fonte de financiamento**	MTUR	
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		Não se aplica		

Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.								
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de Empresas e outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo.							
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos			
Objetivo	Promover a atração de investimentos privados por meio da implantação de mecanismos de fomento e incentivo ao desenvolvimento do turismo no Polo Serrano.		
Justificativa	A expansão, em número e qualidade, dos empreendimentos turísticos no Polo Serrano será possível e viável a partir da introdução de medidas de fomento e incentivos fiscais próprios, Tais medidas devem abranger novos empreendimentos e os já existentes, buscando fortalecê-los. Os negócios voltados para o agenciamento do turismo receptivo estão a requerer atenção especial.		
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Empreendedores do turismo mobilizados e motivados para a concretização de investimentos turísticos no Polo Serrano;		
Benefícios	Mecanismos de incentivo ao desenvolvimento do turismo implantados.	**Beneficiários**	População local, trade turístico e turistas
Descrição da ação	A realização desta ação, abrangendo todos os municípios do Polo, demanda a contratação de consultoria especializada para a coordenação e execução de diferentes etapas de trabalho, em cooperação com os órgãos municipais envolvidos, dentre as quais: • Realização de pesquisa documental visando identificar experiências exitosas similares em outras capitais e cidades brasileiras, a serem consideradas benchmarking para o projeto a elaborar; • Identificação de incentivos fiscais existentes na região e nos estados vizinhos e linhas de créditos disponíveis para o fomento de empreendimentos turísticos; • Inclusão no Projeto de Fomento e Incentivos fiscais das empresas que visem a redução de impactos ambientais negativos, a sustentabilidade e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos empreendimentos turísticos beneficiados; • Indicação e detalhamento dos processos organizacionais e administrativos para implantação efetiva do projeto, incluindo metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados dele advindos, bem como diretrizes para o adequado gerenciamento de sua implantação; • Apresentação e discussão dos conteúdos indicados com os agentes públicos e privados interessados;		

Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos									
	• Elaboração de Projeto de Lei Estadual (ou Municipais) de Incentivo Fiscal para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos na área do Polo; • Assessoramento às instâncias envolvidas na fase inicial de implantação do projeto.								
Responsável pela Execução	SETUR/RN como contratante/executora dos serviços de consultoria e cada uma das Administrações Municipais como co-executora.		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		Administração Estadual e Administrações Municipais por meio dos órgãos públicos pertinentes em cada nível, conforme a natureza da medida de fomento e de incentivos fiscais a tratar.				
Custo estimado	R$ 600.000,00		**Gastos estimados de operação**		Não disponíveis, a serem cobertos com recursos orçamentários municipais ou em parceria com fontes externas.		**Fonte de financiamento**	MTUR	
Mecanismos de recuperação de custos	Benefícios econômicos advindos do desenvolvimento municipal				**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**		Não se aplica		
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas a alojamento e alimentação cresce em relação ao ano-base.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Por sua natureza, as ações do Componente Fortalecimento Institucional precedem ou são concomitantes às demais do PDITS, fornecendo a base institucional para a efetivação do Programa e para o efetivo desenvolvimento turístico do Polo.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N	

4.5.3 Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.				
Objetivo	Conservação de estradas pavimentadas e implantação de sinalização turística. Recuperação de estradas vicinais de acesso a atrativos turísticos em áreas rurais. Recuperação de pavimento, acostamentos e sinalização (horizontal e vertical) das rodovias estaduais, adequando o sistema viário ao fluxo de turistas e demais atividades complementares e desenvolvendo a atividade turística de forma sustentável.			
Justificativa	A Lei 8.666/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, trata-se de elaborar os projetos de infraestrutura de acordo com as exigências legais (BRASIL, 1993).			
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhor qualidade do serviço de transporte, maior acessibilidade e atratividade de turistas.			
Benefícios/ Beneficiários	Conservação da infraestrutura rodoviária do Polo. Aumento da produtividade econômica e maior conectividade, beneficiando a cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.			
Descrição da ação	Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e os materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e a adequação às normas pertinentes para rodovias: Estudos geotécnicos e hidrológicos, projeto geométrico, pavimentação e sinalização rodoviária. Deverão ser calculados e considerados o nível dos serviços prestados e a capacidade viária e previstos os impactos ambientais e medidas mitigadoras.			
Responsável pela Execução/ implantação/operação/ manutenção do serviço	DER/RN e Municípios.	**Custo estimado**	R$5.650.000,00	
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	DER-RN	
Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei	LEI 6938/81 Resolução CONAMA 001/86 Resolução CONAMA 237/97		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	LEI 6938/81 Resolução CONAMA 001/86 Resolução CONAMA 237/97
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	-			

Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.								
Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal				
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos, captação e fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais de forma a impactar favoravelmente a qualidade de vida da população local, o meio ambiente e os recursos hídricos.			
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários urbanos e nos dispositivos de drenagem pluvial urbana.			
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	A identificação da situação em relação ao saneamento básico e a definição das necessidades de cada município e alternativas poderá antecipar a realização de investimentos voltados à infraestrutura turística			
Benefícios/ Beneficiários	Conhecimento das necessidades em infraestrutura de saneamento básico/ Órgãos responsáveis pela implantação da infraestrutura de saneamento básico/ população local.			
Descrição da ação	Elaboração de diagnóstico para identificação dos índices atuais de atendimento em saneamento básico e definição das necessidades e alternativas tecnológicas a sua melhoria.			
Responsável pela Execução / implantação/operação/ manutenção do serviço	SETUR/RN, Companhia de Águas e Esgotos do Rio grande do Norte - CAERN e Prefeituras	**Custo estimado**	R$1.000.000,00	
Gastos estimados de operação	NÃO SE APLICA.	**Fonte de financiamento**	MTur e empréstimos (BNDES, BID, Banco do Nordeste e outros)	
Mecanismos de recuperação de custos	NÃO SE APLICA.	**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**	Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Antecede ações 4 e 5 do Componente Gestão Socioambiental.			

Nível de avanço:	**Projeto básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.									
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos, captação e fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos, do meio ambiente e, em conseqüência, aumentar os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população local.								
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada dos resíduos sólidos em aterros sanitários e drenagem pluvial urbana.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida, diminuição da contaminação e poluição de mananciais e açudes.								
Benefícios	Melhoria da qualidade de vida, da saúde pública, dos recursos hídricos e do meio ambiente em geral.		**Beneficiários**		População local, visitantes e turistas.				
Descrição da ação	Realização de investimentos em treze municípios integrantes do Polo.								
Responsável pela Execução	CAERN e Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		CAERN E SAAE				
Custo estimado	R$ 50.000.000,00		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**	FUNASA		
Mecanismos de recuperação de custos	Não		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**			Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99			
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede a ação 3 do Componente Gestão Ambiental.								
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Proj.executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N	

Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.									
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos, captação e fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos, do meio ambiente e, em consequência, aumentar os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população local.								
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada dos resíduos sólidos em aterros sanitários e drenagem pluvial urbana.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida da população no Polo e possibilidade do aumento de oferta de infraestrutura turística e de serviços								
Benefícios	Atendimento satisfatório da população dos municípios do Polo e dos turistas		**Beneficiários**		População local, visitantes e turistas.				
Descrição da ação	A melhoria dos sistemas de abastecimento se dará principalmente nos mananciais de captação, a partir do disciplinamento do uso dentro das bacias de contribuição, proteção e recuperação das APP, e nos sistemas de distribuição, a partir do aumento das redes e da diminuição das perdas.								
Responsável pela Execução	CAERN E SAAE			**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**		CAERN E SAAE			
Custo estimado	R$ 40.000.000,00		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**		FUNASA	
Mecanismos de recuperação de custos	Não		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**					Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação da população e dos turistas com o saneamento básico. Índices de atendimento e de perdas.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Sucede ação 3 do Componente Gestão Ambiental.								
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Proj.executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**		N

Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.									
Objetivo	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgotos, captação e fornecimento de água tratada, gestão de resíduos sólidos e coleta e disposição adequada das águas pluviais de forma a promover a qualidade dos recursos hídricos, do meio ambiente e, em consequência, aumentar os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população local.								
Justificativa	Todos os municípios apresentam problemas de falta de infraestrutura, ou deficiência na cobertura e atendimento, sendo necessárias melhorias no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição de forma adequada dos resíduos sólidos em aterros sanitários e drenagem pluvial urbana.								
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Melhoria da qualidade de vida, diminuição da contaminação e poluição do solo, de mananciais e de açudes que são utilizados para lazer, aumentando o fluxo de visitantes e turistas.								
Benefícios	Diminuição da poluição, dos riscos de contaminação e da poluição visual nas cidades e atrativos.		**Beneficiários**		População local, visitantes e turistas.				
Descrição da ação	Implantar e executar os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como elaborar os planos de gestão para os municípios no Polo que não o possuem, identificando principalmente os problemas relativos à disposição de resíduos sólidos em lixões e aterros não apropriados. Deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere a questões como não geração, reaproveitamento e reciclagem de resíduos.								
Responsável pela Execução	Prefeituras Municipais			**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**			Prefeituras Municipais		
Custo estimado	R$ 40.000.000,00		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**		FUNASA	
Mecanismos de recuperação de custos	Não		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				Resolução CONAMA 237/97e Decreto nº. 14.338/99		
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Grau de satisfação da população nos municípios do Polo e dos turistas com o saneamento básico. Quantidade de resíduos coletados e de resíduos reaproveitados e reciclados.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	-								
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Proj.executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**		N

4.5.4 Componente 5: Gestão Socioambiental

Ação 04 – Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade e nas Cavernas de Martins.								
Objetivo	Promover estudos da área do Lajedo da Soledade e nas Cavernas de Martins para criação de uma unidade de conservação.							
Justificativa	O Sítio Arqueológico Lajedo da Soledade, em Apodi,é a única área do Polo provida de legislação que lhe confere alguma proteção. Assim, são necessários estudos para sua classificação na categoria de unidade de conservação segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, o mesmo acontece com a Casa de Pedra e outras cavernas localizadas no município de Martins. Serão definidas as categorias de Unidade de Conservação - UC a serem criadas, as medidas para sua implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização, bem como determinada a sua capacidade de carga, incluindo os atrativos e propriedades privadas.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Aumento do número de visitantes em consequência da melhoria da infraestrutura e das condições de segurança no Lajedo da Soledade e na Casa de Pedra.							
Benefícios	Proteção e conservação do Lajedo da Soledade, tanto nos aspectos ambientais quanto nos arqueológicos.		**Beneficiários**		População local, visitantes e turistas.			
Descrição da ação	Realizar estudo conforme os critérios e metodologia do Instituto Chico Mendes – ICMBio para criação de Unidade de Conservação na área do Lajedo da Soledade; identificação das características dos meios físico e biótico e aspectos arqueológicos							
Responsável pela Execução	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA/RN e prefeitura de Apodi		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				IDEMA/RN e prefeitura de Apodi	
Custo estimado	R$ 1.000.000,00				**Fonte de financiamento**		MMA/ICMBio e agências de financiamento.	
Mecanismos de recuperação de custos	Não		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				Resolução CONAMA 237/97, Decreto nº. 14.338/99 e SNUC	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Aumento da proteção e da fiscalização do Lajedo de Soledade e das Cavernas de Martins.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma								
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Proj.executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral.								
Objetivo	▪ Garantir a conservação dos remanescentes do bioma Caatinga; ▪ Identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação;							
Justificativa	O Sítio Arqueológico Lajedo da Soledade e a ARIE Mata da Bica foram as únicas áreas que possuem um instrumento legal que confere alguma proteção às mesmas, havendo necessidade de estudos para verificar se há potencial para inserir a área em alguma categoria de unidade de conservação segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, havendo a necessidade de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização, de outras unidades de conservação, bem como determinação da capacidade de carga das mesmas, bem como dos atrativos e propriedades privadas, estipulando o número máximo de visitantes que não causem impactos negativos significativos às trilhas, rios, cachoeiras, habitats e outros, como no caso da cachoeira do Pinga e da Serra do Lima.							
Efeito esperado no desenvolvimento do turismo	Identificação e criação de unidades de conservação na região do Polo que poderão ser novos atrativos, acarretando o aumento da visitação na região.							
Benefícios/Beneficiários	População dos municípios que compõem o Polo e para os visitantes.							
Descrição da ação	Elaboração de estudos de estudos para identificação, criação, implantação, manejo, gestão proteção e fiscalização, bem como determinação da capacidade de carga das mesmas, de forma a garantir a conservação de amostras e remanescentes do Bioma Caatinga presentes no Polo							
Responsável pela Execução	IDEMA/RN		**Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção do serviço**				IDEMA/RN	
Custo estimado	R$ 1.200.000,00		**Gastos estimados de operação**			**Fonte de financiamento**		RN Sustentável
Mecanismos de recuperação de custos	Não		**Normas de licenciamento ambiental exigidas pela lei**				Resolução CONAMA 237/97, Decreto nº. 14.338/99 e SNUC	
Indicadores de resultado e fonte de verificação	Aumento do percentual proteção e preservação do Bioma Caatinga.							
Relação com outras ações quanto ao cronograma	-							
Nível de avanço:	**Proj.básico**	N	**Projeto executivo**	N	**Termo de referencia**	N	**Reconhecimento retroativo**	N

5 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDITS

5.1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

COMPONENTE 1 – PRODUTO TURÍSTICO
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto às comunidades e populações vizinhas aos sítios.
Impactos Positivos: Planejamento e organização para estruturação dos sítios e outros atrativos**.**
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Consulta a outros planos já elaborados e implantados com sucesso. Contratar empresa com experiência e capacidade comprovada para elaboração deste tipo de plano.
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto às comunidades e populações vizinhas aos sítios.
Impactos Positivos: Planejamento, organização, dimensionamento correto e otimização na aplicação dos recursos para dotar os sítios e outros atrativos de infraestrutura
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Consultar ouros projetos de sucesso e adoção de técnicas e tecnologias de custo menor custo. Contratar empresa com capacidade e experiência comprovada para elaboração destes projetos.
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas.
Impactos Negativos: Geração de poeira, ruídos e sedimentos com a movimentação de máquinas, desmatamentos e escavações.
Impactos Positivos: Conforto e segurança para os turistas e visitantes e garantia de proteção e conservação dos sítios e atrativos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Consultar e adotar experiências de sucesso em outros sítios e atrativos semelhantes, com custo/benefício comprovado.
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.
Impactos Negativos: Geração de poeira, ruídos e sedimentos com a movimentação de máquinas, desmatamentos e escavações para implantação da infraestrutura necessária ao teleférico.
Impactos Positivos: Equipamento que poderá valorizar ainda mais os atrativos naturais da região, constituindo-se por si só como atrativo, podendo aumentar o fluxo de turistas e visitantes, bem como geração de empregos e renda.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Cuidados e planejamento na movimentação de máquinas e realização das obras e adoção de experiências e tecnologias de sucesso.
Ação 05 – Elaboração de roteiros turísticos integrados.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Otimização dos roteiros estudados e definidos, possibilitando aumento territorial do fluxo turístico e melhoria da experiência turística.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratar empresa com competência e experiência na prestação de serviços deste tipo.

COMPONENTE 1 – PRODUTO TURÍSTICO
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.
Impactos Negativos: Criar expectativas para realização de determinados eventos.
Impactos Positivos: Possibilitar ao turista e ao visitante planejar quando, onde e em que eventos deseja participar.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras Inserir no calendário eventos significativos e que tenham importância semelhante para atrair novos turistas e visitantes.
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhor atendimento e segurança para os turistas e visitantes, otimizando a visitação de vários atrativos e determinadas localidades.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Estrutura, equipar e capacitar os CAT para bom desempenho de suas funções.
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde
Impactos Negativos: Criação de uma maior expectativa junto aos responsáveis pelos eventos e atrativos, bem como aumento dos custos e exigências para sua operação e manutenção.
Impactos Positivos: Oferta de produtos de maior e melhor qualidade atraindo turistas com maior poder aquisitivo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras Apoio técnico e financeiro e sensibilização dos empreendedores para incentivar a certificação.
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.
Impactos Negativos: Gerar expectativa junto à população local quanto a oportunidades de novos empregos e aumento da renda.
Impactos Positivos: Aproveitamento e aumento do nível de renda da mão de obra local
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras Contratar empresa com experiência e capacidade comprovada na elaboração de planos similares, priorizando a capacitação da mão de obra local
Ação **10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.**
Impactos Negativos: Criar expectativa junto às pessoas capacitadas de que serão contratadas.
Impactos Positivos: Aumento da oportunidade de empregos com maior renda aos trabalhadores capacitados.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Priorizar a contratação da mão de obra local capacitada.

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos empreendedores quanto a possibilidade de aumento do turismo e visitação nos atrativos.
Impactos Positivos: Conhecimento detalhado dos atrativos dos municípios do Polo para definição das estratégias de marketing.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização do estudo
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional
Impactos Negativos: Aumento nos custos de operação e manutenção dos atrativos.
Impactos Positivos: Divulgação dos atrativos turísticos dos municípios, prospecção de novas potencialidades turísticas no município, visão de médio e longo prazo, atração de novos investimentos dos setores públicos e privado e operacionalidade de empreendimentos a luz dos princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

COMPONENTE 2 – COMERCIALIZAÇÃO
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para implantação do plano

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos empreendedores.
Impactos Positivos: Conhecimento detalhado da oferta turística.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização do inventário.
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.
Impactos Negativos: Adoção dos parâmetros equivocados para definição do perfil da demanda.
Impactos Positivos: Identificação precisa do perfil da demanda turística de forma a viabilizar, com eficácia, o planejamento, a seleção e a definição de prioridades para a oferta.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização da pesquisa.
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos gestores e empreendedores.
Impactos Positivos: Exequibilidade do planejamento e da gestão do turismo eficazes.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para planejar, desenhar, implantar e capacitar os usuários e gestores do sistema.
Ação 04 – Implantação de sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo
Impactos Negativos: Erros de avaliação e adoção de indicadores inadequados.
Impactos Positivos: Acompanhamento e avaliação dos projetos por meio de indicadores, de forma a aferir desvios e resultados com maior eficácia.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para implantar o sistema e capacitar os usuários.
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo
Impactos Negativos: Dificuldade na composição e funcionamento dos conselhos e ausência de normas legais claras para criação e gestão dos fundos. De acordo com a composição e o número de representantes os Conselhos podem criar mais dificuldades do que soluções
Impactos Positivos: Maior representatividade dos diversos segmentos envolvidos com o turismo, criação de condições para desenvolvimento de mecanismos de fomento e incentivos, melhor capacitação para exercer seu papel deliberativo nas atividades turísticas do estado e dos municípios, maior democratização e participação nas decisões de políticas públicas voltadas para o turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Adoção de experiências e normas utilizadas em iniciativas bem sucedidas de criação/fortalecimento de entidades e mecanismos similares.
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais
Impactos Negativos: Necessidade de recursos financeiros e pessoal capacitado para elaboração dos planos; não implantação efetiva dos planos elaborados.
Impactos Positivos: Elaboração de importante ferramenta de planejamento territorial de alcance multisetorial.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresas com experiência e competência técnica para elaboração dos Planos Diretores Municipais.
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Impactos Negativos: Dificuldade de envolvimento de todos atores necessários para elaboração da Política de Turismo para cada município.
Impactos Positivos: Fortalecimento institucional do turismo no Polo Serrano.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para elaboração da Política.
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo
Impactos Negativos: Dificuldades na obtenção de recursos para elaboração destes planos; não implantação efetiva dos planos elaborados.
Impactos Positivos:Geração de diretrizes, metas e orientações elaboradas de forma participativa que facilitarão a gestão e o desenvolvimento do turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para elaboração dos planos estratégicos.
Ação 09 – Elaboração de plano de capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.
Impactos Negativos: Criação de expectativa junto aos dirigentes, gestores e técnicos.
Impactos Positivos: Reais necessidades de capacitação identificadas; ações necessárias detalhadas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para elaboração do plano.
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhoria do desempenho dos dirigentes, gerentes e técnicos da administração pública quanto à gestão do turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para facilitar os processos de capacitação resultantes e para gerenciar a execução dos planos.
Ação 11– Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo
Impactos Negativos: Não adesão de representantes de todos os segmentos do mercado do turismo.
Impactos Positivos: Empreendedores engajados e motivados para o investimento no mercado de turismo.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Definição dos parâmetros e informações relevantes para preparação e mobilização dos empreendedores.
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias
Impactos Negativos: Não adesão de representantes de todos os segmentos do mercado do turismo.
Impactos Positivos: Mobilização e participação dos atores envolvidos para a promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e a formação de uma rede de parcerias envolvendo os setores público e privado, a sociedade civil e o terceiro setor.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência para planejar e realizar reuniões comunitárias setoriais, seminários, mesas de negociação e outras atividades típicas dos processos de mobilização.
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos
Impactos Negativos: Criação de expectativa; reação negativa por parte dos empreendedores caso os recursos e incentivos não sejam disponibilizados.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Impactos Positivos: Aumento e diversificação dos empreendimentos turísticos e maior atratividade.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Formulação e implantação dos mecanismos de fomento a partir de normas claras, exeqüíveis e sustentáveis.
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto aos atores envolvidos.
Impactos Positivos: Identificação das fragilidades e potencialidades institucionais da gestão do pública do turismo no RN como base para ações efetivas e melhoria do desempenho da administração pública estadual.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para revisão do Plano.
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto aos atores envolvidos.
Impactos Positivos: Melhoria do desempenho da administração pública estadual na gestão do turismo no RN.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para revisão do plano.
Ação 16 - Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte
Impactos Negativos: Criação de expectativas junto aos empreendedores e gestores.
Impactos Positivos: Definição de parâmetros objetivos para a implantação de Centros de Atendimento com as competências técnica e gerencial necessárias para o desempenho de excelência.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa com experiência e competência técnica para realização do estudo.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.
Impactos Negativos: Na fase de implantação das vias e novos terminais, o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas para implantação de novas vias de acesso poderão gerar uma grande quantidade de poeira, bem como sedimentos e solo que poderão ser carreados para os cursos d'água causando o seu assoreamento. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego na estrada, bem como o aumento do nível de ruídos e de emissões de gases nas proximidades das obras.
Impactos Positivos: Melhoria das vias de acesso aos atrativos a partir da identificação clara das necessidades a sanar e a partir de projetos de engenharia. Melhoria da segurança viária; aumento do potencial turístico; conforto e segurança nos terminais rodoviários
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para elaboração dos estudos e avaliações e para implantação das melhorias nas vias e terminais.
Ação 2 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Adequação dos empreendimentos às normas de acessibilidade, reforçando a importância dos padrões para garantindo o fluxo de visitantes e turistas em geral.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contratação de empresa ou profissionais com experiência e competência técnica para produção das cartilhas.
Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Impactos Negativos. Criação de expectativas junto à população; especulação imobiliária nas regiões a serem atendidas.
Impactos Positivos: Identificação e especificação das reais necessidades de saneamento básico, as alternativas tecnológicas e de custos para seu atendimento.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Envolvimento e participação de toda população na elaboração do diagnóstico.
Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos
Impactos Negativos: Na fase de implantação o desmatamento, a terraplenagem, as escavações e movimentação de máquinas poderão gerar uma quantidade grande de poeira, bem como sedimentos e solo poderão ser carreados para os cursos d'água causando o assoreamento dos mesmos. A movimentação de máquinas e caminhões também poderá causar transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruídos nas proximidades das obras e de emissões de gases.
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade dos cursos d'água nas das bacias beneficiadas aumentado o potencial de uso; controle das doenças veiculadas pela falta de tratamento dos esgotos; diminuição dos índices de mortalidade; diminuição da demanda por serviços de saúde.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Adoção de medidas para contenção dos sedimentos, disciplinamento do trânsito nas proximidades das obras, regulagem das maquinas e caminhões e respeito às normas para evitar a poluição sonora.
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.
Impactos Negativos: Possíveis desmatamentos, escavações com a geração de sedimentos e poeira que poderão ser carreados para os cursos d'água; movimentação de máquinas e caminhões causando transtornos às vias e rodovias; aumento dos níveis de ruído.
Impactos Positivos: Novas alternativas de fontes de captação e de mananciais para abastecimento; diminuição das perdas de água; aumento do volume de distribuição.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Incentivo ao reuso de águas residuais e à captação de águas da chuva; orientação da população para a economia de água tratada.
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.
Impactos Negativos: Possíveis desmatamentos, escavações com a geração de sedimentos e poeira que poderão ser carreados para os cursos d'água; movimentação de máquinas e caminhões causando assoreamento. Transtornos ao tráfego nas vias e estradas, bem como o aumento do nível de ruído e de emissões de gases nas proximidades das obras.
Impactos Positivos: Melhoria da qualidade dos cursos d'água nas bacias beneficiadas em função da ampliação do sistema de águas pluviais; aumento do potencial de uso da água; diminuição de erosão e deslizamentos; maior controle sobre as enchentes nas cidades e nas estradas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Campanhas para evitar o lançamento de lixo e entulhos nas vias públicas, o que causa entupimento das redes de drenagem pluvial; incentivo às práticas de conservação de solos e recuperação de áreas degradadas na zona rural.
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Impactos Negativos: Desmatamento; sedimentos e poeira causados pelas obras de implantação dos aterros, terraplenagem e movimentação de máquinas e caminhões, que podem ser carreados para os cursos d'água; aumento do nível de ruídos e transtornos nas vias e estradas.

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Impactos Positivos: Diminuição da quantidade de animais e insetos nocivos e poluição visual provocados pela coleta e tratamento inadequados do lixo gerado nas cidades e atrativos; diminuição da ocorrência de entupimentos devido à falta de recursos de drenagem pluvial e de poluição dos córregos; eliminação dos lixões e aterros não sanitários diminuindo a poluição dos aquíferos superficiais e subterrâneos.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Realizar a coleta seletiva incentivando a adoção das orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto a não geração, a reutilização e a reciclagem de resíduos.
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.
Impactos Negativos:
Impactos Positivos: Melhoria da segurança nas áreas turísticas
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Capacitação dos policiais para atendimento dos turistas e das populações locais.
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo
Impactos Negativos: Priorizar os atendimentos de emergência em detrimento de outros atendimentos de saúde essenciais para população local.
Impactos Positivos: Melhoria do atendimento de emergências em saúde, diminuindo o tempo de resposta em caso de acidentes, aumentando as expectativas de vida para os acidentados, quer seja da população dos municípios quanto visitantes.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Planejamento, equipagem e localização adequada dos serviços de emergência.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.
Impactos Negativos: Ausência de diretrizes e orientações claras podem dificultar a implantação de novos empreendimentos ou obras de infraestrutura.
Impactos Positivos: Agilização dos processos de licenciamento ambiental, respeitando as normas de planejamento territorial vigentes e garantindo maior efetividade na conservação do Bioma Caatinga.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Capacitação dos gestores públicos e privados.
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.
Impactos Negativos: Reação negativa de proprietários e especulação imobiliária na área rural.
Impactos Positivos: Conservação de remanescentes do Bioma Caatinga sem a necessidade de desapropriação; alternativa de renda para os proprietários rurais.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Criar incentivos financeiros e outros para criação das RPPN.
Ação 03 – Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.
Impactos Negativos: Na fase de terraplenagem a movimentação de máquinas poderá gerar uma quantidade grande de poeira e os sedimentos e solos poderão ser carreados para os cursos d'água causando o seu assoreamento.
Impactos Positivos: Recuperação de áreas degradadas tornando-as produtivas; recuperação e regeneração da vegetação e da infiltração das águas pluviais, de forma que voltem a cumprir suas funções ecológicas.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Contenção dos sedimentos e revegetação das áreas com espécies pioneiras de crescimento rápido e adaptadas ao clima e ao solo.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Ação 04 - Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.
Impactos Negativos: Reação negativa dos proprietários vizinhos ao Lajedo de Soledade e nas Cavernas de Martins.
Impactos Positivos: Obtenção de dados e informações primárias detalhadas sobre as características dos meios físico e biótico no Lajedo e definição da categoria de unidade de conservação a ser criada no local; definição de medidas de proteção, fiscalização, manejo e infraestrutura necessária, de forma a garantir a preservação e conservação do Lajedo da Soledade e das Cavernas de Martins.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Participação dos proprietários vizinhos ao Lajedo e da população do município para percepção da importância ambiental e arqueológica e como atrativo turístico.
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral e identificar áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanente.
Impactos Negativos: Criar expectativa e reação adversa por parte dos proprietários rurais que possuam remanescentes de caatinga ou outros atrativos, podendo induzir à sua degradação proposital. Especulação imobiliária em áreas com potencial para a criação de unidades de conservação.
Impactos Positivos: Identificação de áreas com remanescentes do Bioma Caatinga, bem como de áreas com beleza paisagística, sítios arqueológicos e outros, com potencial para transformação em unidade de conservação, bem como identificação de áreas degradadas sujeitas a recuperação.
Medidas Mitigadoras ou Otimizadoras: Manutenção de sigilo quanto às intervenções planejadas até a escolha efetiva das áreas a abranger.

5.2 AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA E AS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA POPULAÇÃO DO POLO SERRANO

Em função das características da população e das comunidades em cada um dos municípios que compõem o Polo Serrano, os efeitos da implantação do PDITS serão distintos, principalmente quanto às alterações na qualidade de vida. Nas áreas de maior influência das cidades, como nas sedes dos municípios, e nas que já contam com o turismo e a visitação mais desenvolvidos os efeitos do Plano e as alterações que o mesmo poderá causar sobre a população serão menores do que nas áreas rurais, onde as atividades predominantes são a agricultura e a pecuária. Dentre os efeitos negativos que podem ser causados à população estão:

- o abandono de atividades do setor primário, como agricultura, pecuária e extrativismo, pelas populações locais para a busca de empregos no setor terciário de prestação de serviços para o segmento turístico;

- a inflação e o aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária, o que marginaliza e acaba resultando na expulsão da população local, em especial os mais carentes;

- a sazonalidade da atividade turística provocando transtornos e desemprego nos períodos de baixa ocupação e causando outros problemas durante a alta temporada, como sobrecarga dos serviços públicos básicos;

- a alteração de determinados valores culturais de comunidades tradicionais mediante a convivência com os turistas;

- a necessidade de importação de mão de obra qualificada e produtos específicos para atendimento aos turistas, demandando investimentos significativos para qualificar e capacitar a população local para possa ocupar os melhores postos de trabalho;

Como impactos positivos/benefícios sociais, podem ser citados:

- a geração e a diversificação de emprego e maior distribuição de renda (consequentemente, melhoria da qualidade de vida);

- o aumento das vendas de produtos e da demanda pela prestação de serviços locais, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais;

- a intensificação da instalação de novos empreendimentos e o desenvolvimento do empreendedorismo;

- a valorização das tradições e dos valores culturais de origem, que poderão ser motivo para a atração de turistas e de aumento da demanda turística; a interação de culturas, o enriquecimento cultural e o incentivo à compreensão mútua entre os povos;

- o aumento da arrecadação de impostos e do PIB local.

As ações de incentivo e promoção de investimentos públicos e privados e ao marketing deverão resultar em significativos benefícios sociais e econômicos, podendo citar entre os principais impactos positivos:

- a valorização da cultura local;

- a geração de empregos diretos e indiretos;

- o aumento da renda da população local e da arrecadação fiscal nos municípios;

- a reversão do processo de migração da população local, com a redução dos fluxos migratórios para os centros urbanos;

- o fortalecimento da capacidade institucional das entidades municipais e estaduais e das empresas privadas;

- a capacitação de pessoal para a gestão do turismo e do meio ambiente.

5.3 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O quadro a seguir apresenta os parâmetros a serem utilizados como indicadores dos impactos avaliados anteriormente.

QUADRO 6: PARÂMETROS A SEREM USADOS COMO INDICADORES DOS IMPACTOS E EFEITOS AVALIADOS

	SÍNTESE DOS IMPACTOS	INDICADORES DOS IMPACTOS	AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
NEGATIVOS	Implantação das obras de infraestrutura que gerem: modificação da paisagem, efluentes líquidos, resíduos sólidos, sedimentos com possível contaminação de corpos d'água e do solo, impermeabilização do solo, poeira (material particulado), aumento de ruídos e supressão de vegetação.	▪ Qualidade do ar; ▪ Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; ▪ Nível de ruído; ▪ Volume de biomassa suprimido.	▪ Seguir o que for determinado no licenciamento ambiental; ▪ Elaborar e executar Plano de Controle Ambiental – PCA; ▪ Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído.
	Troca das atividades do setor primário pelas populações para a busca de empregos no setor terciário como prestação de serviços para o segmento turístico	▪ Relação de empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios	▪ Acompanhar os índices de desemprego
	Inflação e aumento abusivo de preços, além da especulação imobiliária	▪ Índice de inflação	▪ Acompanhar o índice de inflação
	Sazonalidade da atividade turística	▪ Índice de desemprego ▪ Relação empregos formais na atividade turística/Relação de empregos formais totais nos municípios ▪ Taxa de ocupação hoteleira	▪ Acompanhar os índices
	Alteração de valores culturais e morais	▪ Índices de criminalidade	▪ Acompanhar os índices de criminalidade
	Necessidade de importação de mão de obra qualificada e de produtos específicos para atendimento aos turistas	▪ Número de vagas qualificadas/Tempo de disponibilidade das vagas	▪ Elaborar pesquisa específica para acompanhamento das vagas qualificadas e de seu preenchimento.
POSITIVOS	Melhoria da qualidade dos serviços turísticos.	▪ Taxa de ocupação hoteleira ▪ Fluxo turístico anual ▪ Movimento nos aeroportos ▪ Receita gerada pelo turismo	▪ Acompanhar os índices respectivos.
	Aumento de vendas de produtos e serviços, com potencialização de lucros e vantagens socioambientais	▪ Receita gerada pelo turismo	▪ Acompanhar os índices respectivos.

	SÍNTESE DOS IMPACTOS	INDICADORES DOS IMPACTOS	AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
	Aumento dos empreendimentos e de iniciativas empreendedoras.	▪ Abertura de empresas	▪ Acompanhar os números
	Valorização do artesanato	▪ Preço dos produtos artesanais	▪ Monitorar o mercado
	Geração de emprego e renda	▪ Número de empregos turísticos totais ▪ PIB per capta	▪ Acompanhar os índices respectivos.
	Operação das obras de infraestrutura	▪ Qualidade do ar; ▪ Qualidade das águas superficiais e subterrâneas; ▪ Nível de ruído; ▪ Nível de saúde da população infantil.	▪ Medir periodicamente a qualidade do ar, das águas e o nível de ruído; ▪ Atendimentos na rede de saúde de doenças causadas pela falta de coleta e tratamento de esgotos e ausência/insuficiência de fornecimento de água tratada
	Melhoria da qualidade de vida	▪ Índice de desenvolvimento econômico ▪ Índice de desenvolvimento social ▪ Relação de beneficiários de baixa renda/beneficiários totais	▪ Acompanhar os índices respectivos.

6 FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O presente capítulo apresenta o plano de acompanhamento e avaliação dos componentes de investimentos do PDITS no Polo Serrano.

A relevância do plano vincula-se à complexidade e à abrangência das ações a realizar; nele estão previstas ações de acompanhamento da execução do PDITS e a análise sistemática de dados e informações para avaliação dos resultados alcançados, em termos de eficiência, eficácia e efetividade

6.1 OBJETIVOS

O objetivo geral do Plano de Acompanhamento e Avaliação do PDITS Polo Serrano é criar mecanismos que possibilitem o acompanhamento do Plano em termos de implementação e correção das ações e avaliação dos resultados, efeitos e impactos nos municípios do Polo.

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação previstos para o PDITS têm como foco a implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, prevendo oportunidades para realização de ajustes e correções no curso do processo. Visam atender as seguintes demandas:

i. Avaliação do grau de realizações físico-financeiras, a ser condensada no Relatório Anual de Progresso e replicada a cada dois anos no Marco Lógico, conforme conteúdo apresentado nos itens que se seguem neste documento;

ii. Avaliação da eficácia das ações e da eficiência na alocação dos recursos por meio do acompanhamento da evolução do nível de elaboração, análise e licitação dos projetos aprovados nos municípios, a ser integrada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iii. Acompanhamento de indicadores turísticos, socioeconômicos, ambientais, de gestão turística, de participação comunitária e de capacitação previamente selecionados no âmbito de cada Componente do PDITS, com vistas a alimentar, a cada dois anos, o Marco Lógico e o Relatório de Avaliação *Ex-post*;

iv. Mensuração dos impactos econômicos, sociais e fiscais dos investimentos nos municípios alvo, a ser incorporada no Relatório de Avaliação *Ex-post*;

v. Acesso dos gestores governamentais, co-executores e da sociedade civil a informações relativas à evolução e ao desempenho dos investimentos do PDITS, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011 (BRASIL, 2011);

vi. Desenho e implantação, com base nas informações produzidas, de mecanismos de potencialização das ações bem sucedidas e de correção do rumo daquelas que se desviaram dos seus objetivos;

vii. Promoção de processo de aprendizagem para a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de projetos e programas;

viii. Justificativa para negociação de novas etapas do Plano e de outras iniciativas que venham somar esforços para o desenvolvimento socioeconômico do Polo Serrano e do Estado do Rio Grande do Norte.

6.2 PRODUTOS ESPERADOS

Para atender à metodologia proposta, é recomendável que o plano de acompanhamento e avaliação contemple as seguintes etapas no seu desenvolvimento:

- Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais do Rio Grande do Norte;
- Coleta de Informações;
- Elaboração de Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do Programa; e
- Implantação da Biblioteca Virtual/Observatório de Turismo do Rio Grande do Norte.

6.2.1 Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais/SIG-PRODETUR Rio Grande do Norte

A construção de um sistema automatizado de gestão das informações possibilitará, além do acompanhamento e avaliação dos projetos, a disseminação de informações e de boas práticas, o aumento da eficiência e a eliminação de superposições e da falta de coordenação entre as iniciativas governamentais e privadas.

A concretização do SIG-PRODETUR/RN demanda a identificação das melhores fontes de informação e a nomeação de um administrador para o sistema e seus serviços. O sistema automatizado de acompanhamento e avaliação do PDITS pressupõe o gerenciamento de uma base de informações necessária à elaboração de um conjunto de relatórios periódicos. Esta base deverá ser continuamente alimentada com dados referentes ao ciclo de vida dos projetos: elaboração, análise, licitação, execução e operação. O diagrama a seguir ilustra a concepção esperada do sistema.

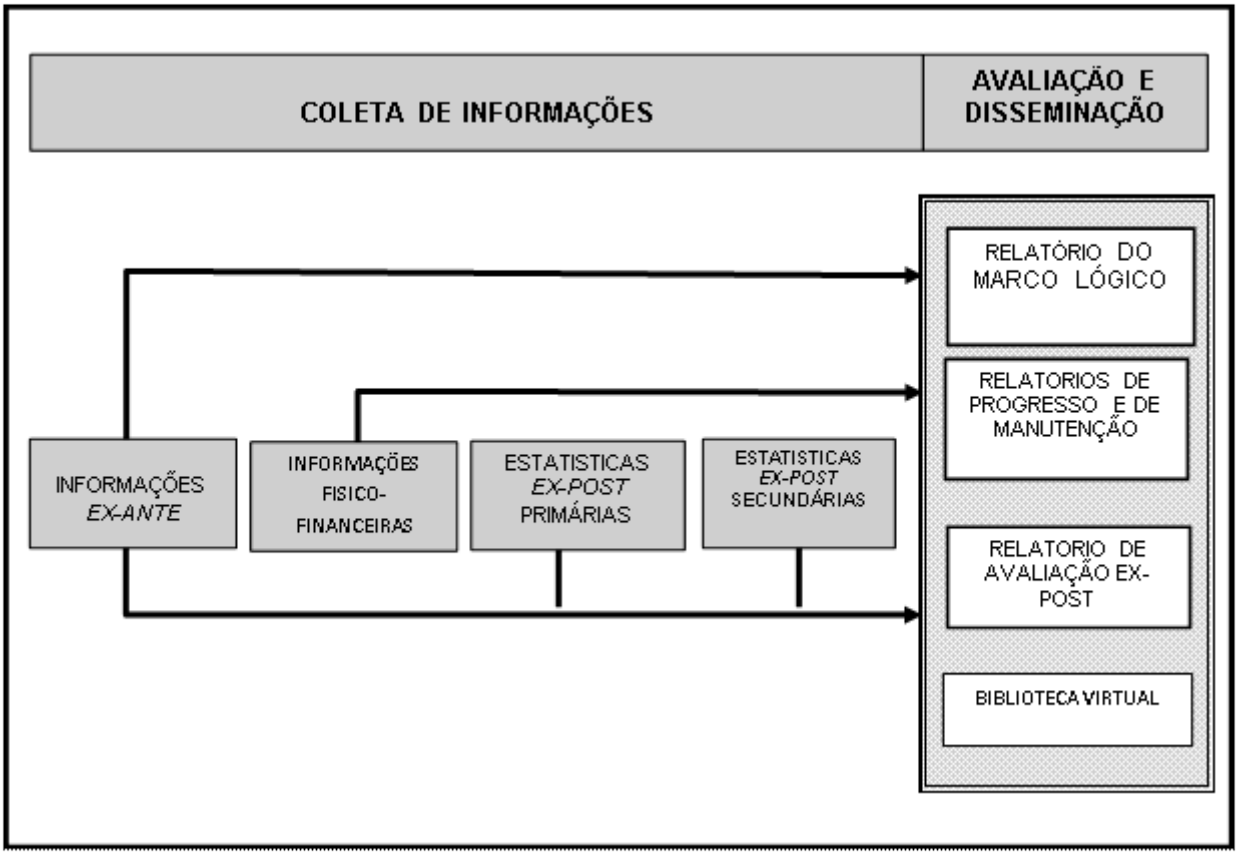


FIGURA 4: SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS DO POLO SERRANO
Fonte: ITEC.

Em resumo, o objetivo do SIG é aperfeiçoar o monitoramento e a gestão turismo no Estado, promover a interação entre atores produtivos e ser fonte para geração de indicadores socioeconômicos e turísticos.

6.2.2 Coleta de Informações

Nesta etapa, as informações serão continuamente coletadas, iniciando-se antes mesmo da execução do Programa, com vistas a formar a base de dados (*baseline*) para efeitos de comparação e análise desses dados ao longo do tempo. São informações coletadas a partir de fontes primárias e secundárias e classificadas como seguem.

Informações *Ex-ante*

Estas informações deverão ser colhidas pelos técnicos da SETUR/RN por ocasião da análise do PDITS e de apresentação dos projetos. Durante a execução e a partir da entrada em operação dos projetos, a SETUR/RN deverá fornecer os dados relativos às intervenções efetivamente realizadas. Todas as informações serão registradas em formulários eletrônicos, de acordo com as especificidades de cada tipo de projeto.

As informações armazenadas nesta base de dados deverão ser utilizadas para a confecção dos Relatórios de Progresso e de Avaliação *Ex-post*, para a atualização do Marco Lógico e sua posterior disponibilização na Biblioteca Virtual.

Informações físico-financeiras do Programa

Estas informações deverão ser coletadas a partir dos dados orçados nos projetos utilizados para as licitações, dos instrumentos contratuais, das vistorias aos projetos e dos desembolsos. Constituem insumos básicos para o Relatório Anual de Progresso e da Avaliação *Ex-post*. Serão informados e analisados os seguintes itens:

- Valor orçado
- Valor aprovado
- Valor licitado/contratado
- Valor ajustado
- Valor desembolsado
- Valor da contrapartida
- Quantidade de Projetos (por componente, status, área)
- Comentários do projeto
- Percentual previsto e percentual de execução dos projetos.
- Estatísticas socioeconômicas primárias

Neste módulo serão armazenadas as informações coletadas pela SETUR/RN por meio de pesquisas de campo. As informações que compõem o módulo encontram-se listadas no quadro de indicadores, a seguir.

QUADRO 7: LINHA DE BASE DO MARCO LÓGICO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO POLO TURÍSTICO SERRANO/RN.

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
FINALIDADE								
1. Empresas e outras organizações de alojamento e alimentação no Polo (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0). Exclui o município de Campo Grande por não dispor dessa informação.	80	2014	2015-20	Unidades	IBGE - Cadastro Central de Empresas- Tabela 993	Impacto	SETUR/RN	Anual
2. Empregados em Alojamento e Alimentação no Estado.	44.986	2014	2015-20	Unidades	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED/ Relação Anual de Informações Sociais Rais	Impacto	SETUR/RN	
3. Arrecadação de Imposto sobre Serviço - ISS no Polo.	8. 005,0	2015	2013-15	R$ Mil	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças.	Impacto	SETUR/RN	Anual
4. Arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU no Polo.	1.858,4	2009	2015-20	R$ Mil	IBGE/Secretaria Municipal de Finanças	Impacto	SETUR/RN	Anual
5. Participação da Receita derivada do Turismo no Produto Interno Bruto - PIB dos municípios do Polo.	4,9	2015	2015-20	Taxa, %	SETUR/RN e IBGE	Impacto	SETUR/RN	Anual
6. PIB per capita dos municípios.	8.312,87	2012	2015-20	R$	SETUR/RN e IBGE	Impacto	SETUR/RN	Anual

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
PROPÓSITO								
1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto de Natal (inclui passageiros em conexão) • Nacionais • Internacionais	2.504.036 80.319	2015 2015	2015-20	Unidades	Aeroporto de Natal	Efeito	SETUR/RN	Anual
2. Movimento de vôos: o total de vôos regulares e charters no Aeroporto de Natal - SBSG (Não inclui voos militares ou de carga) • Nacionais • Internacionais	22.081 533	2015 2015	2015-20	Unidades	MTUR e Infraero	Efeito	SETUR/RN	Anual
3. Número de unidades habitacionais dos municípios	510	2015	2015-20	Unidades	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte ABIH-RN e SETUR.	Efeito	SETUR/RN	Anual
4. *Marketing-share* de Polo Serrano no turismo receptivo do Estado	2,84	2015	2015-20	%	SETUR	Efeito	SETUR/RN	Anual
5. Gasto médio diário individual do turista, GMDI, no Estado • Nacionais • Estrangeiros	76,04 75,17	2015	2015-20	R$ US$	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
6. Permanência média do turista em hotéis no Estado • Nacionais • Estrangeiros	9,0 16,2	2015 2015	2015-20	dias	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
7. Receita direta gerada pelo turismo no Polo • Nacionais • Estrangeiros	27,4 12,5	2015	2015-20	R$ milhões	SETUR e Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
8. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e acessibilidade: Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito Não tenho opinião	A realizar		2017-20	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal
9. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito	A realizar		2017-20	unidades	Pesquisa de demanda turística	Efeito	SETUR/RN	Bienal

INDICADORES	VALOR NO ANO BASE	ANO BASE	PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE	FONTE	DIMENSÃO DO INDICADOR	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
Não tenho opinião								
10. Número de empresas certificadas (selo verde/ qualidade) aumenta em relação ao ano base.	A realizar		2017-20	unidades	Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS),	Efeito	SETUR/RN	Bienal

Estatísticas Secundárias Básicas

Para subsidiar a avaliação dos resultados do PDITS deverão ser inseridas na base de dados do SIG estatísticas socioeconômicas, turísticas e ambientais relativas aos municípios que compõem o Polo, conforme indicações inseridas no Quadro 7, anterior. As informações concernentes serão coletadas pela SETUR/RN junto às respectivas fontes.

6.2.3 Elaboração dos Relatórios de Acompanhamento e Avaliação do PDITS

A análise dos Indicadores de Acompanhamento e Avaliação do PDITS deverá ser condensada nos seguintes relatórios:

- Relatório do Marco Lógico;
- Relatório de Progresso;
- Relatório de Manutenção;
- Relatório e Avaliação *ex-post*.
- Relatório Consolidado do Marco Lógico do PDITS.

O marco lógico é definido como uma ferramenta para a conceituação, desenho, execução e avaliação dos projetos, de forma a estruturar o processo de planejamento e transmitir informações essenciais sobre eles. Seu método enfatiza a clareza de objetivos, definição de responsabilidades e a possibilidade de medição dos resultados. Os passos para a elaboração do Marco Lógico são os seguintes:

- Identificação dos grupos de interesses;
- Identificação e análise do problema;
- Estabelecimento dos objetivos;
- Seleção dos Indicadores e construção da linha de base;
- Especificação dos pressupostos e dos riscos;
- Formulação das ações;
- Estabelecimento dos produtos e metas relativos às ações;
- Elaboração do Relatório Consolidado do Marco Lógico.

A fim de alimentar a base de dados com as estatísticas mencionadas no Marco Lógico advindas de pesquisa de campo, a SETUR/RN estruturará pesquisas com vistas à sua padronização e sistematização. Caberá à SETUR/RN a execução e custeio das pesquisas, a partir de recursos previstos no PDITS ou de contrapartida local.

A estrutura do Marco Lógico encontra-se no quadro a seguir.

QUADRO 8: ESTRUTURA DO MARCO LÓGICO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDITS POLO SERRANO.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
FINALIDADE			
	1. Empresas e outras organizações de alojamento e alimentação no Polo (CNAE 2.0)	IBGE - Cadastro Central de Empresas-Tabela 993	
Melhorar a qualidade de vida da população residente nos municípios	2. Empregos diretos permanentes em atividades diretas do turismo (hospedagem, alimentação, agenciamento, locação, entretenimento e lazer) crescem mais rápido do que no período-base:	RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	Turismo como indutor do desenvolvimento socioeconômico. Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.
	3. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base:	Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o ISS. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	4. Arrecadação do IPTU cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o IPTU. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
			para beneficiar a população de baixa renda.
	5. Arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS cresce a uma taxa maior que no período-base	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte	Há disposição política para fiscalizar e cobrar o ICMS Admite-se que o incremento de arrecadação estadual é utilizado para beneficiar a população de baixa renda
	6. Participação da receita do turismo no PIB dos municípios cresce mais do que no período-base:	SETUR/RN e IBGE.	
	7. PIB per capita dos municípios cresce mais do que no período-base:	SETUR/RN e IBGE.	
PROPÓSITO			
1. O turismo nos municípios cresce de maneira sustentável.	1. Fluxo Turístico: o total de embarque e desembarques no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.	
	2. Movimento de voos: o total de voos regulares e charters no Aeroporto Severo Gomes - cresce mais do que no período-base:	MTUR e Infraero.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	3. Número de unidades habitacionais dos municípios cresce mais rápido do que no período-base:	ABIH-RN e SETUR RN	Empresas turísticas conseguem a maior parte de seus empregados entre a população residente dos municípios.
	4. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
	5. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	6. Receita gerada pelo turismo cresce mais rápido do que no período-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
2. Qualidade do produto turístico	1. Grau de satisfação dos turistas com a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e acessibilidades melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Grau de satisfação dos turistas com os serviços proporcionados pelos equipamentos e serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
PROPÓSITOS POR COMPONENTE			
PROPÓSITO DO COMPONENTE1 Produto Turístico Diversificação, qualificação e integração da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Serrano, a partir do potencial do segmento do Turismo Arqueológico e do Ecoturismo.	1. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
	2. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
PROPÓSITO DO COMPONENTE 2 Comercialização Desenvolvimento de Estratégia de Marketing Turístico, buscando o posicionamento mercadológico do turismo no Polo	1. Número de pernoites gerados por canais de venda (operadoras) aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	O Plano de Marketing é implementado como planejado.
	2. *Marketing share* de Polo Serrano no turismo receptivo do Estado aumenta em relação ao ano-base:	MTUR.	
PROPÓSITO DO COMPONENTE 3: Fortalecimento Institucional Fortalecimento da Gestão do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte,	1. Percentual de investimento em Fortalecimento Institucional realizado em relação ao investimento planejado.	Relatório de Progresso e Plano de Ação do PDITS.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
abrangendo todos os polos turísticos estaduais e, especificamente, o Polo Serrano, em busca de resultados que beneficiem a população local e promovam o desenvolvimento sustentável do turismo.			
PROPÓSITO DO COMPONENTE 4: Infraestrutura e serviços básicos Expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos básicos para atendimento às populações locais e para incremento da demanda turística ~~no Polo.~~	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
PROPÓSITO DO COMPONENTE 5: Gestão socioambiental Promoção da melhoria da qualidade ambiental no Polo Serrano.	1. Número de servidores municipais e estaduais capacitados e atuando na gestão turismo e do patrimônio natural aumenta em relação ao ano-base.	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários.	
	2. Número de unidades de conservação aumenta em relação ao ano-base.	levantamento de dados secundários.	
	3. Número Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e de empreendimentos voltados ao ecoturismo cresce em relação ao ano-base.	levantamento de dados secundários.	
AÇÕES			
AÇÕES DO COMPONENTE 1 - Produto Turístico			

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 01 – Elaboração de plano de estruturação de sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e de ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Relatório de Progresso e levantamento de dados secundários	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 02 – Elaboração de projetos preliminares, básico e executivos de infraestrutura para sítios arqueológicos e outras áreas naturais turísticas.	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e de ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 03 - Implantação de obras de infraestrutura para sítios arqueológicos e áreas naturais turísticas..	1. Fluxo de turistas dos segmentos de turismo arqueológico e de ecoturismo aumenta em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.		
	3. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 04 - Implantação de sistema de teleférico no município de Martins.	1. Gasto médio diário individual (GMDI) do turista cresce mais rápido do que no período-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
Ação 05 – Implantação de roteiros turísticos integrados.	2. Permanência média do turista em hotéis cresce mais rápido do que no período-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
Ação 06 – Criação do Calendário de Eventos do Polo.	1. Número de eventos aumenta, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 07 – Implantação de dois Centros de Atendimento ao Turista na área do Polo Serrano.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão executor
Ação 08 – Criação de Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Selo Verde.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 09 - Elaboração de plano de capacitação profissional para o turismo sustentável.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 10 - Implantação de plano de capacitação de profissional para o turismo sustentável.	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
AÇÕES DO COMPONENTE 2 - Comercialização			
Ação 01 – Elaboração de plano de marketing tático e operacional	1. Marketing-share de Polo Serrano no turismo receptivo do estado aumenta em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Admitindo-se que o plano seja implementado
Ação 02 – Implantação do plano de marketing tático e operacional	1. Marketing-share de Polo Serrano no turismo receptivo do estado aumenta em relação ao ano-base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
AÇÕES DO COMPONENTE 3 - Fortalecimento Institucional			
Ação 01 – Elaboração do inventário da oferta turística.	1. Permanência média do turista no Polo aumenta em relação ao ano base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Gasto médio do turista no Polo aumenta em relação ao ano base	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 02 – Realização de pesquisas sobre o perfil da demanda turística.	1. Nº de Citação da Pesquisa no Google Acadêmico aumenta em relação ao ano base. 1.	Google Acadêmico	Cadastrar a pesquisa e seus autores, no caso a SETUR RN, no Google Acadêmico.

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 03 – Desenvolvimento de sistema de informações para gestão do turismo.	2. Nº de Citação da Pesquisa no Google Acadêmico aumenta em relação ao ano base.	Google Acadêmico	
Ação 04 – Implantação do sistema de informações para a gestão do turismo – SIG/Turismo.	1. Nº de acesso ao portal da biblioteca/Observatório do turismo potiguar cresce em relação ao ano base.	SETUR RN	
Ação 05 – Criação/Fortalecimento do Conselho Regional do Polo Serrano, dos conselhos municipais e dos fundos municipais de turismo.	1. Nº de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base.	SETUR RN	
Ação 06 - Elaboração de planos diretores municipais	1. Nº de atores em audiências e reuniões de planejamento do turismo aumenta em relação ao ano-base.	SETUR RN	
	2. Nº de reuniões e eventos promovidos pelos conselhos municipais e fóruns regionais aumenta em relação ao ano base.		
	3. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	4. Nº de municípios do Polo com Plano Diretor aumenta em relação ao ano base.	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	5. Nº de municípios do Polo com instrumentos de planejamento urbano cresce em relação ao ano-base;	IBGE -Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros	
Ação 07 - Elaboração de política municipal de turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades a limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 08 - Elaboração de planos estratégicos municipais de turismo	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
	2. Nº de turistas no polo aumenta em relação ao ano base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 10 – Implantação do Plano de Capacitação de dirigentes, gerentes e técnicos das administrações municipais para a gestão do turismo.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 11– Mobilização e preparação de empreendedores para o mercado de turismo	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 12 - Promoção e dinamização dos arranjos produtivos da cadeia do turismo e formação de parcerias.	1. Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas ao alojamento e à alimentação cresce em relação ao ano-base.	IBGE - Cadastro Central de Empresas	
Ação 13 - Elaboração de projeto de fomento e de incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento de empreendimentos turísticos	1. Nº de Empresas e de outras organizações relacionadas ao alojamento e à alimentação cresce em relação ao ano-base.	IBGE - Cadastro Central de Empresas	
Ação 14 - Revisão do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	1. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o ISS. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	2. Arrecadação do IPTU cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o IPTU. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
Ação 15 - Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN	1. Arrecadação do ISS cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o ISS. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para beneficiar a população de baixa renda.
	2. Arrecadação do IPTU cresce a uma taxa maior que no período-base:	STN e Secretaria Municipal de Finanças.	Há disposição política para cobrar o IPTU. Admite-se que o incremento de Arrecadação municipal é utilizado para

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
			beneficiar a população de baixa renda.
Ação 16 – Realização de estudos para implantação de centros de atendimento ao turista no estado do Rio Grande do Norte	1. Grau de satisfação dos turistas com os serviços turísticos melhora, em relação ao ano-base:	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	Metodologia padronizada pelo órgão de turismo estadual.
AÇÕES DO COMPONENTE 4 - Infraestrutura e serviços básicos			
Ação 01 – Elaboração de projeto de adequação e implantação de melhorias em vias de acesso aos atrativos turísticos e terminais rodoviários.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	
Ação 02 – Produção de Cartilha de Acessibilidade Universal	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidades, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN	.
Ação 03 - Realização de diagnóstico sobre as condições do saneamento básico municipal.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010	IBGE - Cidades	
Ação 04 – Expansão dos serviços municipais de coleta e tratamento de esgotos domésticos.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base 2010		

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
Ação 05 – Ampliação e qualificação de sistemas municipais de abastecimento de água.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base.		
Ação 06 - Ampliação dos sistemas de drenagem pluvial em áreas urbanas e rodovias.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base.		
Ação 07 - Implantação e execução de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	1. Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento - adequado (1) – ano-base.		
Ação 08 - Implantação de serviços de policiamento turístico.	1. Grau de satisfação dos turistas com acessibilidade, limpeza pública, sinalização turística, qualidade ambiental e segurança melhora, em relação ao ano-base.	Pesquisa bianual de demanda turística a ser realizada pela SETUR RN.	
Ação 09 - Ampliação dos serviços de atendimento de emergências médicas na área do Polo.	1. Índice de Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU nos municípios do Polo aumenta em relação ao ano-base	DATASUS	2. 3. Índice de Cobertura do SAMU nos municípios do Polo aumenta em relação ao ano-base
AÇÕES DO COMPONENTE 5 - Gestão Ambiental			
Ação 01 - Fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.	1. Nº de atividades na área de proteção ambiental que divergem	SETUR/RN/órgão ambiental/Organizações Não Governamentais - ONGs.	

RESUMO NARRATIVO	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	SUPOSTOS
	das recomendações do zoneamento diminui em relação ao ano-base:		
Ação 02 – Realização de estudos para definição de mecanismos de incentivo à criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável.	1. Nº de visitantes a UC de Polo Turístico Polo Serrano cresce em relação ao ano-base.	SETUR RN	
Ação 03 – Elaboração e implantação de planos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP.	1. Total de Municípios do Polo com Cadastro Ambiental Rural implementado aumenta em relação ao ano-base	IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais- Perfil dos Municípios Brasileiros	
Ação 04 - Realização de estudos para criação de Unidades de Conservação no Lajedo da Soledade, na ARIE da Mata da Bica e nas Cavernas de Martins.	1. Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base:	SETUR/RN/órgão ambiental/ONGs.	
Ação 05 - Realização de estudos para identificar, criar, implantar, gerir e proteger as unidades de conservação de proteção integral e identificar áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanente.	1. Evolução do número de ações de conservações e recuperação de áreas turísticas, a partir do ano-base:	SETUR/RN/órgão ambiental/ONGs.	

Relatório de Progresso

Oferece informações que evidenciem o andamento da execução e operação dos projetos no Polo bem como norteiem a tomada de medidas corretivas ou preventivas durante essas fases. Terá como base as informações constantes no módulo físico-financeiro do projeto acumuladas nos seis meses anteriores à posição descrita no Relatório.

A responsabilidade pela confecção deste relatório, que terá periodicidade semestral, será da SETUR/RN

Relatório de Manutenção

Apresenta informes anuais sobre o estado das obras e equipamentos financiados pelo PDITS, objetivando garantir a eficiência e a eficácia dos investimentos realizados.

Caberá à SETUR/RN a elaboração e a remessa do relatório ao agente financeiro. Deverá ser emitido anualmente, devendo o primeiro plano anual corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação das primeiras obras. O Relatório será elaborado durante o período de execução do PDITS e até três anos depois de concluída a execução da última obra.

Relatório de Avaliação *Ex-post*

O objetivo do relatório ex-post, elaborado a partir de indicadores selecionados no Marco Lógico para o município, é realizar a avaliação consolidada da execução do PDITS quanto à sua concepção, execução e operação.

A responsabilidade pela confecção deste relatório será da SETUR/RN. Embora a alimentação da base de dados seja permanente, a emissão deste relatório será realizada a cada dois anos, em função da periodicidade das pesquisas de campo, previstas no Marco Lógico.

6.2.4 Disseminação das Informações/Biblioteca Virtual/Observatório do Turismo

A função da Biblioteca Virtual/Observatório é disponibilizar informações privilegiadas ao grupo de interesse do Plano *(stakeholders*), através de prévio cadastramento no sistema e disseminar informações ao público em geral. Nesta biblioteca serão arquivados e disponibilizados todos os relatórios, estudos e pesquisas sobre o PDITS. Para tanto, será criado no portal da Internet do Estado um *link* que levará à página dessa biblioteca/observatório.

Esta biblioteca possibilitará que todo o trade turístico, incluindo os cidadãos e os turistas em especial, obtenha e compartilhe informações de seu interesse, além de facilitar o acesso a dados sobre a atividade turística ou ainda oferecer a esses trade um espaço para a divulgação dessas atividades no Estado.

O ambiente da biblioteca/observatório deve permitir o relacionamento virtual entre os membros das instituições participantes de forma semelhante às redes pessoais convencionais, oferecendo ferramentas para fotos e vídeos, blogs, arquivos digitais, espaços wi-fi e escritórios virtuais, dentre outras alternativas. Cada instituição participante deve realizar o processo de cadastro, informando seus dados e personalizando a conta de seus membros. Depois, desses processos os membros poderão adicionar colegas, juntar-se às comunidades e utilizar os dispositivos da rede.

6.2.5 Responsabilidades

Ficará sob responsabilidade da SETUR/RN a coordenação geral de obtenção e administração dos dados referentes aos indicadores para acompanhamento e avaliação do PDITS, bem como o armazenamento, em base de dados, a compilação e o processamento dos dados, além da elaboração dos relatórios mencionados.

Será atribuição da SETUR/RN a obtenção dos dados coletados por meio de pesquisas de campo e os dados gerados pelos órgãos municipais e estaduais. Os dados, após coletados, deverão ser inseridos na base de dados do SIG para acompanhamento do PDITS do Polo Serrano. Ressalte-se, contudo, que para a avaliação serão considerados como base principal os indicadores da Linha de Base, o que não exclui a possibilidade de utilização de outros indicadores adicionais ou de metodologias alternativas para avaliação.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** 2012a. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis Nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** 2012b. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 14 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:** Rio Grande do Norte. 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 2 abr.. 2016.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI.** São Paulo, SP: Futura, 1998.

PAU DOS FERROS/RN. **Lei nº. 1514, de 21 de dezembro de 2015**. Institui o Sistema Municipal de Turismo (SMT) e dá outras providências.Disponível em: < http://paudosferros.rn.gov.br/uploads/files/b65fffdbb4f88529f469efed826abc13.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PORTER, M. E. **Competição:** on competition: Estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 2010.